

20 de Marco

De amores, muito menos das chamadas coisas da carne, JF nunca escreveu uma linha. Como aquela personagem do último livro da Eduarda Dionísio, que «nunca se atreveria a anotar no diário qualquer coisa de tão íntimo que devesse manter-se sempre secreta». Até há pouco, lá iremos mais adiante, só soube o que me ia chegando por este ou por aquele, outras vezes pelo próprio, descuidadamente, pelo meio de qualquer conversa, ou porque eu lhe insinuasse saber coisas que não sabia, mas sempre respeitando o tácito estatuto assexuado das nossas palrações.

Durante o liceu, nesses tempos de rigorosa segregação, o meu amigo quase só conheceu irmãs de colegas, foi até uma delas que a muito custo lhe ensinou os primeiros passos de dança, treinados quase à força em festinhas de anos, ou de Carnaval, sob o olhar amável, mas atento, das senhoras presentes, que cedo lhe começaram a elogiar a agilidade e o ritmo, e nele descortinaram logo, bom aluno e prometido à Universidade, um romance possível, bem-vindo se Deus quisesse, para as respectivas filhas, pois um namoro prolongado, com paus-de-cabeleira, entradas e saídas a horas marcadas, conversas de sofá com a mãe a fazer tricot a dois passos, e uns passeios de domingo com a família toda, era então a maneira ideal de controlar os calores juvenis de raparigas estouvadas, cujos risinhos, segredos e trejeitos atrevidos faziam adivinhar

escabrosas sabedorias, que não se vê de onde poderiam ter vindo, mas nunca fiando, o diabo tece-as.

Arrastado por colegas folgazões, soube-o, uns anos depois, frequentador assíduo de bailes de sábado à noite, nos Bombeiros, em Casas Regionais, ou na Cooperativa Militar, ao som de conjuntos amadores, a soprarem os saxofones dos últimos slows, a gritarem os olés dos últimos pasodobles, que o rock já por aí andava e para os Beatles pouco faltava, e imaginava-o a sair sempre atrasado na corrida aos pares do outro lado da sala, encostado a uma coluna a maior parte do tempo, fumando um cigarrito com ar superior, ou então contentando-se com a segunda escolha, desencantada a pequena ali numa mesa próxima, já com tudo a dar ao pé, muralha de gente movediça que o forçava a exhibir-se contrafeito durante uns minutos ali mesmo nas barbas da mãezinha, antes de conseguir perfurar e dizer as primeiras palavras, quase por obrigação, com a música a chegar ao fim.

Não é bem verdade, aliás, que JF, nos papéis que foi escrevinhando, tenha ignorado por inteiro estes temas da iniciação: fê-lo uma vez, mas sem ser na primeira pessoa, preferindo ficcionar um diálogo entre um passante e uma prostituta, dessas que abundavam pelos passeios de algumas ruas da cidade, passante esse que, de bolsos vazios, se recusa ao convite para uma «borla» e fica para ali a filosofar com a rapariga. Texto desinteressante e razoavelmente mal escrito, era no entanto evidente que o rapaz conhecia o meio, que tinha algum traquejo nas conversas que se faziam nas salas de bordéis, enquanto se aguardava quarto livre, e nem me admira muito, pois, mais de uma vez, em conversa, JF me falou de noites em que «andámos por aí a correr as capelinhas», ora sabendo eu que nunca foi dado a copos, a expressão só podia ter um sentido, mas ele ficava-se por aí, excepto quando, sei lá porquê, um dia me contou de uma espanhola, patroa de uma casa ao pé da Barateira, que lhe recordou os tempos em que, fugida à guerra civil, viera exhibir pentes e castanholas para um cabaret de Lisboa, e fora um sucesso entre alentejanos e homens do volfrâmio. Um destes acabara por levá-la para uma cidade

de província, mas pouco tardou que os bem-pensantes lá do sítio o forçassem a despachá-la, ele que se contentasse, como eles próprios também, com os prazeres das periódicas vindas à capital, e foi então que, com as marcas do tempo a surgirem e o pequeno pecúlio que juntara, ela entrara no negócio e granjeara boa clientela «pela qualidade das meninas e a limpeza da casa». O meu amigo gostava, é claro, de me ir pondo ao corrente, sempre por meios indirectos, como quem não quer a coisa — histórias, conversas, encontros, leituras — da aprendizagem do mundo que, com alguma sofreguidão e muita curiosidade, ia fazendo, mas eu traduzia, aqui e ali, por «aprendizagem do corpo», talvez a melhor maneira, se sei o que digo, de conhecer o mundo.

Era coisa indiscutível, naquela época, haver mulheres a quem «se paga para», e outras que se espera ir um dia encontrar castas no leito matrimonial, mas a verdade é que, de forma mais ínvia, se bem que mais excitante, também as segundas participavam, e não era pouco, na dita aprendizagem. Esses namoros por meias palavras, esses braços dados, ou pela cintura, esse fugidio afagar dos cabelos, essas mãos que se apertavam no cinema, esses olhos que se fechavam ao dançar uma canção dengosa, o rapaz terá passado por tudo isso com as duas ou três pequenas com que andou, sempre por pouco tempo e suspeito que com pouca convicção, lembro-me sobretudo de uma colega da Faculdade, bonita, de grandes olhos pretos, com quem uma vez fui dar, sentada em frente dele numa leitaria da Alexandre Herculano, lavada em lágrimas, é bem possível que tenha sido o último dia, o ar dele era disso. Acho que saí sem me verem.

Um romance de Faculdade tinha então a enorme vantagem de escapar por completo à vigilância familiar e, se a coisa era mesmo de caixão à cova e calhava ambos terem aulas comuns, era a presença constante, os olhares cúmplices, as horas de suposto estudo para os mesmos exames, o acompanhá-la até perto de casa, cheguei a conhecer uns que passavam as aulas a escrever longas cartas um ao outro, enfim era como uma daquelas intermináveis toalhas antigas em que cada dia

se vai amorosamente bordando mais uma flor, cosendo mais um rendilhado, mas com JF sempre me pareceu serem, os seus, romances um pouco a medo, uma espécie de provas a que se sentia constrangido, talvez para mostrar que não era bom só nos estudos, que não era nenhum rato de biblioteca, que «era como toda a gente», para o mostrar talvez sobretudo a si mesmo. Via-o, isso sim, a querer distanciar-se da rapariga sempre que havia colegas presentes, a não querer dar azo a risinhos e conversas, a não denunciar por nada uma dependência afectiva de resto inexistente, via-o tenso, só de pensar que, naquele meio quase totalmente masculino, ela fosse alvo de aproximações, ou de piropos, vindos de algum incauto ou atrevido profissional, e que ele, presente ou porque viesse a saber, tivesse (ou achasse que tinha) «de tomar uma atitude», por achar que isso era o que dele se esperava, e ele que não sonhava sequer como começar, menos ainda como sair dessa com alguma honra e sem cair no ridículo. Essa espécie de desinteresse, ou de mal-estar, explicaria, pensava eu, que ao fim de pouco tempo, a um pretexto menor, perante a surpresa e o pranto da namorada, ele decidisse simplesmente acabar com tudo, ela sem perceber nada, longe de que para ele a ruptura representava um imenso alívio, a conclusão afinal feliz de umas linhas mais no currículo amoroso que os outros fariam dele. E as coisas nem lhe deviam correr mal, pois soube que acabou por criar a imagem de quem tem, como então se dizia, uma razoável «saída com as miúdas», não tanto, creio, pela carreira que lhe adivinhavam, mas porque, inteligente e com algum humor, mascarada a insegurança por uma estudada contenção, aprendidas pela observação certas técnicas rudimentares de sedução, a timidez de JF acabaria por ficar reduzida à necessária e suficiente para lhe dar aquela conta de picante que o tornava um tipo finalmente atraente.

Pois bem, tudo se passou quase assim, mas por linhas mais tortas do que eu supunha. Foi só há poucos anos que um JF senhor de si e orgulhoso de todos os seus sucessos, e dos que haviam de vir, decidiu contar-me a verdade, à mistura com algumas interpretações que hoje lhe dá. «Menino de sua

mãe» até demasiado tarde, estas são as suas próprias palavras, JF cresceu puritano, ao ponto de, ainda no liceu, se ter forçado a contar a um colega as «marmeladas» em que vira a irmã num cinema de bairro, ao que o outro felizmente pouco ligou, e, anos depois, já na tropa, ter tentado evitar o casamento de um amigo com uma rapariga de quem no quartel se diziam mundos e fundos, uma vez mais sem êxito.

Mas a carne é como é, dizem que fraca, e o rapaz cedo se descobriu sexuado, com o pânico de não saber o que fazer disso, mas tirando daí, até ver, como qualquer um, o proveito, e a enorme culpabilização, das soluções que a natureza invariavelmente propõe para estes casos.

E deu-lhe forte. JF descreveu-me com pormenor a excitação que lhe causavam cenas de filmes, que não passavam dummas beijocas em grande plano, o que a censura deixava passar com a excepção de uma cena que não esquece, a BB bamboleando-se nua debaixo de uns lençóis (essa pelos vistos mal cortada), o frenesi que lhe produzia aliás qualquer nudez, mesmo apenas adivinhada, fosse nas praias, tão «censuradas» também, até nas ruas, quando vinham os primeiros calores primaveris, e nos ginásios em que era assíduo, no liceu ou ali no Triângulo Vermelho, às terças e quintas, que o corpo respondia-lhe a tudo, sem distinção de sexos, o que lhe causou alguns embaraços, JF di-lo hoje sem problemas, mas calculo os dramas que o atarantado jovem terá enfrentado nesses dias.

Até que, ao passar férias em Coimbra, em casa de um colega endinheirado, o rapaz se viu arrastado, já perto dos vinte anos, para uma aventura nocturna, com duas prostitutas levadas no carro para um ermo qualquer. Quando lhe chegou a vez, o meu amigo descobriu-se impotente, mas nada veio a saber-se, «que são coisas que acontecem», «que talvez ele tivesse bebido um pouco de mais», «que não ficava nada ofendida», «que afinal nem sempre apetece», e a rapariga nem queria arranjar sarilhos por tão pouco, depois de ter ali feito uma boa maquia. A partir daí foi a meticolosa gestão de uma constante simulação. Os bailes, os namoros, as incursões nos bordéis, onde ia com os amigos e ficava pelas salas, de conversa, expli-

cando estar sem massa, ou mal disposto, ou outra coisa qualquer, deixando os outros pensar que ele se despachara mais depressa, tudo isso eram exercícios de penosa apreensão de si próprio, de decifração de um enigma que julgava ser apenas seu: tratava-se de saber «com o que podia contar», até «onde podia ir», e «com quem», com esse corpo que lhe parecia estranho, a que não conseguia impor a sua vontade.

Aproveitava situações sem risco, como em Paris, quando do tal estágio que esteve na origem das seguintes desventuras profissionais, ou em Madrid, em viagem de curso, numa escapadela a desoras sem que dessem por ele, mas a cena de Coimbra repetia-se invariavelmente. Em terras sul-americanas, muito mais permissivas, desde que o precioso bem feminino fosse preservado para o futuro marido, JF seduziu uma jovem universitária que conheceu numa sessão cultural da Alliance local, e passou algumas noites de sábado com ela em cinemas drive in, acabando por saírem ambos sem qualquer ideia do filme que correria, mas ele com ideias cada vez mais precisas sobre coisas que muito lhe interessavam, e com a certeza de que não seria na relação fria e artificial com uma profissional que se lhe «cumpriria o corpo», na sua pitoresca expressão, inspirada pelo recente culto do poeta, que nunca deve ter lido. Tudo veio a terminar em bem, já no Verão de 1969, escolhera Sesimbra para duas semanas de férias solitárias, e aí se lhe deparou uma francesita, ainda por cima na mesma pensão, que não precisou de convencer, talvez nem o tivesse tentado. Deu com ela uma bela noite a entrar-lhe pelo quarto, e aí percebeu que a sua hora chegara — e chegou mesmo, naturalmente. Não a tornou a encontrar, mas nunca mais a esqueceu, como é costume.

Um ano depois, com grande desespero da mãe, estava a viver numa comunidade, desafiado por um amigo, num andar da Almirante Reis, dessas imensas casas antigas com corredor e portas de um lado e de outro, onde a regra era o amor livre e a ausência de preconceitos, a revolução sexual, é claro, a fazer das suas, mas conta-me JF, rindo agora muito disso, que não foi feliz a experiência, pois, noctívago como sempre fora,

deixando-se ficar até tarde pelos cafés, ou por casas de um e outro, ou em reuniões políticas, que então começavam, chegava sempre altas horas, já com tudo acasalado, tendo que se contentar com quem sobrava, ou com alguama forasteira de passagem. Ao fim de alguns meses, deu por que, mantendo-se embora a sacrossanta regra da liberdade de escolha, «a cada um segundo a sua vontade», o facto é que estavam pares formados, porque a vontade era essa, e ele viu-se ameaçado de ficar pendurado na Rosália, boa moça mas um pouco anafada para o seu gosto, pelo que resolveu raspar-se e alugar um apartamento na Fialho de Almeida.

Pouco dado a psicanálises, o meu amigo pensa até que a sua sorte foi nessa altura ainda por cá se falar pouco dessas coisas, nem por isso ele deixa de explicar toda esta aventura como uma desesperada luta para se libertar da mãezinha possessiva e castradora, e é bem capaz de ter razão. Mas a vitória final, essa atribui-a a qualquer intuição vital de que nada faria na vida sem a conseguir, o que pode parecer óbvio mas não é, ele próprio me contou dum casal que conhecera em forçada castidade, e a rapariga, sua amiga de muito antes, achava que, no fim de contas, o sexo não era tão importante como isso, tendo acabado por, sempre virgem, ter um filho, por um desses incríveis acasos da natureza que permitem, meses depois, um desfloramento pelo interior, no momento do parto, consumado pelo inocente numa inesperada e simbólica premonição da futura relação edipiana.

29 de Março — A lista dos 234 arguidos no caso DOPA (empresa que terá organizado a transferência de dinheiro para o estrangeiro), sem porventura ser surpreendente, não deixa de ser *espectacular*. Mais parece uma relação, feita por qualquer coluna social, dos convidados para uma grande festa de anos, ou de casamento, ou de estival convívio algarvio, no *milieu* da aristocracia e da alta (velha e nova) burguesia. Nomes marcantes dos tempos salazaristas: Amaral Neto, Homem de Mello, Vinhas (muitos), Bustorff, Ulrich, Queirós Pereira, Beirão da Veiga, Lumbrales, Cabral Moncada, Melo, Champalimaud. Ombreando com eles, um desfile de apelidos sonantes, alguns vindos de séculos passados, outros cheirando a fortunas mais recentes. Uma pequena selecção: Pinto Basto, Dornelas Cisneiros, Almeida Garrett, Mendia (vários), Black de Siqueira, Câmara, Mello Breyner, Rebelo de Andrade, Anahory, Braancamp Freire, Ricciardi, Vilardebó, D'Orey (vários), Raposo de Magalhães, Manoel de Vilhena (entre eles a inenarrável cronista do *DN*), Gonçalves Pereira, Burnay de Vilhena, Corte-Real de Albuquerque, Emauz, Mexia, Mardel Correia, Viterbo, etc., etc. Em muitos casos estes nomes surgem combinados, de diversas maneiras, revelando, sem margem para dúvidas, um estrato social na sua endogamia aristocrática (ou com pretensões a isso).

Ao que parece, pois, esta gente dispõe de rendimentos excedentários que justificam a «conveniência», mesmo em pleno regime «democrático», de os pôr a salvo no estrangeiro, que o Diabo tece-as. E como ninguém se arrisca, apesar de tudo, por quaisquer poucas centenas de contos, é claro que cada um daqueles 234 bicos terá posto em jogo, na operação, alguns ou muitos milhares de contos.

Coisas destas levantam a séria suspeita de que, para além de muitas fortunas que já se fizeram depois do 25 de Abril à custa de tudo o que é negociata (mais ou menos legal), compadrio, contrabando, e por aí fora, o dinheiro (a riqueza, no sentido restrito), *não deixou de estar onde estava*. Esta aristocracia/alta burguesia, ricaça, em boa parte especulativa, ociosa — se por trabalho entendermos uma necessidade, um constrangimento — limitou-se a apanhar um susto. Inocentes os que pensaram que o 25 de Abril os obrigaria a «mudar de vida»!

Não me interessa a questão da legalidade ou ilegalidade das operações: os tribunais se pronunciarão, não tenho dúvidas que com razoável benevolência. Nem sequer estão em causa nomes ou pessoas individuais: é o *conjunto* dos nomes que tem significado, sociológico e político. Todos eles serão, aliás, certamente muito patriotas e, à falta de melhor, muitos terão sido entusiásticos freitistas. E por que não soaristas, no fim de contas?

30 de Março — Amor: exercício, sempre incompleto, de *decifração*. Decifração dos códigos do desejo, das zonas de prazer, das incógnitas do espírito, único, labiríntico, desesperadamente íntimo. Duas linguagens que se aproximam, se misturam, se ajustam, sem nunca totalmente se encontrarem. Há uma *inteligência* do amor que nada tem a ver com a razão: inteligência dos gestos, dos olhares, dos silêncios, das peles.

Por isso a relação amorosa não está *necessariamente* condenada a declinar. Ao verem nela um jogo de poder e de posse, os jovens libertários dos anos 60 repudiaram a relação amorosa duradoura, sobvalorizando o amor passageiro, por um lado, e o amor abstracto (o amor «comunitário», o amor contraposto à guerra, o amor pela natureza, pelas crianças, pela «inocência»), por outro. Mas a relação só é *amorosa* se nela não existir o sentimento de *posse*, e então nada impede que se enriqueça com novas descobertas, com novas surpresas: o amor *pode* ser o enigma interminável.

2 de Maio — Morte quase simultânea de Genet e da Beauvoir. Vão desaparecendo os nomes grandes da minha juventude. A geração seguinte, aliás, viu os seus desaparecerem mais cedo: Barthes, Lacan, Foucault. Noto que os «grandes» de cada geração estão distantes dela uns vinte a vinte e cinco anos, o que é natural: aos 45-50 anos um pensador, filósofo, antropólogo, sociólogo, tem já uma *obra* e um *percurso*, e está em plena produção. Se traz algo de original, inovador, imaginativo, os mais jovens reconhecem-lhe autoridade, adoptam as suas teses e, por sua vez, exploram-nas, desenvolvem-nas, aplicam-nas: «os anões, aos ombros dos gigantes, vêem mais longe do que eles», dizia, nos recuados tempos medievais, Bernardo de Chartres. Aqueles homens tornam-se os *maîtres à penser* de uma geração, expressão desagradável se não for entendida como formadores ou inspiradores — não ditadores — do pensamento. Ocorre-me perguntar: quem serão os Sartre, Simone, Camus, Merleau-Ponty, Marcuse, Levy-Strauss, Barthes, Foucault, Lacan, etc., etc., da actual geração jovem? Ou será que deixou mesmo de haver *maîtres à penser*? Seria talvez um bom sinal — e tenho sérias dúvidas — se não visse surgirem na ribalta a fazer as vezes disso velhos pensadores como Schumpeter (lido apressadamente e mal digerido), ou como Hayeck e Popper, hoje nas bocas do mundo, e cuja função em lugar de propriamente criadora (refiro-me às suas teses políticas e sociais, não ao economista ou ao filósofo das ciências que, até há uns anos, sobretudo foram, respectivamente), tem sido pouco mais do que a de ressuscitar ideias com dois séculos de idade. Na tão dinâmica era da inovação e das mutações tecnológicas, não será bizarro que os jovens liberais se tenham de apoiar em pensadores quarenta ou cinquenta anos mais velhos, como que redescobertos à pressa nos últimos quinze anos?

Mas volto ao princípio. Neste mês que foi o do ataque de Reagan à Líbia (estaremos à beira de um duelo de loucos?), apetece citar, de cor, a frase célebre do Genet: «Odeio a tal ponto a sociedade *yankee* que, se vomitasse, creio que vomitaria as estrelas da sua bandeira». Bela expressão de uma revolta visceral, já não o é tanto o masoquismo complexado de Genet na sua última entrevista, agora publicada no *Monde*. Sem o querer assumir, Genet carrega consigo toda a culpa das sociedades avançadas relativamente ao 3.º Mundo. Genet ter-

se-á libertado de tudo, mas não foi capaz de escapar à prisão da sua própria pele branca, alienando-se numa *identificação impossível* com os não-brancos. E cai nos insuportáveis simplismos: todo o branco «é mau», todo o não-branco «é bom». Esta espécie de racismo ao contrário, de tão redutor, impede que se seja, com esses povos, ou com essas minorias, o mais que se pode ser: solidário.

5 de Maio — Uma constante em todos os processos de emancipação: a eliminação dos intermediários (ou a luta contra eles). Não escasseiam os exemplos. Na Reforma mais radical, pretendia-se uma relação *directa* do crente com Deus, sem os intermediários-sacerdotes, sem uma liturgia colectiva preestabelecida, sem uma Igreja entre o crente e as Escrituras (supostamente «interpretando-as»). No racionalismo, no empirismo, no positivismo, a razão e a experiência irão, por sua vez, eliminar religião e magias enquanto intermediários entre os homens e a natureza: os homens libertam-se das explicações ou interpretações míticas e entram em contacto *directo* com a natureza, de que são parte. Nas experiências e propostas da «democracia directa», os homens participam activamente nos assuntos da Cidade, tomam parte nas decisões, sem delegação de poderes a intermediários. Na organização económica, o movimento cooperativo procura justamente libertar os cooperantes dos encargos resultantes da rede de intermediários, encurtando ou eliminando a distância produtor-consumidor. Também os movimentos de defesa do consumidor tentam emancipar os consumidores da influência de «intermediários» que, em seu prejuízo, lhes distorcem as decisões, e neste caso se chamam publicidade, belas embalagens, brindes, interesses comerciais dos vendedores, etc., etc. Os críticos de literatura, ou de arte, ou de cinema têm também de ser «consumidos» com parcimónia e espírito crítico, como intermediários que são entre mim e a obra que leio ou vejo: podem ajudar ou tolher o *meu* julgamento.

Tudo isto tem que ver com temas anteriores: o «pensar pela própria cabeça» no voto presidencial, a relação com os *maîtres à penser*. Emancipar-me é *sublinhar* a minha diferença, é constituir-me como *pessoa pensante* e actuante. Analogamente para os grupos so-

ciais, cuja emancipação implica identificação, autonomia, criatividade própria.

21 de Maio — Não me irritam, comovem-me até por vezes, os ignorantes que não puderam ser outra coisa: sem instrução nem educação, nascidos e vividos em meios sem hábitos de leitura, ignoram até o facto de serem ignorantes — e nem a televisão, ignorante ela própria, os ajuda a sair desse círculo vicioso, se o não alimenta mesmo. Isso não significa que não tenham um saber feito de observação e experiência, e que não sejam, até, quantas vezes, depositários de uma sabedoria, ancestral essa, a que, por comodidade mas com pouco rigor, se tem chamado «cultura popular». Estes ignorantes despertam-me, isso sim, um sentimento de revolta pela injustiça social que sempre impediu muitos deles de serem os verdadeiros génios que poderiam ter sido, e os restantes de irem até ao limite das suas capacidades.

Pelo contrário, não só me irritam, como chegam a causar-me náuseas, os «ignorantes mascarados de sabedores», os que se arvoram em especialistas e bem-informados, só porque têm um título, ou uma profissão, que os habilita aos olhos dos incautos: lembro o caso dos professores catedráticos, meio onde abundam as arrogantes auto-suficiências, as abissais ignorâncias, onde a autoridade tantas vezes se adquire em carreiras de subserviência e de compadrio, isso mesmo que os novos mestres depois exigirão implacavelmente dos que um dia os virão substituir, num processo de incessante reprodução das estruturas do poder e do não-saber; lembro também os jornalistas, não todos, claro, mas esses muitos que diariamente nos manifestam a sua ignorância de tudo, a começar pela dos assuntos que tratam, e que se permitem dar opiniões, ou mesmo ser chamados à televisão como especialistas disto ou daquilo, ou ter acesso a colunas de análise política, de crítica, ou de petulante crónica de quotidiano; e não posso deixar de acrescentar um outro tipo particular de ignorantes, os tecnocratas, esses que, sendo porventura (quando são) especialistas em domínios limitados da economia, ou dos sistemas de informação, ou da tecnologia, falam como se fossem os portadores dos destinos do mundo, ignorando tudo o que não tenha que ver

com os números, ou com os computadores, ou com o que se passa no recato dos seus laboratórios ou das suas empresas, como se nesses estreitos limites se esgotasse todo o movimento, todo o pulsar, das sociedades actuais, e futuras. Isto sem falar da variante tecnocrática que são os «gestores de sucesso», que passeiam a sua importância, e mais do que frequente ignorância, de empresa para empresa, ou para gabinete de ministro, ou para cadeira de ministro ou secretário de Estado.

O caso mais óbvio, porque é forçado a expor-se, e isso aliás faz parte da sua própria promoção, é o do primeiro-ministro. Culturalmente nulo, como é patente, obviamente inseguro, o homem tem a ingenuidade de dizer que «nunca tem dúvidas e que raramente se engana» e transfigura-se em autoritário e senhor de soluções pragmáticas, técnicas, eficazes, para todos os problemas. A ignorância do mundo leva-o a supor que a «confiança dos empresários», as leis do mercado e as manipulações de taxas, de índices, de números serão suficientes para resolver *tudo*. Solitário, odiando que se lhe oponham, que o contradigam, que o discutam (logo, a própria «democracia»), raia o populismo, imaginando, como qualquer ditadorzeco, que o povo, esse, está consigo. Ainda há pouco, embalado pelos calores de um comício, gritou que se a Assembleia da República não lhe aprovasse alguns diplomas (em particular a lei dos despedimentos) «apelaria directamente ao voto do povo», ninguém sabe como. Acabou por desmentir, ele que nunca se engana. Como também desmentiu a sua profissão de fé tecnocrática nas centrais nucleares, feita em Londres, em pleno rescaldo de Chernobyl, talvez por ter achado que essa manifestação de firmeza e autoridade soaria bem aos ouvidos de uma Thatcher. Como é incapaz de reconhecer quaisquer demoras ou atrasos em decisões do governo, lançando, ao atrevido jornalista que o interroga, a invariável resposta de que «tudo o que o governo faz obedece a um calendário preciso, a uma programação rigorosa; se essa decisão ainda não foi tomada é porque ainda não chegou o momento exacto e mais adequado ao interesse nacional!» Coitado. Mas coitados de nós, também, já que os favores da economia internacional (petróleo, dólar, taxas de juro) acabarão por fazer parecer que ele tem razão. Raramente se enganará, mas enganar os eleitores, isso aprende-se depressa.

Só há uma coisa que os ignorantes não ignoram: que usar a máscara do sabedor, do competente, do «senhor-do-seu-papel» — *compensa*.

20 de Junho — Terminei hoje uma longa carta ao Vicente Jorge Silva, a propósito de uma sua crónica no *Expresso* (17 de Maio) intitulado «O choque do passado». Escrevi-a, não porque tencionasse enviá-la, mas porque o texto do Vicente faz um ponto da situação, brilhantemente condensado, de todos os grandes temas de debate de ideias, hoje, em Portugal: o fim das ideologias, a morte do marxismo, o empirismo/pragmatismo tecnocrático (leia-se «o cavaquismo»), a «3.^a Vaga», o crepúsculo do *Welfare State*, a questão liberalismo/protecçãoismo, a «modernização do país», a querela das nacionalizações. Era, pois uma boa oportunidade, por reacção ao muito com que não estou de acordo, de ordenar ideias — as minhas.

«Meu caro Vicente

Em resposta ao teu ‘Choque do Passado’, aí vão umas quantas reflexões, por temas, segundo a ordem por que os trata nesse texto:

1) *As inércias do passado* — A propósito daquilo a que chamas ‘a crise industria’, verberas a ‘falta de capacidade de resposta à reconversão das velhas indústrias’ e clamam por consensos em torno de uma estratégia de modernização que rompa com ‘as inércias do passado’. Outros, a que a tua Revista tem dado acolhimento, denunciam os *erros* da nossa especialização industrial e invocam a necessidade de uma nova ‘estratégia de especialização’, que oriente os investimentos para os sectores tal e tal, sempre de olho a brilhar e a eloquência a vir ao de cima cada vez que se trata de ‘tecnologias de ponta’.

Pergunto: terão sido apenas, ou sobretudo, *erros* (ou *inércias*, na tua expressão) as decisões, ou indecisões, que conduziram à nossa tão infeliz especialização? E quando

houve erros — e houve-os, clamorosos —, qual a sua precisa natureza, isto é, *em que consistiram* eles? Avanço uma explicação, correndo o risco de que a consideres insuportavelmente bota-de-elástico. A nossa supostamente errada especialização industrial resultou, em boa parte, de uma ‘divisão internacional do trabalho’ (como se dizia nos tempos ‘da ideologia’...) que só nos permite ser competitivos em *certas* indústrias e não noutras. Por outras palavras, o leque de oportunidades de investimento a que podemos aspirar é sempre limitado, e não está nas nossas mãos alargá-lo por aí além. E isto é, e será, tanto mais assim quanto mais a economia portuguesa se inserir num sistema aberto de trocas no mercado internacional. O *erro* dos tecnocratas do marcelismo terá sido, nesta perspectiva, o de pensar que podíamos alegremente romper esse espartilho, e dar um vertiginoso salto das indústrias ‘mão-de-obra intensivas’ para as ‘capital-intensivas’. Mesmo sem o azar do choque petrolífero, Sines teria sempre sido um desastre. Poderá notar-se, isso sim, que a ‘nossa classe empresarial’ (como hoje se diz) esteve longe de esgotar o aproveitamento da limitada margem de iniciativa que se lhe oferecia, ou seja, na colorida expressão do Eng.^o Rogério Martins num colóquio recente, de ‘apanhar as boleias da História’ que, segundo ele, é aquilo a que podemos aspirar (e deu, como excepção positiva, o exemplo da Lisnave). Mas cumpre assinalar que a maioria das multinacionais que por cá se instalaram seguiram idêntico padrão de comportamento: lucrar o mais possível à custa dos baixos salários e da disciplina forçada (éramos então o paraíso do não-sindicalismo) e, um belo dia, a pretexto de inesperados incómodos revolucionários, rasparem-se como ‘beduínos’ (outra expressão de Rogério Martins, na altura secretário de Estado da Indústria).

Eu sei que falar hoje de capitalismo, e da forma como o sistema condiciona as economias dominadas, caiu em desuso, mas, pegando-te na palavra, factos são factos, e é deles que temos de partir. Em termos de futuro, tudo isto significa que continuaremos a não poder investir naquilo que mui-

to bem entendermos, que a margem de alternativas se manterá estreita, e por isso mesmo, entre outras coisas, os governos parecerão todos iguais e custará diferenciá-los ideologicamente... Ou seja, que Portugal possa vir a ser uma espécie de novo Silicon Valley europeu (sonho de alguns), re-gorgitando de microelectrónica e biotecnologias, é coisa que está totalmente fora do ‘poder de decisão’ nacional, por mais ‘consensos estratégicos’ que entre os ‘agentes sociais, económicos e políticos’ (cito-te) se estabeleçam.

2) *Os malefícios da ideologia* — Atribuis aos excessos de uma ‘ideologização grosseira e absurda’ o ter-se ‘perdido de vista os dados económicos e políticos’, ‘pervertido a leitura das evidências concretas’, condicionado a ‘disponibilidade para enfrentar as situações e os desafios reais’ — isto a propósito da questão do sector empresarial do Estado, mas permitir-me-ás que o considere como uma posição de princípio, aplicável genericamente a outras áreas, como logicamente decorre da tua análise.

Antes de mais, tal é exactamente a posição do ‘empirismo tecnocrático e do pragmatismo imediatista’ que, mais adiante, pretendes ridicularizar. Entendamo-nos: transparece de muitos dos teus textos que detestas o estilo-Cavaco (se não mesmo o homem). Mas não é ele que proclama, contra os políticos-ideólogos, o primado da ‘resolução dos problemas concretos dos portugueses’? Não é ele que se propõe analisar os factos, as situações reais, e decidir racionalmente, em função dos dados que se lhe apresentam e do interesse nacional, *sem preconceitos ideológicos*? Já te ouço: mas isso é feito sem projecto nem estratégia, sem procurar os tais ‘grandes consensos’ que nos permitam saber para onde vamos. Meu caro Vicente, não serás tão ingénuo que penses que um projecto ou estratégia ‘de sociedade’ seja coisa que se escreva em alíneas ou parágrafos, se submeta a discussão à volta de uma mesa concertatória, as ‘forças sociais’ (??) assinem todas e o País tenha enfim um rumo! Excluindo os casos conhecidos de radical construtivismo ou voluntarismo

social, que obviamente recusarás, os projectos e estratégias quase nunca são claramente formulados, é na prática política que se reconhecem, como é nela que se reconhece... a ideologia. Ainda será preciso insistir em que não existe política sem ideologia? Ao querereres separá-las, erras mais ainda do que o próprio Cavaco, que, sabendo como são indissociáveis, já chegou ao ponto de sugerir que não quis o poder para ‘fazer política’, mas para ‘resolver os problemas, etc., etc., etc.

Os vários pragmatismos (o dos tecnocratas de hoje, como o do Soares quando decidiu meter o socialismo na gaveta) não passam de ideologia dos que dizem não a ter, ou põ-la entre parêntesis face às ‘exigências do real’. Os que o fazem, colocam-se fora do campo da esquerda: não há pragmatismo de esquerda, uma esquerda digna desse nome *dá sempre a cara em termos de ideologia*. É por isso que, quando se anuncia o fim das ideologias, estamos perante a ideologia dos que pretendem, desse modo, anunciar o fim da esquerda — o que é obviamente um absurdo.

3) *O neoliberalismo e os velhos proteccionismos* — Opões, enquanto extremos que repudias, o ‘novo-riquismo político do liberalismo’ aos ‘guardas do templo do Estado-padrão’. Parece simples, mas não é tanto. Como me irás explicar (e não me venhas com o ridículo alibi constitucional!) que, *onze anos* após o 25 de Novembro, tendo-se sucedido no Governo partidos que, sem excepção, se diziam acérrimos patrocinadores de um papel crescente da iniciativa privada, o sector empresarial do Estado *não tenha praticamente sido beliscado*? Por outras palavras, como explicar que tantos neoliberais no poder (só o PSD já leva 6 anos seguidos no Governo!) tenham sido os melhores guardas do Estado-*Padrão*?

A resposta nem é difícil. É que o sector empresarial do Estado (não só industrial, pois há também a Banca, os Seguros, os Transportes, as Telecomunicações, etc.) tem sido um precioso instrumento nas mãos dos dirigentes políticos,

com variadas e importantes funções. Antes do mais, ele tem permitido a *todos* os partidos do governo distribuir cargos, gratificar zelos, aliciar indecisos, gerir influências e favores, recrutar ministros e secretários de Estado, para não ir mais longe — enfim, constituir e rodar uma casta dirigente da política e da economia, um alargado grupo de novos-ricos (agora no sentido literal), em boa parte interessados em tudo, sobretudo, no dinheiro e no poder, menos em... gerir empresas. Aliás, nem era propriamente para isso que eram (são) escolhidos, já que a segunda função do sector empresarial do Estado, essa já claramente ideológica, era evidenciar a total incapacidade do Estado para gerir empresas: dos péssimos resultados de muitas dessas empresas nunca foram pedidas responsabilidades a ninguém, nem podiam ser, pois, em definitivo, eles eram politicamente desejáveis e só vinham reforçar a tese do ministro Cadilhe de que ‘o Estado é bronco nos negócios’. Enfim, terceira função, o Governo canalizava para essas empresas o grosso da imensa dívida externa, o que mais odiosas as tornava aos olhos dos que tinham de apertar vigorosamente o cinto por virtude de um endividamento insustentável.

Vejamos de outro ângulo: se bem geridas, teriam todas essas empresas sido exemplarmente lucrativas? Algumas não teriam sequer que o ser, como também não o são noutros países: as que prestam serviços públicos a preços subsidiados. Outras correspondem a investimentos fora de tempo, decididos nalguns casos ainda pelos seus antigos proprietários privados, que, de qualquer modo, se teriam revelado inviáveis. Enfim, outras ainda teriam sempre sido inexoravelmente abaladas pela evolução económica internacional. Mesmo nos países mais vigorosamente defensores do mercado livre (incluindo os E. Unidos), têm sobrevivido à custa dos dinheiros públicos muitas empresas de sectores em crise, nisso estamos longe de ser originais — adiante voltarei ao assunto. Não são, pois, os lucros, impossíveis em *muitos* casos, que estão em causa. Está, isso sim, da parte de gestores e governantes, a completa irresponsabilidade em maté-

ria de esbanjamento dos tais dinheiros públicos, com objetivos, políticos e outros, altamente inconfessáveis. Como foi possível, por exemplo, que sucessivos governos fossem fechando os olhos ao volume crescente de 'crédito mal parado', até se atingir hoje, segundo números recentes, a incrível verba de 400 milhões de contos? De onde virá o dinheiro com que muitos novos-ricos, liberais ou não, se tornaram novos-ricos? Julgo que a história da nossa política nos últimos dez anos seria *totalmente transparente* se fosse possível descobrir com exactidão o destino desses 400 milhões. Mas não é coisa que se pudesse pedir nem aos valentes e perspicazes Marlowe ou Sam Spade: vencedores de todos os *gangs*, eles arriscar-se-iam a deixar aqui a pele em pouco tempo.

Agora, a questão do 'proteccionismo', o modelo que, na tua expressão, 'esgotou o seu tempo de sobrevivência'. O exame desta questão daria para uma dúzia de cartas. Fico-me apenas por algumas reflexões. A primeira é a simples constatação de que só as economias dominantes, porque é esse o seu óbvio interesse, têm sido, desde o passado século, intransigentes defensoras do liberalismo económico, com especial ênfase na sua vertente externa, o livre-cambismo: é natural, são as mais competitivas. A Inglaterra foi livre-cambista na 2.^a metade do século XIX, hoje são-no (em palavras, bem mais do que em actos, diga-se a verdade) os Estados Unidos. O Japão, esse, *ainda não* é: o seu espectacular crescimento desde o pós-guerra tem sido feito no mais rigoroso proteccionismo do mercado interno, como se sabe. O seu proteccionismo não o impediu, contra o que dizem as teorias, de ser altamente competitivo nos mercados externos, o que fez despertar reflexos proteccionistas onde nunca se esperaria: não impõem os E. Unidos à Toyota que os seus carros fabricados em território americano tenham uma taxa mínima de 'incorporação nacional', *exactamente* como em Portugal se fez (sem sucesso, aliás) quando cá se instalaram — à força, diga-se — as primeiras linhas de montagem? Com excepção, pois, da potência dominante do momento, todos os outros países, em menor ou maior escala, *sempre*

foram e continuam a ser proteccionistas — mesmo os da própria CEE entre si, ninguém o ignora. E indo mais longe, o que chamar às fabulosas encomendas da NASA e do Pentágono, bem como os financiamentos estatais à investigação, nos E. Unidos: não será o intervencionismo (neste caso sob a forma de distribuição de dinheiros e apoios do Estado) uma forma de protecționismo, por criar competitividades que não as geradas pelo simples jogo das forças do mercado livre?

Cito-te ainda dois exemplos esclarecedores. Primeiro, a Espanha. Muito mais severamente proteccionista do que Portugal (ainda hoje), pôde, apesar disso (ou por isso mesmo?) ultrapassar-nos largamente, em poucas décadas, em termos de desenvolvimento industrial. Conclusão: *há protecționismos e protecționismos*. Uns sabem, e podem, aproveitá-los, outros não. Segundo exemplo, a Irlanda. Treze anos após a adesão à CEE, continua a ser um país *menos industrializado* do que Portugal, com a mais alta taxa de desemprego da Comunidade, com uma total dependência da economia britânica (com a qual efectua mais de 60% do seu comércio externo: Portugal não faz com nenhum país mais de 12% do seu comércio), com uma dívida externa *per capita* dupla da portuguesa. E o investimento estrangeiro que atraíu, e que não contribuiu minimamente para alterar tal situação, foi aliciado, não pelo clima liberal das trocas comunitárias, mas, ao contrário, por incentivos fiscais que violavam frontalmente as regras da ‘leal concorrência’ tão caras a Bruxelas... Que benefícios trouxe então à atrasada Irlanda a integração europeia? Talvez nenhuns, mas não é esse o problema. Dada a sua íntima relação económica com a Inglaterra, a Irlanda *foi obrigada* a seguir a decisão britânica de aderir à CEE. Foi o que se deu com Portugal por ocasião da adesão à EFTA, e hoje também, dada a polarização das suas trocas com a Comunidade *no seu conjunto*. Isto significa, quando muito, que *não havia alternativa* dentro do sistema de trocas capitalistas para uma economia pequena e dependente como a portuguesa. Por outras pala-

vras, será o menor dos males (atitude a que vários actos eleitorais nos têm vindo a habituar...), mas nada prova de que a adesão venha a gerar entre nós um desenvolvimento acelerado — a não ser que estrangeiros assim o decidam, no seu próprio interesse.

4) *Os mitos marxistas e o Estado-Providência* — Dizes que há que ‘reconhecer frontalmente a derrocada dos últimos mitos marxistas na área económica — de que são sintomáticas as experiências chinesa e soviética e o crepúsculo generalizado do *Welfare State*’. Aqui quem frontalmente não te reconhece sou eu: o que têm a ver os tais mitos marxistas com o *Welfare State*? Seriam marxistas Bismarck — precursor do ‘Estado Social’ — Roosevelt, o circunspecto Lord Beveridge, De Gaulle e tantos outros? Todos eles representam passos que, ao longo de mais de um século, e sobretudo nos últimos cinquenta anos, foram configurando os Estados-Providência de hoje. Por detrás deste processo, perfila-se, desde os anos 30, como sabes, a figura de outro Lord, Keynes esse (outro marxista?), o paladino do pleno emprego pelo impulso à procura, para o que se tornava indispensável o papel do Estado — como investidor e como amortecedor das bruscas flutuações dos rendimentos.

Os dispositivos do Estado-Providência sempre foram considerados, pelos seus próprios promotores, como meios capitalistas de defesa do capitalismo, ou seja, como indispensáveis armas para não permitir que as crises do sistema degenerassem perigosamente em tentações revolucionárias. Também os marxistas assim o entenderam e analisaram, e não julgo que se tenham enganado.

Quanto ao Estado-Patrão, que *não é o mesmo* que o Estado-Providência, embora as duas coisas se tenham logicamente acompanhado, também não se trata propriamente de um ‘mito marxista na área económica’: o Estado alemão imperial, antes de 1914, como o Estado russo antes de 1917, eram já, a seu modo, Estados-Patrão. Como depois se tornaram padrões os Estados fascista e nazista, e mais tarde,

no 2.º pós-guerra, os principais Estados europeus, sendo ainda hoje de assinalar o estranho caso de prosperidade conduzida pelo Estado que é a Suécia, contra os ventos do liberalismo — mas tudo isto sem sair do sistema capitalista. Do caso português, já acima falei. As nacionalizações perturbam, entre nós, muitos espíritos, não pelos prejuízos que causam ‘ao país’ (já demonstrei quem hoje beneficia delas) mas porque esses espíritos as filiam, com razão, na tradição leninista, e não na fascista ou gaullista: é uma questão ideológica, que bem se compreende. Nada tem que ver com qualquer preocupação de racionalidade ou irracionalidade da economia.

Resta, como mito em que poderás estar a pensar, embora praticamente ausente da controvérsia política em Portugal, o da planificação central. Não se trata, em rigor, de um mito marxista, mas leninista e, mais rigorosamente, estalinista. De facto, como te recordarás, Marx falou pouco do assunto: o seu problema foi basicamente o da teorização e ‘desmontagem’ do sistema capitalista e respectivas consequências em termos da prática política e social, e só esporadicamente deu algumas achegas quanto à futura ‘sociedade sem classes’.

Marx não era um futurólogo, como os que hoje são tão populares e vendem milhões. Mas é claro que à extrema irracionalidade da produção capitalista, assente na maximização do lucro e não na ‘utilidade social’ dos bens produzidos (que é a racionalidade do capital), haveria que opor uma racionalidade outra, que potenciasses em benefício da maioria a utilização dos recursos. Imagino-te a sorrir, pensando nas mil e uma histórias caricatas, e verdadeiras, sobre a imensa irracionalidade social do sistema económico soviético (algumas das quais eu próprio contei num livro que pouca gente leu). Não contesto que um certo ‘mito dos planos quinquenais’ tenha existido e tido um grande efeito mobilizador das imaginações, até se ter reconhecido que, para além da efectiva criação de um impressionante parque de indústrias pesadas, foi também o instrumento de poder de

uma burocracia partidária asfixiante. Mas que dizer do mito 'oposto', o da eficácia da utilização dos recursos pelo sistema de mercado livre, quando diariamente nos chegam exemplos do monumental efeito de desperdício e destruição de recursos a que tal sistema conduz? A esquerda não se poderá nunca furtar a uma reflexão que tenha por base o desejo, a vontade e a necessidade de pôr a economia ao serviço da 'colectividade', numa perspectiva de 'racionalidade', de solidariedade, de justiça social. Mas sem ignorar que nessa colectividade continua a haver interesses sociais diferenciados (chamemos-lhes classes, ou qualquer outra coisa, se preferires), e portanto também os que defendem a economia do desperdício, porque dela vivem, e bem, e dela lhes vem o poder. Isto quer dizer que, em torno destas questões, os *consensos* serão sempre ilusórios, ou manipulados, ou simplesmente para ficar no papel. O mito dos consensos estratégicos poderá servir para te consolar a alma, não para superar os famosos 'choques do passado' que tanto te preocupam.

5) *Os 'casos' da indústria nacional*— Os tais factos de que devemos partir para as nossas análises (e, na tua opinião, para chegar aos tais consensos), somos nós que os escolhemos, e nessa escolha nunca a ideologia está ausente. Nesta matéria, escolheste mal os *teus* factos, pois eles nem sequer suportam as *tuas* conclusões. Vejamos.

Dizes que a indústria vidreira (mais precisamente a cristalaria) e a petroquímica são, cada uma a seu modo, dois 'arcaísmos' que demonstram a que ponto temos sido incapazes de nos libertarmos de um passado industrial que nos sufoca. E falas, com o mesmo ar, dos 'estaleiros-fantasma', cujo exemplo da Parry & Son é tratado no número da Revista em que escreves.

Ora sucede que a indústria da cristalaria manual não é nenhum arcaísmo que só em Portugal se teime em fazer sobreviver. Sendo, sem dúvida, uma indústria tradicional, na generalidade dos países avançados europeus (França, Ale-

manha, Inglaterra, Suécia, etc.) ela continua a existir, a manter o seu prestígio e a ganhar bom dinheiro. Ainda há dias me chegou às mãos um artigo sobre a renovada pujança das empresas cristaleiras da Lorena (em que se inclui a famosíssima cristalaria de Baccarat), segundo o qual 'face à concorrência das produções mecanizadas, a cristalaria da Lorena escolheu apostar na gama alta e na exportação, nomeadamente desenvolvendo as suas fabricações tradicionais'. Foi isto, é claro, o que os empresários da Marinha Grande não souberam fazer (soube-o um de Alcobça), mas alguém porventura virá a saber fazer por eles. Preferiram sobreviver, nos últimos anos, à custa dos dinheiros públicos: um deles, por exemplo, beneficiou de centenas de milhares de contos de perdão de dívidas à Previdência e de vultosos subsídios para manutenção de postos de trabalho, e é difícil resistir à tentação de associar a isso a presença de um conhecido político e ministro (aliás liberalíssimo...) nos seus corpos sociais. E, mesmo assim, a empresa vai de mal a pior, não o empresário, é óbvio. De qualquer modo, insisto, não se trata, como sugeres, de uma indústria condenada, só porque é tradicional. Eu diria mesmo o contrário. Os fascínios da 3.^a Vaga têm destes exageros...

Outro tipo de questões se põe quanto aos estaleiros e à petroquímica, mas o teu erro continua a ser o de pretender 'nacionalizar' problemas que estão longe de ser só nossos. Cito-te, de novo, alguns passos de artigos recentes de revistas especializadas: 'Os estaleiros americanos trabalharam, durante dezenas de anos, ao abrigo de uma das legislações mais proteccionistas do mundo. De 1979 a 1982, 229 navios mercantes encomendados aos estaleiros americanos beneficiaram de subsídios públicos por vezes até 50% do seu preço de venda'; 'A França, como de resto a Europa, perdeu toda a possibilidade de resistir à concorrência dos estaleiros do Extremo Oriente [...] Todas as encomendas registadas por estaleiros franceses são subvencionadas entre 20% e 50% dos seus preços de venda [...] A França não é, nem de longe, o único país a suportar assim a sua indústria naval.

O auxílio do Estado pode mesmo ser visto como uma justa compensação para a batota generalizada... que dura há 35 anos! [...] A estrita aplicação dos princípios liberais conduziria a fechar os 13 estalciros civis franceses que hoje beneficiam de apoios orçamentais'. Quanto ao *steam-cracker* da CdF Chimie (empresa estatal desde os anos 40, não desde... Mitterrand), unidade de fabrico de etileno como a da nossa CNP: 'Duas soluções estão a ser encaradas: o fecho puro e simples, que seria oneroso, ou a venda a outro petroquímico'. Em todo o caso, dados os enormes problemas financeiros, 'o Estado será obrigado a conceder um novo fôlego [isto é, mais dinheiro] à CdF Chimie, a quem já deu 4 mil milhões de francos em 5 anos'.

Em resumo, estes 'elefantes brancos' não são apenas portugueses. Estamos mesmo muito longe, nestes domínios, de ser o Estado mais proteccionista ou intervencionista do mundo. Pelo contrário, nestes casos, a extraordinária 'subtileza' dos nossos políticos está em ir enterrando dinheiro em tais elefantes, sem chegar a 'protegê-los'... É fácil ser-se liberal quando não se está suficientemente informado.

6) A 'pós-industrialização' — Vejamos agora a tua dramática tirada final: 'Que país moderno, a salto para a pós-industrialização, seremos ainda capazes de conceber — e desejar — no inadiável choque com o futuro' Acho felicíssima a tua expressão 'a salto': é que, tal como tantos dos nossos emigrantes nos anos 60, só mesmo 'a salto' — isto é, violando as regras — poderíamos entrar com essa pressa toda na 'pós-industrialização'. Esqueces que aquilo que um homem só, ou um pequeno grupo, pode fazer nas montanhosas fronteiras da Beira ou dos Pirenéus, já não é imaginável para um país inteiro. Dava demasiado nas vistas... Ninguém nos vai deixar *dar o salto*. O trampolim do liberalismo e do mercado livre, não somos nós que o colocamos: é-nos colocado pelo mercado internacional, numa posição tal que nunca poderemos, no nosso 'salto', ir longe demais. No quadro capitalista (desculpa lá), é assim. Não dominamos

(nem podemos dominar) as tecnologias, nem os mercados, não controlamos (nem podemos controlar) os preços, não temos (nem podemos ter) ‘massa crítica’ política, económica, científica. Faremos ‘umas coisas’: teremos umas empresas-Carlos Lopes, uns técnicos-Carlos Lopes, uns cientistas-Carlos Lopes, e é tudo.

A nossa entrada na pós-industrialização, ou na 3.^a Vaga, como queiras, é apenas uma espécie de *utopia interessada*: dos que se batem por ela, alguns serão sinceros, ou ingénuos, ou ignorantes, muitos outros sabem bem que se trata de uma utopia, mas, *porque está dando bons dividendos*, fingem que não sabem. Fala-se hoje muito deles, parecem ‘homens do futuro’, são escutados, convidados, considerados, há muito dinheiro (e muitos lugares) para a ‘inovação tecnológica’. Sabes isso.

Donde se prova que há utopias para todos os gostos: uma vez mais, a questão é de ideologia. Pela minha parte, persisto em preferir a utopia de uma sociedade mais justa. Que talvez só dê para ir escrevendo cartas aos amigos».

25 de Junho

«Não faço ideia por que me pediste para pôr no papel a história da minha militância política antes do 25 de Abril. Na altura torci o nariz. Eu próprio já não me lembrava desses tempos agitados, e muito menos dos pormenores de toda aquela confusão, mais ou menos clandestina, afinal uma espécie de brincadeira juvenil (eu sempre um pouco atrasado) mas com alguns riscos, que só faziam torná-la mais excitante. Mas tu bem sabias que a 'folha em branco' é um sorvedouro de palavras, e de memórias, e que tudo, ou quase, acabaria por se reconstituir na minha cabeça, quando confrontado com ela. Afinal, não me arrependo. Aí vai, tal como me veio.

Em princípios de 69, deves recordar-te, começavam a aparecer como cogumelos, sinal da primavera marcelista, as famosas cooperativas culturais. Com a inquietação política e o desejo de fazer coisas que trouxera das Américas, e sem conhecer gente que se movesse nesse submundo que eram as oposições várias, sem sequer as saber muito bem distinguir, resolvi fazer-me sócio de uma delas, com sede por detrás da Alfredo da Costa. Venda de livros a preços mais baixos, centro de documentação, debates — era esse o programa inicial. Quase tudo estudantada politizada, havia por ali alguma imprudência, basta ver a facilidade com que me aceitaram no 'clubes', apenas com a escassa garantia do nome de um ex-colega meu, que me indicara a cooperativa, mas julgo que só dela sa-

bia por um jovem primo que era da direcção. O certo é que me habituei a passar por lá aos fins de tarde e, ao acaso das necessidades, ia ajudando no que calhava. Aos poucos, comecei a levar para casa, e a devorar noite fora, tudo o que havia à mão de Marx, Lenine e Mao, livros e brochuras muitos deles nem sequer expostos na grande mesa que havia no meio da sala, só acessíveis aos íntimos da casa, que também não os liam tanto como isso. Os debates começaram a meio do ano, primeiro pouco divulgados, na prática reservados apenas aos cooperantes mais activos. Depois de férias, conseguiu-se levar lá algumas figuras da chamada oposição democrática, e chegou-se a anunciar nalguns jornais mais 'fixes'. Nessas sessões já foi claro o confronto entre os que se mantinham dentro de certas regras do jogo e se empenhavam a fundo nas eleições que aí vinham, e nós, os mais radicais, para quem só a revolução permitiria resolver todos os problemas.

Foi nessa cooperativa que encontrei o Chico. Pouco mais de 20 anos, era um tipo das Arábias. Gente da Figueira, o pai fora desde cedo o terror da cidade, maniaco das motos, com que atropelou vários conterrâneos. Ainda novo, raspava-se para o Brasil e de lá viera, anos depois, rico (ninguém sabe como), com o Chico ainda miúdo e sem mãe conhecida. Não tardou que, em Lisboa, onde vinha estoirar o dinheiro em pândegas nocturnas, a amante de um administrador da Sacor se encantasse com ele e movesse influências de alcova para o velho lhe conseguir uma concessão de bombas de gasolina. E voltou, já perto dos quarenta, a ser o terror da cidade: divertia-se agora a varrer, com o seu fora-de-bordo de alta potência, as linhas de pesca dos pacatos figueirenses que se sentavam à beira do Mondego com aquela imensa paciência de quem espera horas sem fim que lhe mordam o isco. Mas as suas amizades na polícia safaram-no sempre (só muito mais tarde, em 75, acabou por ser apanhado entre os que andavam a incendiar sedes do PCP, mas bastou esperar pelo 25 de Novembro para voltar à mó de cima). O Chico não descansou enquanto não se viu livre da casa paterna. Em 69 estava já há dois anos em Lisboa, arranjava um empregozito de escritório no

Largo D. João da Câmara, mas a sua vida era a Revolução. Tinha ligações com um grupo marxista-leninista de Paris, dissidentes da FAP de 64, de onde recebia regularmente uma folha cheia de teoria, em que se analisavam todos os indícios obviamente anunciadores da próxima insurreição proletária em Portugal. O Chico e mais uns quantos acabaram por criar a cooperativa como capa legal para o seu 'comité revolucionário', segundo ele já com diversas células em empresas da zona de Lisboa.

Primeiro quase só por amizade com ele, depois já por entusiasmo próprio, não passou muito tempo que não me visse metido em tarefas organizativas: levava mensagens ou convocações a casas do Alto Pina ou de Campo de Ourique, passava textos ao stencil, tinha encontros em esquinas próximas de fábricas, onde militantes com ar conspirativo se limitavam a receber, sem uma palavra, embrulhos que o Chico pessoalmente me confiara, etc., etc. Só lá para 71 ou princípios de 72 é que as coisas começaram a aquecer. A minha formação e o já então razoável conhecimento dos textos fundadores do marxismo-leninismo fizeram de mim, quase sem que eu desse por isso, um dos (poucos) teóricos da organização: de amigo da família, passei a militante convicto e diligente e, rapidamente, cheguei às estruturas de topo. O que não foi nenhuma lança em África pois, na altura, tudo aquilo se resumia a umas dezenas de estudantes com alguns empregados e operários à mistura. Mas todos acreditando, posso assegurar-te, que dali ia sair 'a revolução proletária'.

Nosso irreductível adversário, escusado será dizer, era o que chamávamos o 'partido revisionista', que acusávamos de se retrair na acção revolucionária para não assustar a pequena e média burguesia (os 'portugueses honrados'), limitando-se a uma acção antifascista de unidade alargada, cujo 'levantamento nacional' não poderia conduzir a mais do que uma 'revolução democrática', em que o proletariado se iria entregar nas mãos da burguesia. Segundo nós, tudo isso estava ultrapassado, o proletariado já tinha força suficiente para, em aliança com os camponeses, desembocar directamente numa

'democracia popular', através de uma insurreição armada. Assim o seu partido de vanguarda soubesse mobilizar a classe, organizá-la, prepará-la por meio de lutas cada vez mais radicalizadas. E não era isso que víamos: privilegiava-se a conquista dos sindicatos corporativos, a aliança com os 'bons democratas', defendia-se a passagem gradual e pacífica ao socialismo, preferia-se a infiltração à luta aberta (isto é, as tarefas de aparelho às do fortalecimento da classe operária), desprezava-se objectivamente a luta antiguerra colonial. Como te lembrarás, quem esteve sempre à frente desta última foram os católicos progressistas e, nos últimos anos, as pequenas organizações m-1, como a nossa (e não faltavam!), muito influenciadas de resto, pelo Guevara, com a sua teoria dos '2, 3, muitos Vietnames'. Numa palavra, enquanto o PCP só via pela frente o 'fascismo', nós víamos o 'capitalismo internacional', o 'imperialismo': acusávamo-lo de ter deixado de ser internacionalista.

Tudo isto pode hoje parecer algo caricato (a mim parece-me, pelo menos), mas era enorme o calor com que discutíamos essas questões, e da minha pena saíram não sei quantas diatribes anti-revisionistas, em que as citações de Mao e de Guevara se alternavam.

Na realidade, eu nunca fui propriamente um dirigente partidário. O facto de ser economista e ter um cargo importante numa empresa foi considerado precioso para a organização: era a informação que me chegava, os contactos que mantinha com muita gente em outras empresas e no aparelho de Estado, algumas deslocações ao estrangeiro e ao Ultramar, como então se dizia. Fonte de informação e uma espécie de 'embaixador itinerante', era bom demais para me queimarem com uma militância clandestina a que outros se podiam dedicar a tempo inteiro. Tinha, pois, lugar nas reuniões da comissão política (o Chico a presidir, claro), mas sem pertencer ao órgão. Não devia também aparecer em manifestações que não fossem alargadas a outras organizações, e sobretudo nunca naquelas manifestações anticoloniais relâmpago que um punhado de militantes desencadeava em qualquer ponto da cidade, e que de-

ram umas boas cacetadas e algumas prisões. Estava, digamos, em 'reserva de revolução', e entretanto participava da estratégia e das decisões, e escrevia textos infundáveis para a folha revolucionária destinada aos militantes. Não assisti a uma espécie de minicongresso em 72, mas estive nos bastidores, escrevi estatutos, o programa quase inteiro e umas quantas moções. Arbitrei conflitos, tomei partido noutros, mantive um olho sobre os dinheiros (não te vou dizer de onde vinham, mas podes estar certo que não escandalizaria ninguém), dei instruções a militantes operários de fábricas em greve e ocupei-me de algumas questões disciplinares e de 'moral partidária'. Aquilo estava longe de ser libertário: por exemplo, as ligações amorosas dos militantes, e em especial dos mais responsáveis, eram passadas à lupa. Um novo companheiro ou uma nova companheira de qualquer militante, como uma potencial separação, eram tratados como casos políticos e o partido (eu chamo-lhe sempre assim, por comodidade, mas nunca passou de um 'comité') intervinha directamente no assunto. Penso, aliás, que era bem menos uma questão de puritanismo do que um receio de abrir brechas na organização, que se tornava vulnerável a fugas e infiltrações, isto sem falar, é claro, na preocupação com o possível esfriar do ardor revolucionário de quem teria outros ardores com que se ocupar. Pela minha parte, não tive problemas, pois a ligação com a Virgínia, diligente militante de base, que começou dois meses antes do 25 de Abril, era obviamente insuspeita e não deu lugar a quaisquer averiguações ou discussões. Porque houve casos, sobretudo quando 'se sabia' da coisa sem que o militante tivesse publicamente declarado (isto é, em reunião de célula), em que o tipo era mais do que apertado e eram-lhe dadas instruções severas quanto ao seu comportamento afectivo-político, colocando-o mais ou menos sob vigilância. Confesso que dormi várias vezes com a Virgínia antes de termos feito a tal declaração, mas acho que ninguém soube, e se soube, fechou os olhos.

Em fins de 72, com a famosa 'lei das cooperativas', tivemos que encerrar as actividades na sede, e passámos a reunir-nos por casa de uns e de outros, até arranjarmos uma es-

pécie de garagem na Buraca, que era um bom ponto de apoio mas onde raramente nos juntávamos para não despertar suspeitas. Ainda assim, o 73 foi um ano movimentado, entrou bastante gente, 'estivemos' em várias greves e acções de rua, começámos a pensar em armas: não era esse o objectivo, a 'insurreição armada', o povo de armas na mão? Ajudámos alguns militantes a desertar, mas discutíamos vivamente se devíamos continuar a fazê-lo, pois, afinal de contas, era na tropa que estava o povo e que estavam as armas...

Por alturas do 16 de Março, já tínhamos informações sobre a agitação dos capitães, por via de um miliciano simpatizante. Pressentimos que as coisas se iriam precipitar e, como organização, as nossas reservas eram muitas: na melhor das hipóteses, era a 'revolução democrática' que aí vinha, muito antes que as massas proletárias tivessem o seu 'partido autêntico' e estivessem mobilizadas. Mas cada um de nós, penso (falo por mim), desejou no seu íntimo que isso acontecesse, e que viesse depressa o que ainda não sabíamos que se iria chamar 25 de Abril».

(Não era para acrescentar nada, mas não resisto. Irrita-me a ausência de ternura, ou de complacência, com que JF olha agora o único tempo apaixonado da sua vida. Ter sido capaz de se empenhar, de se entregar por inteiro a essa velharia que é hoje «um ideal», pouco mais é para ele do que um pretexto para caricaturar a paixão dos outros. Hei-de-lho dizer, se algum dia voltarmos a falar destas coisas).

2 de Julho — Deixo aqui registado um texto que tenho andado a escrever, a pedido do Luís Filipe, para uma sessão do IPC com a *Abelha na Chuva*. Aliás, se mo não têm pedido e eu tenho ido, após estes anos todos, rever o filme, é bem possível que o tivesse escrito na mesma, com a emoção da redescoberta.

«Não me é possível rever este filme, e dele falar, sem evocar o tempo em que foi gerado. Assumo, pois, o supremo impudor que é recordar, hoje, os anos finais desse decénio de 60, tão escarnecido pela nova vaga do jornalismo cultural. Aliás, companheiro de tertúlia de alguns dos que o fizeram — a começar pelo Fernando Lopes — não posso, nem quero, ser imparcial.

Talvez sonhado muito antes, o filme foi architectado, mastigado e, enfim, realizado entre 1968 e 1971. Tudo mexia, então, cá como lá fora. Os ventos de Primaveras estrangeiras (Paris, Praga), como os que nos traziam notícia sempre renovada da humilhação americana no Vietname, vinham desembocar aqui, por via de providencial cadeira, numa modesta 'Primavera marcelista', que durou, afinal, exactamente o tempo desse parto cinematográfico. *E pur, si muove!*, pensávamos, e com razão. Foi o tempo da desprofissionalização da esperança, insensatez magnífica que veio dar, anos mais tarde, muitas sinceras euforias, e outras tantas — como sempre — metecóricas carreiras... profissionais.

Uma Abelha na Chuva foi, em filme, o negativo dessa esperança. Por isso, talvez, sem o sabermos, o adorámos — como hoje, se me permitem, continuo a adorá-lo. Por isso, talvez, nos parece, hoje, que era impensável não ter sido feito no preto e no branco dos defi-

nitivos contrastes — quando suspeito que o foi apenas porque se contaram os tostões para o produzir. Filme de transição, como de transição era a época (pressentíamo-lo, hoje sabemos-lo), nele podíamos ver, melhor, *sentir* o futuro. Porquê?

O tema central do filme é o Destino (à *Força do Destino* foi Fernando Lopes buscar um significativo sublinhado musical). Destino dos Álvares Silvestres, que toda a vida ‘andaram de roubo em roubo’ mas, fracos e impotentes, mais não podem que alimentar com novos crimes, e muitos *brandies*, o patético remorso dos ‘tementes a Deus’. Destino das Marias dos Prazeres, que eternamente se forçam a ‘reprimir o grito’ do desejo em nome de princípios e aparências, amarradas ao destino de quem lhos paga. Destino de todos os ‘cocheiros’ deste mundo, chicoteados, denunciados, destruídos, mas também desejados, invejados, secretamente ‘reconhecidos’: ‘Os cocheiros estão fartos!’, exclama Álvaro face a Maria dos Prazeres, para quem a *palavra* cocheiro é um insulto, mas o seu cocheiro concreto é o *corpo* de uma tentação impossível. Destino, enfim, das Claras que amam e sonham, mas, portadoras de esperança, decididas à fuga libertadora, são esmagadas pela teia das convenções e das cumplidades dos poderosos, como a abelha pelos imponderáveis fios da chuva torrencial.

Pois bem, os ‘fortes’ (esses tigres de papel, como Mao nos ensinou...) que se debatam com o seu destino. Jacinto e Clara, vencidos aqui, não o serão sempre e necessariamente: a afirmação do amor (do ‘direito à felicidade’) contra um destino que é apenas o nome da repressão e da ordem social, eis o que, naqueles tempos, era, para muitos de nós, a *chave de tudo*, como que uma evidência (Reich fora ressuscitado há pouco). E, no entanto, tudo isso não estaria já no livro de Carlos de Oliveira, publicado quinze anos antes? Eu diria que estava tudo menos ‘o tempo e o modo’ de expressão de Fernando Lopes. Por um lado, em 1953 o ‘tempo’ era de leitura neo-realista, já não em 1971; por outro, o meio ‘imagem’ é um instrumento de re-criação, quando se quer — e se sabe. Fernando Lopes soube-o. Aquela dramático (melhor: trágico) episódio provinciano surge-nos, na sua mão, depurado e, sobretudo, ‘desmontado’.

Desde logo, são drasticamente reduzidas as personagens do romance: posto de lado todo o círculo de notáveis da aldeia (o médico,

o pároco, a professora, etc.), com as suas pequenas histórias, tudo se centra agora nos dois protagonistas, Álvaro e Maria dos Prazeres. As restantes figuras — Jacinto, Clara, Mestre António, Marcelo — são as pedras do seu jogo-confronto com o Destino, as ferramentas com que, impotentes, forjam, diante dos nossos olhos, um elo mais da cadeia que há vinte anos os acorrenta.

Mas o que de mais fascinante — e, na altura, surpreendente, tratando-se de cinema português — tinha o filme era a presença constante, *para além* do écran, desse implacável manipulador de imagens que é o realizador/montador. A montagem era a *desmontagem*. A dupla ficção que é o cinema — a ficção da história e a ficção do écran — era, pela primeira vez entre nós, utilizada em pleno para nos não dar (a nós, espectadores) ‘paz nem sossego’. Os longos planos fixos, as repetições de planos e sequências, os curtos *flash-backs*, aquele espantoso e infundável vai-vém de Álvaro, aquele grande plano de Mestre António barbeando-se (fazendo do público o espelho inútil da sua cegueira), os silêncios e os sons — sobretudo os sons! — estavam ali para *significar*, para ser lidos. Tudo isso era parte essencial desse objecto-filme, que não era apenas uma história para nos distrair: o filme era assim porque o autor o quis *assim*, e que o víssemos *assim*. O cinema português não voltou, a meu ver, a contar outra ‘história exemplar’ *desta maneira* — ou teremos sido nós que nos desinteressámos tanto das histórias exemplares como da maneira de as contar.

Já agora, termino com uma nota de humor. Recordando que a censura cortou, um dia, numa tradução de *Hamlet*, uma tirada de Marcelo julgada alusiva ao ditador de então, gostaria de pensar não ter sido por acaso que o Fernando Lopes trocou a morte de Clara (do livro) pela de Marcelo (no filme), e que os censores, desta vez distraídos, terão deixado passar. Nunca lhe perguntei.»

6 de Julho — O «Regabofe», título de um capítulo do Oliveira Martins a propósito da política do seu tempo, não se aplicaria mal ao que por aí vai.

Encontro um amigo, docente de uma Escola de Engenharia, que me conta a euforia que vai por lá com as massas do Fundo Social

Europeu: é só desencantar cursos de tudo quanto há (um deles tem o curioso título de «Patologia de Edifícios», e até é capaz de não ser inútil, pelo menos em Lisboa, onde caem ou ameaçam cair prédios por todos os cantos), e a CEE paga principescamente a monitores e também aos alunos, muitos sem emprego, para além de pagar equipamentos supostamente didácticos. Diz-se que a tal Escola, só por esta via, conta «arredondar» o seu orçamento deste ano com mais umas centenas de milhares de contos. Não teria nada contra, se tudo fosse em benefício do nível educacional e das condições de trabalho de professores e estudantes. Uma parte será, por certo. Mas quantos orçamentos individuais, de medíocres e oportunistas, armados em «monitores», não irão ser mais do que «arredondados» pelo caminho! É o que me diz, aliás, outro amigo, esse funcionário de um organismo público: não há gato sapato, entre os seus colegas (bons, alguns; totalmente impreparados, a maioria), que não esteja a fazer um dinheirão com os famosos cursos do F. S. E., pagos entre 5 e 8 contos a hora. E o mesmo se passa com empresas, a quem deu de repente a febre da formação. Não é difícil imaginar quantos *Mercedes* e *BMW*, quantos iates e piscinas vão nascer por esse país em nome da «formação profissional»...

Outro regabofe, esse mais discreto, é o dos gestores públicos despedidos «por conveniência de serviço», isto é, por desavenças (políticas ou não) com o respectivo ministro, ou simplesmente porque as mudanças de governo não podem defraudar as «legítimas expectativas» dos quadros e apoiantes do partido que chega ao poder. A situação ideal, para um gestor público, é mesmo a de uma crise política antes de terminar o mandato. É então alta a probabilidade de ser substituído com uma choruda indemnização de milhares de contos. Ainda não há muito foi demitido em bloco o Conselho de Gerência de uma empresa pública, porque ao secretário de Estado da tutela desagradaram certas atitudes ou declarações de alguns dos gestores. Interrogou-o um jornalista sobre o que se dizia quanto ao «preço» dessa exoneração: da ordem de 15 mil contos. Não negou. Limitou-se a responder: «Mas o que é isso comparado com os benefícios que isso trará a uma empresa que factura largos milhões de contos?!» Ao falar da função distribuidora de «tachos» do Sector Empresarial do Estado, na carta ao Vicente, esqueci-me de referir este

ponto: para os interessados, o grande aliciante não é sequer que os nomeiem para um cargo. É que os exonarem...

Enfim, o caso, que alguns julgarão dramático, das «empresas falidas». Dramático, será para os trabalhadores, com meses e meses de salários em atraso e, um belo dia, o desemprego. Mas, para empresários e gestores, não é drama nenhum. Ainda há tempos me contaram o caso de um empresário da região de Aveiro, que continua a importar máquinas a torto e a direito, ninguém sabe para quê, conseguindo para isso crédito que virá a engrossar o tal dito «mal parado», e transferindo por esse meio belas maquinas para o estrangeiro, através da sobrefacturação. A empresa, essa, está completamente falida e quase paralisada, mas não tardará que ele consiga passá-la também por bom dinheiro a qualquer investidor estrangeiro, que até lhe pagará as dívidas. Outro caso, ao que me dizem, é o de empresas, igualmente falidas, do sector das conservas alimentares. Parece haver bichas de gestores candidatos para essas empresas. É que, aí, a subfacturação das exportações permite também a colocação de bom dinheiro na Suíça. Muita gente sabe disto, mas, é claro, «são coisas difíceis de provar»... No último *Expresso*, o Eng.º Fernando Gonçalves resumia a situação desta maneira: «A atitude deste empresário [refere-se ao empresário tradicional português, que 'ainda domina' entre nós] face ao futuro é do género 'Logo se verá!' e, como corolário de tudo isto, ele não se sente solidarizado com a sua empresa. A prova disso é que há muitas empresas falidas em Portugal, mas poucos empresários falidos». É a pura verdade, mas o caso é mais geral: não se trata só dos empresários tradicionais, também a jovem classe dos gestores profissionais parece adorar o «desafio» das empresas falidas...

8 de Julho — Acredito, sem reservas, no que me conta um amigo do PS, apoiante do novo secretário-geral Vítor Constâncio. Acredito que Soares tenha ficado possesso com a vitória de Constâncio, sobretudo por ter conseguido em Congresso uma maioria que ele, Soares, nunca obteve. Mas também porque, tendo feito tudo o que pôde para evitar essa vitória, ela lhe sabe a uma derrota pessoal.

Acredito também no estado em que a nova equipa foi encontrar

o PS: para além de uma desastrosa situação financeira, desapareceu correspondência (ficaram as pastas, mas vazias), desapareceram fotocopiadoras, máquinas de escrever, automóveis (vários, ao que ele me diz todos «vendidos» a uma Fundação fiel à ortodoxia soarista), o computador, e até as folhas de papel e os agrafes para os agrafadores! Ingenuamente, talvez por falta de familiaridade com estas formas de «luta política» (ainda por cima no interior de um mesmo partido), interrogo o meu amigo: «Mas vocês não vão denunciar publicamente a situação?» Responde-me: «Não é possível. Seria a imagem do Partido a atingida, e, através disso, a própria imagem de quem nele detém hoje o poder.» Penso rigorosamente o contrário. Penso que seria mesmo uma oportunidade única de afastar do partido a imagem de uma «mafia soarista» que tem tido, e de afirmar uma autoridade e um estilo novos. Mas devo estar errado. Eles lá sabem.

13 de Julho — Vem-me às mãos um artigo de 1980, sobre «Os efeitos económicos das tecnologias ditas de ponta», de Jacques Bandt, em que distingue os efeitos das tecnologias de processo (destruidoras líquidas de emprego) e das tecnologias de produto (criadoras de emprego, salvo se forem produtos de substituição, caso em que os efeitos se anulam ou, pelo menos, há efeitos de sinal contrário). Interessou-me, em particular, a seguinte passagem, relativa sobretudo às primeiras: «Em situação de subemprego — a que conhecemos — torna-se claro que a produtividade não é um bem em si. Não é verdade, sem mais — como se ouve dizer com frequência —, que a produtividade que reduz empregos condiciona a manutenção de (outros) empregos. Aliás, se todos os países fizessem o mesmo, em nome do mesmo princípio, cada um iria encontrar-se na mesma situação de competitividade relativa, mas com empregos a menos. É apenas um exemplo do jogo normal da concorrência: retomando a imagem de Pareto, cada país ‘comporta-se como um porquinho-da-índia numa gaiola rotativa’». É exactamente o fenómeno que se passa com a publicidade: se todas as empresas do mesmo ramo deixassem de fazer publicidade, elas também se encontrariam na mesma situação relativa... com os empregos (da publicidade) a me-

nos. Julgo ser o que se passa em países em que foi proibida a publicidade ao tabaco, havendo diversos fabricantes (havendo um só, como é o nosso caso, a redução de emprego na publicidade foi simplesmente engrossar os lucros do produtor, ou as receitas fiscais do Estado).

Mas, voltando ao texto de Bandt, há uma crítica importante a fazer-lhe: embora certo numa perspectiva *global*, não entra em conta com as posições diferenciadas dos países no mercado das tecnologias e dos produtos, reflexo dos seus distintos estádios de desenvolvimento. Para além disso, omite um caso frequente: aquele em que um novo produto traz consigo também uma alteração, mais ou menos radical, na tecnologia de produção. Enfim, trata o emprego como algo homogéneo, em que os postos de trabalho são automaticamente substituíveis.

Vejam os casos português. Quer as tecnologias de processo, quer as tecnologias de produto são, no essencial, importadas. Daí que aqueles efeitos possam ser distintos e, de qualquer modo, terão um diferente calendário, até porque nos países de origem da tecnologia os agentes que comandam a inovação também não são os mesmos que nos países receptores da tecnologia: nos primeiros são as empresas que desenvolvem a tecnologia (de processo ou de produto) quem comanda os acontecimentos, em Portugal serão as empresas industriais, quanto às tecnologias de processo, mas é o mercado (sejam empresas ou consumidores) quem comanda — se assim se pode dizer — a introdução de novos produtos, quase sempre por via da importação.

Sendô assim, é óbvio que, no caso das tecnologias de processo, é, de facto, o efeito de «gaiola rotativa» que funciona. As empresas portuguesas, se quiserem manter-se competitivas, *têm de ir* alterando as suas tecnologias de processo, no sentido de um aumento de produtividade, com redução de emprego. No caso das tecnologias de produto, e centrando-me apenas nos bens de consumo, os novos produtos desenvolvidos no estrangeiro vão ser dados a conhecer ao consumidor através dos importadores. Se são produtos «não de substituição», isto é, que se destinam a funções ainda não preenchidas pelos produtos já existentes no mercado, eles vão efectivamente criar emprego no país de origem. Em Portugal, não, já que irão ser im-

portados. Tratando-se de produtos de substituição, o emprego criado no país de origem irá compensar o emprego perdido nas empresas que fabricam o produto destronado, o que pode acontecer no interior de uma mesma empresa. Em Portugal, só o segundo efeito se verifica, ou seja, a potencial eliminação de emprego nos fabricantes do produto substituído. Com efeito, é raro (até porque, como se viu, ao novo produto vem muitas vezes associada uma nova tecnologia) que a indústria portuguesa esteja em posição de, no curto prazo, poder lançar-se também na nova produção.

Resta que, nos países tecnologicamente dominantes, o nível de educação e de formação profissional, bem como a capacidade de resposta em termos de reciclagem, são muito superiores aos que se verificam em Portugal. Como as mudanças tecnológicas cada vez mais significam mudanças na qualificação dos trabalhadores, é mais difícil entre nós tirar partido das novas tecnologias pois, mesmo os trabalhadores «que ficam», por exemplo, depois da automatização de uma linha de fabrico, vão precisar de qualificações diferentes das anteriores e não só a sua base educativa poderá não ser suficiente para a reconversão, como essas qualificações não existem no «mercado». Por isso todo o processo da chamada modernização, feito a reboque, é lento e aos safanões.

E é porque é lento, e porque a competitividade da indústria portuguesa continua (e continuará...) a assentar em baixos salários que, não por quaisquer méritos governamentais, mas pelo próprio jogo do sistema, o desemprego em Portugal se mantém abaixo dos níveis da maioria dos países europeus: as tecnologias competitivas em Portugal continuarão, por muito tempo, a ser tecnologias muito mais intensivas em mão-de-obra do que nos países ditos avançados. É, pois, o nosso atraso tecnológico que atenua os efeitos da modernização sobre o emprego e faz com que o olhemos com algum carinho e quase louvemos a feliz circunstância...

Em resumo: tudo isto nos escapa quase por inteiro. Limitamo-nos a «ir atrás». Entretanto, cá como nos outros países, o acelerado envelhecimento da população tenderá a atenuar o problema do desemprego. Criando outros, e graves, claro.

17 de Julho — De entre as múltiplas inanidades que, nos últimos tempos, têm surgido nos jornais a propósito do famoso «Acordo Ortográfico» com o Brasil, vindas indiferentemente dos defensores e dos contestatários, registo apenas uma, chapada nas páginas do *JL* (9 de Junho) pelos escritores Luísa Costa Gomes e Mário de Carvalho: «Era só o que nos faltava, nesta década de 80, vazia, fútil e sem remorso, assistir à unificação pelos crioulos.» O debate tem andado muito por este nível de esgoto cultural: nesse aspecto, não surpreende tal tirada. Mas aterra-me, isso sim, ver até que ponto gente supostamente de esquerda e presumivelmente «esclarecida» tem o nacionalismo à flor da pele, nacionalismo da família mais abjecta, de pendor racista. O tema «Acordo Ortográfico» é daqueles em que as implicações gerais têm pouco que ver com a clivagem esquerda/direita, mas já o têm os argumentos que são propostos, sejam pró ou contra. Aquele que citei é obviamente de direita. Mas também não são de direita a maioria dos membros da própria delegação governamental que negociou o acordo, logicamente os seus mais ardentes defensores? Enfim, diz-me alguém que conhece bem os meandros parlamentares que, se o Acordo for à Assembleia, o mais provável, ao que corre pelos bastidores de S. Bento, é ser aprovado por uma maioria PSD e PCP! Resta ver que *razões* invocam (porque a unificação da língua em todos os países de expressão portuguesa também pode ter um objectivo de «imperialismo cultural»: note-se que não é contra a unificação que se levantam aqueles dois escritores, mas contra a unificação *pelos crioulos*).

20 de Julho — Centenário de Cesário Verde. Muito falatório, muitos artigos, muitas evocações. Sentado numa esplanada, deu-me para o imitar. Uma brincadeira, com a imprescindível vénia:

*Leio o Cesário e vem-me a nostalgia
Do tempo em que os cafés regurgitavam
E as vozes e o fumo se cruzavam
Num bulício fugaz de fim de dia*

*Assisti-lhes à morte, devagar
O Chave de Ouro, o Chiado, o Martinho
E apanhei-me a deambular sozinho
Pela cidade, sem poiso, sem lugar*

22 de Julho — Andei ontem por pedreiras de mármore, em Borba e Vila Viçosa, incomensuráveis buracos, larguíssimos, com vinte ou trinta metros de profundidade, onde homens e máquinas «desmontam» enormes blocos de pedra. Não fossem os meios mecânicos, nem sequer muito sofisticados, e dir-se-ia termos sido transportados no tempo, e estar a assistir à abertura das fundações de qualquer templo antigo, no Egipto ou na Mesopotâmia. Afinal, trata-se apenas de um negócio que vende milhões, por vezes quase de uma dia para outro. É ver o que naquelas redondezas vai de belas moradias, quantas de gente que por ali andava no campo ou no comércio, a marcar passo, e um belo dia arrisca o que pode na compra de um olival, revolve-o, e encontra nas entranhas mármore do melhor, do que é procurado para as sedes das multinacionais ou para palácios de *sheiks*, enriquecidos também da noite para o dia, esses pelo petróleo.

Porque, no princípio, era o olival.

Quando se escava a terra do olival e se descobrem, poucos metros abaixo, as pedras de mármore descarnadas, que serão as primeiras do tal imenso buraco facetado a fio de diamante, surge uma espécie de paisagem lunar ou, talvez melhor, como que a massa cerebral de qualquer mítico gigante ali enterrado. À beleza serena da terra polvilhada de árvores verde-cinzentas, sucede ainda outra beleza, estranha, feita de massas rochosas arredondadas, de cor térrea, que o leigo não suspeita poderem vir a dar, cortadas e polidas, o inconfundível rosa-claro dos mármore lá fora tão apetecidos. Mas são essas mesmas que, em pouco tempo desmontadas, vão chegar para pagar todo o gasto já feito, e para lançar os alicerces da moradia do felizardo. Depois, é ir aprofundando, alargando, aprofundando ainda mais, até se perder a memória de um (mais um) olival antigo. E não ter mãos a medir com os compradores que virão buscar bloco atrás de bloco. Beleza, já não haverá mais: a terceira beleza que de

tudo isso resulta, a das magníficas chapas de mármore, essa será, no essencial, exportada.

Nada nos permite dizer que é mais belo um olival do que o mármore que lhe está por baixo. A única coisa que se pode assegurar é que o segundo dá mais dinheiro. E é sempre o factor económico que prevalece. Quer, como aqui, a natureza, devassada, persista em se desdobrar em belezas sucessivas, quer a sua exploração seja uma mera transformação do belo no utilitário, quando não, muito simplesmente, no horrendo. Todo o objecto que temos à nossa volta, de que quotidianamente nos servimos, foi um dia olival — ou montanha, ou floresta. Não é uma nostalgia da era das cavernas. É uma constatação. E será, também, um remontar à origem de muitas interrogações sobre a economia, a sociedade, as relações entre o homem e a natureza.

25 de Julho — Parece ter chegado ao fim o interminável folhetim das novas fragatas para a Marinha portuguesa. Já aprovada a compra por um tal Conselho Superior de Defesa Nacional, não é provável que o Parlamento, que em tempos levantou fortes dúvidas sobre a questão, venha a criar mais obstáculos. Mas isso é apenas a pequena história, que depressa esquecerá. O essencial é que se irão gastar 170 milhões de contos (!!), neste país de calças na mão, em brinquedos para os nossos almirantes, comodoros, e outros que tais, que servirão apenas para ajudar as promoções. De facto, que experiência podem ter de comandar navios esses comodoros e almirantes, se não há navios? E se nunca comandaram navios, como podem eles ser comodoros e almirantes? É, pois, preciso navios para que sejam verdadeiros marinheiros, e não só marinheiros de secretária, como têm sido. Mas, pergunto eu, para que precisamos *nós* assim tanto de ter, já nem digo navios, mas... comodoros e almirantes? Mais: e generais, e coronéis?

Este é o tipo de questões que as pessoas preferem, em geral, colocar entre parênteses, «não pensar nisso», pois «não foi sempre assim?». Mas há outras coisas que também se pensa «terem sido sempre assim» — e a maior parte não foram, como o não foi a existência de exércitos permanentes e organizados em instituição — e as pes-

soas lutam por que deixem de ser. Dirão uns: porque é preciso para defender a Pátria. Outros simplesmente: eu luto por aquilo a que me julgo com direito, ou contra aquilo que me prejudica, mas a tropa, deixá-la lá estar, não me aquece nem me arrefece.

Estamos no domínio do irracional. Não só é difícil imaginar onde se encontram esses «nossos» inimigos contra quem teremos um dia de nos defender como, ainda que os tivéssemos, é claro que não seriam este Exército ou esta Marinha, com mais ou menos tanques e mais ou menos fragatas, que iram servir para muito. Durante a 2.^a Guerra, desmorraram-se em poucos dias os melhores exércitos, e quem verdadeiramente se bateu nos países ocupados foram os movimentos de resistência, feitos de civis que por certo, na sua maioria, nunca tinham pegado numa arma.

Quanto ao afectar ou não o comum dos cidadãos, é óbvio que se enganam os que, por comodidade, optam pela negativa. A fatia orçamental que todos os anos se destina às Forças Armadas, e que é paga por todos esses cidadãos, prejudica-os fortemente, por ser retirada a mil coisas socialmente úteis que, desse modo, ficam por fazer.

A mais elementar razão diz-nos que, num país como Portugal, e muitos mais, as despesas com as Forças Armadas constituem um indiscutível luxo, de que, aliás, só tiram proveito os próprios militares — e os políticos, claro, a quem devem os víveres e as armas, mas que neles apenas vêm, e não é pouco, a polícia de último recurso.

Acresce que a tropa é o exemplo mesmo da instituição não-democrática e, nesse sentido, altamente inconveniente (numa democracia) em termos de formação de jovens: obedece-se cegamente a um chefe *apenas* porque é chefe, seja ele estúpido ou inteligente, tenha ou não razão, não porque seja competente, razoável ou, sequer, porque tenha sido escolhido. Entra-se num quartel e *aprende-se* o comportamento dos animais, dos rebanhos.

Pior ainda, por necessidade, a tropa é o lugar privilegiado da ideologia mais reacçãoária: do culto da Ordem e da Disciplina, do patrioteirismo acéfalo, da subserviência, da prepotência, etc. Não é por acaso que, quase sempre que se metem na política, e metem-se muitas vezes, os militares protagonizam ditaduras de direita, regeneradoras dos «grandes valores nacionais» e basta lembrar os casos mais recentes de uma Argentina, de um Brasil, de um Chile. É estra-

nho dizer isto em Portugal, onde justamente sucedeu o contrário. Mas por que não nos interrogamos: se, por hipótese, não existissem Forças Armadas, teria existido Salazar? Tudo isto parece lógico, e contudo não são só os estúpidos ou ignorantes que se iludem. Ainda não há muito tive uma discussão com dois escritores, um dos quais, filho de militar, me assegurava que na tropa «não há ideologia»: eles só querem *os corpos*, não se preocupam com as *cabeças*. Nada mais falso, claro. Não é preciso fazer, na instrução, grandes discursos ideológicos: é a própria instituição que *ressuma* ideologia. E é isso justamente que faz com que os «corpos» docilmente sigam para a chacina e se deixem «morrer pela Pátria», quando é quase sempre apenas por interesses que falam em nome dela.

Resumindo: as utopias do *neutralismo absoluto* e da *desmilitarização* são, eu sei-o, certamente as mais utópicas (eles têm as armas, que diabo!), mas são também, não tenho dúvidas, as que mais fundamentos encontram na inteligência e na razão comuns.

13 de Agosto — Com a distância de poucos dias, leio, no *Monde*, o relato do «processo Verdiglione», e num livro antigo um texto sobre Gurdjieff. Este último, místico russo impregnado das religiões orientais, atraiu no entre-duas-guerras a intelectualidade europeia e instalou em Fontainebleau uma comunidade de discípulos que, ao que se dizia, contribuíam com muitos milhões para a «organização». Quanto ao outro, Armando Verdiglione, psicanalista *à la mode*, da escola lacaniana, também fascinou a intelectualidade europeia, agora a dos anos 70, que frequentou entusiasticamente os seus inúmeros colóquios internacionais, e criou diversas comunidades de clientes e discípulos. Acaba de ser condenado a quatro anos de prisão, acusado de extorsão de fabulosas somas aos ingénuos que, durante anos, o «adoraram».

Pergunto: em que se distinguirá o *transfert* psicanalítico (o verdadeiro acusado no processo Verdiglione, segundo as palavras do cronista do *Monde*) dos mecanismos de adoração/dependência que ligam todos os crentes aos seus «directores espirituais», todas as ovelhas aos seus pastores, chefes de igrejas, seitas ou partidos — pequenos ou grandes ditadores, «modeladores de almas»? Em que se dis-

tingue, em definitivo, a psicanálise institucional de qualquer religião ou seita? Como se pode considerá-la libertadora? Estarei talvez a exagerar a partir de um único caso, o de Verdiglione, e bem sei que a maioria dos psicanalistas são seres comuns, como qualquer de nós, e se limitam a ganhar o seu bom dinheiro, sem pensar no imenso poder que a profissão lhes dá (e que *necessariamente* exercem), sobre os que lho pagam. Mas não serão esses casos-limite exemplares «modelos» a ter em conta na análise de *todos* os despotismos? Não será bom conhecer, por exemplo, as técnicas de propaganda de um Goebels, quando me debruço sobre os mais benignos «despotismos de massa» da propaganda política ou da publicidade na mais pacífica das democracias?

Reli há pouco *Os Irmãos Karamasov*, e não resisto a registar aqui parte do famoso discurso de Ivan a seu irmão Alexei, que tem muito a ver com esta questão. Diz ele: «Pode amar-se o próximo abstractamente, sim, mas quase nunca de um modo concreto [...] A figura [o aspecto físico] do próximo é um obstáculo ao amor, para muitas pessoas pouco experimentadas». Ocorre-me traduzir isto para uma situação conhecida dos nossos tempos: «Pode amar-se [lutar-se por] o proletariado abstractamente, mas quase nunca o operário concreto: acha-se porventura que é inculto, o seu aspecto desagradado, a sua cabeça é confusa. Amá-lo será, pois, ‘esclarecê-lo’, ‘educá-lo’, ‘dirigi-lo espiritualmente’, ‘fazê-lo entrar no redil’.» Assim pensam muitos, e fazem-no, mas, claro, nunca o *dizem*, a não ser certos farsantes que se quiseram intitular a si próprios de «Grande Educador»...

Mas mais instrutiva ainda é a parábola do Grande Inquisidor (contada por Ivan) em que este diz a Cristo, retornado à terra e perplexo com os evidentes entorses feitos, em seu nome, à sua própria doutrina: «Em lugar de princípios firmes, capazes de dar segurança à consciência humana de uma vez por todas, compuseste a doutrina com tudo o que há de extraordinário, de misterioso e de indeciso, de tudo o que está acima das forças humanas [...] Desde há quinze séculos, quem conseguiu elevar-se até Ti? Julgando o homem capaz de fazer o que fizeste [por ele], deixaste de o amar; exigiste demasiado dele, tu que pretendias amá-lo mais do que a ti mesmo! [...] O homem é fraco e covarde. Abaterá os templos e regará a terra com o

seu sangue; mas não poderá manter a sua revolta, e confessará pelo meio de estúpidas lágrimas que aquele que o criou assim rebelde sem dúvida estava a troçar dele, blasfémia ditada pelo desespero e que o tornará ainda mais infeliz. Assim, a dúvida, a inquietação, o sofrimento são o quinhão dos homens, depois de tanto teres sofrido para os libertar [...] Nós corrigimos o teu ensinamento e fundámo-lo sobre o milagre, sobre o mistério e sobre a autoridade. E os homens voltaram a ser felizes, porque os conduzimos como um rebanho e lhes tirámos esse terrível dom da liberdade, que lhes valeu tantos sofrimentos. Não teremos razão? Não será amar a humanidade reconhecer a sua fraqueza, aliviar o seu fardo e fazer com que não possa pecar sem a nossa permissão?»

Pode parecer, no seu extremismo, ser este o discurso que apenas suporta os tais despóticos condutores de massas. Não sejamos tão optimistas. Ele é o discurso estruturante, raramente explícito, e nem sempre consciente, de todos os «chefes espirituais», de todos os elitismos, de toda a ideologia de direita. Dir-se-á que não da moderna, liberal, civilizada, democrática. O que sucede é que a única religião hoje é a do dinheiro e do triunfo (enriquecimento) pessoal. Os que conseguiram triunfar e enriquecer são, hoje, os eleitos (e não o eram já para os doutrinários da predestinação?), os que se «salvarão». Mas é bem sabido que as regras, a *ordem* política e económica, estão feitas para que se vão salvando sempre os mesmos. Também a Inquisição prometia a salvação a todos, mas sabendo que a maioria nunca passaria de uma ignara turba de pecadores, a quem só era pedida fé e obediência. A revolta é hoje subjugada pelo estímulo à fé numa «liberdade razoável», que promete todas as miragens.

20 de Agosto

Nos primeiros meses depois do 25 de Abril, não dei pelo meu amigo JF, nem me surpreendi com isso, sabendo-lhe das ideias e, sem pormenores, da vida dupla que levava. Calculo, hoje bem melhor do que então, as infundáveis reuniões políticas que terão sido necessárias para decidir, no seu pequeno comité revolucionário, a saída ou não da clandestinidade, com uns a defenderem que apenas mudara a face do poder burguês e não tardaria de novo a repressão, quando a luta de massas se agudizasse, outros, pelo contrário, a apostar nessa mesma luta para impedir a democracia burguesa de se estabilizar e abrir caminho a uma verdadeira democracia revolucionária e popular. Quantas horas terão sido gastas a tentar desvendar a evolução do processo político, e das relações de força, sobretudo a passar a pente fino o inesperado fenómeno MFA, cuja «natureza de classe» se afigurava vital balizar, sob pena de ficar fora da teoria, ou pelo menos entre parêntesis, soluções de facilidade que não podiam deixar tranquilos aqueles convictos candidatos a virem a ser um dia «vanguarda da classe operária».

Mas, por outro lado, o jovem quadro, que JF também era, de uma sólida empresa papelreira dos arredores de Lisboa, teria agora diante de si, sem disfarces, a luta aberta de classes transportada para o interior das quatro paredes em que, até então, lhe haviam bastado por certo algumas cumplicidades ciciadas para ser «bem visto» pelo pessoal, enquanto a competência técnica lhe ia assegurando a confiança dos patrões, família tradicional de pendor paternalista, a

quem as suas «actividades de tempos livres» não ocorreriam nem nos mais medonhos pesadelos. Ora o tempo era, por toda a parte, mesmo neste tipo de empresas (que só no Norte se conseguiram furta-
tar, com poucas excepções, aos ardores da revolução), de reivindicações gritadas alto e bom som, de constantes plenários de trabalhadores, de descoberta dos alinhamentos partidários de cada um, muitos deles silenciados desde há longos anos. Ir ou não a um plenário, votar a moção A ou B ou abster-se, dizer ou calar uma palavra que fosse, hesitar no levantar de um punho ou num aplauso unânime ao MFA, tudo isso era contado para identificar «quem é por nós e quem é contra nós», coisa que, de resto, também os patrões queriam saber.

Ainda hoje não sei exactamente como as coisas se terão passado com JF, se deu ou não a cara, sem mais, tomando resolutamente a palavra para apoiar as mais duras exigências dos trabalhadores ou mesmo incitando-os às acções e tarefas que (de acordo com as laboriosas análises das reuniões nocturnas em que participava) lhes competiam como membros da classe operária, ou se se limitou a aproveitar as próprias divisões partidárias entre eles para se manter relativamente incólume, como sempre em «reserva de revolução», porque se então era impensável o jogo da conciliação entre o capital e o trabalho, já o não era tanto aparecer como o paladino de qualquer «unidade de acção» entre facções mais ou menos radicais no seio dos trabalhadores.

Admito que tenha gerido com habilidade (como ele hoje gostaria que se dissesse) esses dilemas, ajudado também pelo facto de se tratar de uma empresa que não deve ter conhecido grandes crises de produção: os panfletos, os comunicados, a avalanche de novas edições de livros antes proibidos, os estatutos e programas partidários, as catadupas de cartazes que inundavam as paredes da cidade, tudo isso devorava papel. Ao que julgo, a empresa só começou a ter problemas graves em princípios de 75, mas porque os clientes deixaram simplesmente de pagar. Pouco tardou que os trabalhadores clamassem pela intervenção, o que conseguiram uns meses depois. A notícia de jornal era clara: o Dr. José Filipe Capitão integrava a equipa de gestão da empresa intervencionada, de que era quadro superior, por indicação da comissão de trabalhadores.

Mas voltemos atrás. Por volta de Setembro de 1974, deparo com uma longa entrevista do meu amigo a um semanário, que o apresentava aos leitores como «militante antifascista desde muito antes do 25 de Abril e economista numa empresa industrial». Não surpreenderá a sua súbita notoriedade se nos lembrarmos de como era fácil então o acesso aos órgãos de informação a quem pudesse reivindicar-se de tão sumário perfil político, e mesmo a muitos que não podiam, ou seja, quase toda a gente, tão fácil como é hoje a qualquer gato-sapato que se intitule de democrata e liberal, e de preferência que se apreste a defender as posições do governo do momento. Nessa entrevista, que guardei, e nem sequer era demasiado extremista, dizia JF a dado passo: «O projecto capitalista (ou será só o dos seus ideólogos tecnocratas?) para Portugal será o de atingir uma certa estabilização dentro de uma democracia de tipo ocidental, e adquirir aquilo a que poderemos chamar uma ‘velocidade de cruzeiro’, mais ou menos veloz conforme o permitirem as circunstâncias internas e externas. Mas é claro que tal projecto significa que a classe dominante se continua a assumir como ‘motor da História’ e que assimila demasiado sumariamente as condições económicas e políticas em Portugal às que se verificam nas ‘democracias ocidentais’. Quanto a isso, parece-me que o papel da classe trabalhadora deveria ser o de evitar que se atingisse esse regime de cruzeiro, em que, ao fim e ao cabo, a luta de classes se transfigura num certo jogo de *gentlemen*, que resolvem os seus conflitos a uma mesa de negociações, nisso se apoiando o sistema para manter a sua própria dinâmica». Acredito que JF, ao dizer então estas lúcidas coisas, estava longe de imaginar que o tão improvável projecto viria a tomar corpo em escassos anos e que, nesse dia, ele seria um dos mais empenhados agentes dessa «prosperidade na evolução», expressão com que, aproveitando as tonalidades marcelistas ainda em todos os ouvidos, caracterizava, noutra passo da mesma entrevista, a natureza da tal nova fase do capitalismo português que os trabalhadores tinham por missão evitar.

O certo é que, num momento em que todos procuravam tomar posição para o que desse e viesse, a entrevista ao semanário teve, para JF, uma inesperada consequência, segundo me contou tempos depois, quando fomos beber um fino no fim de uma manifestação em

que, finalmente, o voltei a encontrar. Desconhecendo por certo as suas ligações a uma organização de extrema-esquerda (de que pouco se falava, de resto), um dirigente da recém-formada Confederação Patronal fizera-lhe um convite para uma colaboração regular, ao que retorquiu, sorrindo para dentro pelo embuste em que os fizera cair, que «ia pensar no assunto». Compreendi, pelas meias palavras com que me contou o resto, que de imediato levantara a questão na direcção política do «comité» e provocara uma tempestuosa controvérsia sobre a eterna questão da participação de revolucionários em órgãos controlados pelo «inimigo de classe». Embora se tratasse de um caso fora de comum, de que não havia exemplo nos clássicos, terão concluído que, nas condições do momento, era de seguir a posição leninista tradicional, que fora já a do PCP relativamente aos sindicatos, às eleições e ao exército fascistas e, aliás, merecera na altura a indignação dos grupos radicais (como este mesmo), que se opunham a essa, ainda que táctica, «colaboração de classes». O meu amigo encarou com orgulho, foram as suas palavras, essa difícil missão, seguro de que seriam preciosas para a revolução todas as informações que pudesse recolher no próprio quartel-general dos grandes grupos económicos, que eram, como se sabia, os patrocinadores do lançamento da nova estrutura patronal. Não posso deixar de pensar que talvez seja hoje o tal dirigente a sorrir para dentro ao observar a carreira de JF e, quem sabe, já tenha pensado em voltar a convidá-lo. Ou, muito simplesmente, pense que terá dado um contributo para despertar no aguerrido revolucionário alguma simpatia pelas altas questões da «estratégia da classe dominante».

O 11 de Março pôs, naturalmente, fim a esta insólita colaboração. O ritmo dos acontecimentos passou a ser tal que a questão, agora, era muito mais a de saber *quando* seriam decapitados os grupos monopolistas, do que a de estar informado sobre o que lhes iria pelas cabeças prestes a rolar. Mas, ainda assim, nem todos acreditavam no que proclamava, em Abril, na euforia desses dias, um alto representante do PCP: «Existem neste momento em Portugal condições favoráveis a uma passagem pacífica, para muito breve, ao socialismo.» Pelo contrário, era cada vez mais de armas que se falava. Contavam-se os quartéis controlados por esta ou aquela facção do MFA (na realidade, por este ou aquele partido, embora ninguém o

disse assim, ou mesmo o soubesse), os partidos arranjavam maneira de surripiar as G3 que podiam e as encafiar até ver, formavam-se bichas ao domingo de manhã para fazer treino de arma em vários quartéis de Lisboa, anunciavam-se quase diariamente golpes e contragolpes eventualmente pouco pacíficos — tudo isso enquanto os desarmados de sempre, alheios aos grandes jogos das cúpulas partidárias e militares, iam ocupando casas, criando infantários e centros de saúde, correndo com latifundiários das terras secularmente apetecidas, construindo cooperativas, gerindo com a inocência possível empresas que mais pareciam ilhas indefesas. Passavam-se tantas coisas em todos os momentos, as que se sabiam, mas sobretudo as que não se sabiam, que um jornalista terminou um dia um artigo com a seguinte nota: «Porque os dados do problema mudam agora de hora a hora, é bom que fique registado que este artigo acabou de ser escrito à 1.00 h. da madrugada de domingo 25 de Agosto de 1975.»

Num dia qualquer de Setembro, pouco depois de Tancos, JF telefonou-me e fomos encontrar-nos ao fim da tarde no Terreiro do Paço, onde ficámos até noite escura sentados no muro à beira-rio. Estava transtornado, como acho que nunca o vi, nem antes, nem depois. Num discurso com pouco nexos, em que saltava frequentemente de uns temas para outros, foi-me contando as mais variadas histórias e pela primeira vez me falou com toda a naturalidade do «seu» pequeno grupo de extrema-esquerda, da sua ligação com a Virgínia (de quem me anunciou que ia ter um filho), dos seus contactos com elementos do MFA, da probabilidade de uma guerra civil nas condições mais desfavoráveis para os trabalhadores (o desfecho seria «espanhol», na sua opinião), das enormes responsabilidades do PS e do PCP no fracasso anunciado de uma revolução «que podia ter sido», e de muitas coisas mais. Pressenti, mas talvez me engane, que o facto de ir ser pai teria algo que ver com esta visão dramática das coisas, com este quase-pânico em que o via, assim como quem diz «faz-se um filho quando *tudo* se lhe pode prometer, quando vida, amor, esperança, alegria, revolução se conjugaram no acto em que foi gerado, e quem sabe se não irá nascer no dia em que a esperança já estará perdida, em que talvez só se lhe possa oferecer sofrimento, perseguições, ódio, opressão».

Esqueci as histórias que JF nessa altura me contou, mas pouco interessa, eram parecidas com as que toda a gente contava então a toda a gente, umas verdadeiras, outras não, outras nunca se saberá, e com as que ainda hoje se ouvem em certos serões «revivalistas», quase já só murmuradas — e disso é feita, estamos a aprendê-lo, a tradição oral. O estado em que encontrei JF, esse está bem traduzido num texto que me entregou, em envelope fechado, para eu abrir «só quando tudo estiver acabado». Foi, afinal, o primeiro dos seus papéis que me veio parar às mãos, pois o famoso caixote de cartão só muitos anos mais tarde mo passou, com bem mais jovial disposição. Claro que abri o envelope logo nessa noite, não fosse o caso de ser prenúncio daquilo a que pudicamente se costuma chamar um «acto desesperado», que ainda pudesse evitar. Mas não. Guardei-o e não lhe voltei a falar do assunto, até por não saber quando é que, ao certo, para ele «tudo aquilo acabou».

Rezava assim: «Se calhar, não fui feito para isto. Penso às vezes que são os nervos que me traem, mas na realidade sei que é de uma 'revolta moral' que se trata, explicável por ter vindo de onde vim. Nunca fui verdadeiramente explorado, nunca passei horas agarrado a um forno ou a uma máquina, nunca sofri um acidente de trabalho nem tive silicose, nunca me vi obrigado a mendigar em qualquer guiché da Previdência uma consulta urgente para um filho doente, nunca um aumento de salário foi para mim uma questão de vida ou de morte, nunca passei pelo insulto de ver o patrão entrar num carro último modelo na empresa que diz à míngua — em resumo, a revolução nunca foi para mim uma necessidade vital, apenas uma necessidade intelectual, moral.

Mas que importa isso, afinal? O facto é que estou com eles, me bato na mesma barricada, e que a revolução que um dia triunfasse seria também a minha. E não foi a simples revolta moral que me encaminhou para a acção política: foi em Marx, e em Lenine, que li a necessidade, objectiva essa, da revolução, e eles tão-pouco pertenciam à classe explorada ou tinham sentido na pele a violência de classe numa oficina ou numa fábrica. Porque havia então eu de ter complexos? Nunca aceitei que me atirassem à cara a minha 'origem de classe' para diminuir a minha razão, nem que um operário, lá

porque a revolução para ele é vital, fosse necessariamente mais esclarecido quanto ao «que fazer» nesta ou naquela situação.

No fim de contas, é a observação e uma análise tão fria quanto possível dos factos que me reconduz à questão da revolta moral. Os extraordinários capitães de Abril, que deixaram todos embaixados no primeiros tempos com a sua inesperada cultura política, sabe Deus quantas vezes à custa de tiradas ouvidas na véspera ou lidas à pressa em qualquer livro da Maspéro passado por um miliciano, acabaram por fazer a triste figura de marionetas habilmente manipuladas pelos estados-maiores dos partidos, ou pelos seus diligentes emissários (comissários?) políticos. Os pequenos partidos de extrema-esquerda, alguns dos quais tanto se gabavam da sua influência em ‘meios do MFA’, talvez se tenham limitado a fornecer-lhes mais alguns argumentos muito radicais, exibidos depois em entrevistas com maravilhados jornalistas estrangeiros, mas não lhes acrescentavam um milímetro de poder, embora reforçassem a ilusão de que o tinham.

O poder, que pareceu a dado momento estar na rua, nos campos e nas fábricas, nunca chegou a estar aí — e, ainda que o estivesse, seria sempre efémero, por não existirem mecanismos que transformassem esses poderes dispersos em imparável força social. Foi, pois, nos gabinetes que tudo se jogou, até se chegar à caseira transfiguração do definitivo confronto de classes: o capital e o trabalho digladiavam-se, entre nós, por interpostas pessoas do PS e do PCP, cada um com os respectivos militares pendurados. Com uma dramática agravante: o insuportável sectarismo dos comunistas, que se comportam como se estivessem no poder (à semelhança dos partidos irmãos que lá estão), isto é, como donos e senhores da classe operária, a quem transmitem a linha, que intimidam, e a quem exigem uma disciplina de rebanho, atirou para o outro campo grande parte dos trabalhadores. Isto significa que se o PCP verdadeiramente aposta na conquista do poder, uma guerra civil parece inevitável, e o seu desfecho não oferece grandes dúvidas, pois o capital, além do poder financeiro e dos fáccis apoios internacionais, terá do seu lado muitos trabalhadores para o defender, e isso, sabe-se, nem seria a primeira vez. De contrário, assistir-se-á a uma escalada revanchista do poder burguês, talvez de fachada democrática, por conveniências

externas. Quanto a Otelo, é apenas um sonho, já ultrapassado, de poder popular. As suas hostes acabarão por se dispersar pelos dois campos.

Concluo, pois, que tudo está (quase) terminado. E por isso me revolto, por ver como foram, uma vez mais, enganados os humilhados e ofendidos, que o continuarão a ser, e muita sorte terão se não deixarem a pele pelo caminho. Me revolto por saber o escasso tempo que lhes restará para manter a esperança e o entusiasmo com que hoje ainda se batem nas suas pequenas guerras. Me revolto porque a inteligência me segreda que, bem vistas as coisas, se tudo assim se passou é porque porventura a revolução era impossível. Me revolto pela minha própria impotência, pela minha própria revolta. Mas, ainda assim, não renunciarei à luta. Enquanto...»

Este é, com certeza, o último texto de «juventude» de JF, generoso, romântico, em que se misturam pinceladas cristãs e marxistas, para chegar a conclusões nem tão disparatadas como isso. Outros verão nele a enorme confusão típica do radicalismo pequeno-burguês. Interrogo-me por que mo terá dado com um ar tão solene. Estaria a pensar que ia morrer em qualquer trincheira de guerra civil, e que eu abriria o envelope e o leria comovidamente à beira da campa? Ou restar-lhe-ia, lá muito no fundo, um vestígio de esperança, e admitia que um dia, em plena «construção do socialismo», eu fosse ter com ele e ainda nos ríssemos os dois daqueles momentos de fraqueza em que julgara estar tudo perdido? Não acredito, isso não, que lhe passasse pela cabeça o que realmente acabou por acontecer (com ele): se o adivinhasse, nunca me teria entregue o papel. Não o teria escrito, sequer.

24 de Agosto — Para Diderot, em *O Paradoxo do Actor*, a representação teatral de uma personagem (imaginada por um autor) será tanto mais *verdadeira e emocionante* quanto mais o actor for inteligente, frio, insensível mesmo. O actor estuda a personagem e vai procurar transmitir *a sua verdade*, meter-se na sua pele: representar é *imitar*. O público reagirá, pelo riso, pelas lágrimas, pelo ódio, tanto mais quanto mais a personagem tiver sido *estudada*. Num palavra, o grande actor é aquele que for capaz de uma total *distanciação* face à personagem, aquele que for capaz de exprimir não as suas próprias emoções, mas as supostamente atribuídas à personagem.

O grande corte com esta concepção do actor, muito antes do teatro «do absurdo», do teatro sobre textos ou de «montagem de textos» (isto é, sem *texto*), do teatro sem personagens, terá porventura vindo com Brecht. Em Brecht, a personagem é apenas o argumento de um discurso *didáctico*, não deve transmitir emoções: neste caso, é ao público que se pede um total distanciamento, pois não deverá «emocionar-se» mas «comprender». É o público que, agora, deverá ser inteligente, frio, insensível mesmo. O trabalho do actor nem por isso será mais fácil: ele não deverá distanciar-se da personagem para melhor a imitar, mas deverá dar-lhe uma «verosimilhança contida», que exige estudo e rigor, justamente para evitar, agora, que o público se distraia com emoções que iriam afectar a leitura da «mensagem» que lhe é proposta. O actor deve interpretar a personagem *como se não fosse* uma personagem.

O actor francês Michel Bouquet, que vi justamente representar

o *Neveu de Rameau*, considera o livro de Diderot, ainda hoje, como «o único texto completamente aceitável sobre o actor» e, nessa linha, identifica o actor «diderotista» como aquele que o público «não reconhece de papel para papel», citando em exemplo os casos de Brando e De Niro. São casos raros no teatro português: na maioria dos casos, o que vemos é sempre o *actor*, com disfarces diferentes. Talvez não sejam inúteis estas reflexões, quando parece haver hoje um retorno ao texto e aos personagens.

A propósito, ocorre-me comparar o que diz Diderot do actor e o que, muito mais tarde, Durkheim deu como norma ao sociólogo. Também este deveria distanciar-se do seu objecto de estudo, «tratar os factos sociais como coisas», mas neste caso para conseguir exactamente o efeito contrário ao do actor. O discurso sociológico, supostamente científico, distinguir-se-ia assim do discurso monográfico, descritivo, «emocional». Tratar-se-ia de produzir *conhecimento*, não de suscitar lágrimas ou revoltas (como sucedia, por exemplo, com as descrições sobre a condição operária feitas durante o século XIX). Infelizmente, é bem mais fácil ao actor distanciar-se de uma personagem *fictícia* do que a um sociólogo distanciar-se de um «objecto» constituído por indivíduos com quem entra em diálogo, que pertencem à mesma sociedade que ele próprio, um objecto sobre o qual, enquanto homem, tem *necessariamente* uma opinião. Julgo que era tempo de pedir ao sociólogo que assumia a sua própria emotividade, ou seja, a «imperfeição congénita» da sua ciência.

Outra reflexão, ainda decorrente do Diderot e do seu paradoxo. Segundo Bouquet, «Diderot compreendeu que o verdadeiro amante de teatro gosta que as coisas se passem como se fossem verdadeiras, sabendo embora que não são. É isso o paradoxo, e o prazer. O ser escapa, por um tempo, à sua condição, entra totalmente no fictício, deixa de ser mortal. Fazendo existir qualquer coisa que, embora imaginada, é mais verdadeira do que o verdadeiro, o comediante escapa às normas, e é por isso que é perturbante». Isto *poderá não ser* a mera defesa do realismo ou do naturalismo, sobretudo se entendermos «verdadeiro» por «perfeito». A ideia vem-me de uma exposição que vi, há cerca de um ano, de pintores «hiper-realistas americanos». Aqueles quadros eram, de tão «mais verdadeiros do que o verdadeiro», de tão «perfeitos», a mais autêntica ficção. Nós não ve-

mos o pormenor, o rigor, a perfeição naquilo que nos rodeia — quando isso nos é dado, o que temos é uma sensação de irreal, daí o prazer, a perturbação. Isto, de resto, já o sabiam os impressionistas, que nos davam a «realidade» através da «impressão», da percepção global, do esfumado, não do pormenor — em rigor, é isso o naturalismo. A «personagem perfeita» será, então, a menos «realista», a que melhor nos transporta para o mundo da ficção — aquela que, de tão verdadeira, não se parecerá com ninguém que conhecemos.

I de Novembro — Existem duas formas de praticar esse culto, único que conheço, que é a amizade. Uma é a que exige o contacto permanente com o amigo, a presença frequente, os telefonemas por tudo e sobretudo por nada. Sabe-se, quase ao minuto, tudo o que o amigo faz, o que pensa, o que viu, e quem viu, o que leu, o que lhe corre bem, o que lhe corre mal. Amizade é, nesse caso, vida ligada, são percursos que se entrecruzam, são experiências comuns. Consta-to ser esta a forma dominante da amizade feminina. É a que está tão bem descrita pela Lídia Jorge na *Notícia da Cidade Silvestre*, que me interrogo se um homem poderia ter escrito tal livro. E, contudo, sei que existem entre homens amizades destas.

A outra forma de amizade, e agora sei melhor do que falo, é a que vive de encontros intermitentes, muitos deles casuais. Nunca se sabe exactamente «o que faz» o amigo, em que ocupa, a cada momento, o tempo. Sabe-se apenas que o amigo *lá está*, que é para nós uma referência, que nele pensamos muito mais do que o vemos. De tempos a tempos, sentimos necessidade da sua presença, de passar com ele a pente fino as coisas que, *por certo*, a ambos interessaram nos últimos, ou outros, tempos, e quase sempre não é disso que se vai falar. Quer se queira, quer não, esta forma de amizade tem algo de selectivo: é diferente, com cada um, o tema dominante da conversa, com uns mais íntima (e se os homens têm dificuldade em entrar em autênticas intimidades com os amigos! Fazem-no muito mais facilmente, com as amigas), com outros mais política, com outros mais «intelectual», tudo isto temperado, com todos eles, pelas ninharias do quotidiano, por onde passam ideias, projectos, filhos, alegrias e

tristezas diversas. Mas, em qualquer caso, há neste sistema afectivo uma espécie de culto da raridade, e do risco, que torna os encontros intensos e fortes, um pouco como se pudessem, sem excessivo dramatismo, ser os últimos. Porque o amigo pode um dia partir por longos anos, sabe Deus para onde, sem dizer água vai. Porque os acasos da vida nos podem irremediavelmente afastar, e não voltaremos a encontrá-lo «como era», os encontros a espaçarem-se, até se extinguirem, sem sequer zangas ou conflitos (que são, tantas vezes, o pão nosso de cada dia das amizades do outro tipo, com amuos frequentes, rupturas abruptas e também esquecimentos fáceis, joviais recomeços). Enfim, porque, meses ou anos depois desse encontro, a morte nos leva o amigo, sem que pudéssemos ter-lhe dito tudo o que precisávamos, e isso vai-nos ficar a doer por muito tempo.

Vem tudo isto a propósito da morte do Aquino. Com ele, foram doze anos de encontros de acaso, desde que um dia nos conhecemos, em meados de 74, no gabinete do Melo Antunes. Algumas vezes no Maputo, muitas mais em Lisboa, ao sabor das idas e vindas de cada um. Esse mesmo acaso quis que, desta vez, nos encontrássemos duas semanas antes da sua morte, em Moçambique, e foi bom assim: ficou-me mais presente a sua figura, e sei que fomos amigos até ao fim. E se estava na sua melhor forma! Ainda que desiludido: aquela política estava a tornar-se muito palaciana, os dirigentes do país não liam, não reflectiam, parecia nem sequer terem tempo para discutir as *grandes questões*, para colher as lições de experiências alheias. Mantinha-o ali a sua enorme amizade e admiração pelo Samora, e quantas vezes penso como foi bom para ele não lhe ter sobrevivido. «Sou um intelectual, mas gosto do poder. E esta ligação forte [com o Samora] é tudo o que me resta de poder...»

Apetece-me deixar registadas duas das últimas histórias que me contou. Passeando-se com o Samora na praia, em fins de 76, chega a notícia da morte de Mao e da prisão da sua mulher. Samora pára, e exclama: «*Não se pode prender a mulher de Mao!*» Muitos anos mais tarde, após os acordos de N'komati, a BBC noticia que Moçambique expulsara todos os dirigentes de oposição ao governo sul-africano, incluindo os do P.C. da África do Sul. Aquino telefona de imediato para um jornalista conhecido da BBC, para desmentir a notícia, tanto melhor quanto tem nesse momento em sua casa justamente um

dirigente comunista sul-africano. Quando chama este ao telefone para apoiar as suas palavras, ele recusa-se «para não denunciar o seu paradeiro». O desmentido fica sem efeito... Aquino conhecia bem os comunistas dos mais variados países, mas não gostava nada da sua rigidez e do seu permanente espírito conspirativo.

Quando se soube da morte do Aquino, dois grandes amigos de Lisboa, que bem sabiam do grande afecto que tinha por ele, telefonaram-me. Como que a dar-me pêsames. Dois amigos dos tais que, se calhar, já não via há muito. Mas *estavam lá*. Nesse dia, chorei.

21 de Dezembro — Há anos que sonho com a «viagem a Itália», que nunca pude fazer, pois não é digressão em que me apeteça andar a contar os tostões. Tive agora um antegosto, propiciado por razões profissionais, que me obrigaram a passar três dias em Génova.

Génova maravilhou-me. Nunca senti tanto como aqui, fisicamente, a História como quase sedimentação geológica, uma cidade como sucessiva deposição de «camadas arquitectónicas». Grandes estratos seculares: a coroa medieval, núcleo que se desenvolve a partir do porto e a ele se encosta; a coroa renascentista, de que não me esquecerá a esplêndida rua Garibaldi (que, então ainda Rua Balbi, encantou há século e meio o Marquês da Fronteira, cujas memórias ando a ler); a coroa «novecentista», recheada de belíssimos edifícios de fins do século XIX e princípios do século XX; enfim, na parte superior/exterior, a coroa «moderna», com a horrenda esplanada fascista, os incaracterísticos prédios de andares e os «arranha-céus» de negócios, de vidro e alumínio, dos últimos anos. Lisboa seria talvez assim, se não fosse o terramoto e, sobretudo, se tivesse sido, ao longo dos tempos, maior o cuidado na conservação. Hoje, parece mais do que nunca ameaçada a tal «camada novecentista»: a Avenida da República já está totalmente desfigurada, a da Liberdade não tarda que o esteja, talvez ainda se salve o eixo da Rua do Alecrim até ao Rato.

Depois de Génova, uma fugaz visita a Milão, que me pareceu exactamente o contrário: o belo Duomo está mergulhado numa praça «princípio de século»; a gare, essa das primeiras décadas deste século, encontra-se rodeada de detestáveis edifícios de escritórios

dos últimos vinte ou trinta anos. Pergunto-me o que haveria *antes* em torno de um e de outra. Aliás, um prospecto turístico refere-se a isto, atribuindo-o, à laia de desculpa, à grande prosperidade tradicional dos milaneses que, ao longo das gerações, foram sucessivamente destruindo o que havia «para deixarem a marca da sua opulência», acabando, por essa forma, acrescento eu, por deixá-la por pouco tempo... Volto a lembrar-me de Lisboa: terá apenas por objectivo, o que se anda a fazer, deixar a «marca do Abecasis»?

31 de Dezembro — Durante a minha viagem pela Europa, deram-se as grandes manifestações estudantis parisienses. É curioso que, na maioria das análises que surgem na imprensa europeia, a preocupação dominante seja a de obsessivamente tentar distinguir o que separa este movimento do de Maio de 68: não é só em Portugal que está na moda, em particular entre os intelectuais, depreciar a «geração de 60» e tudo aquilo por que ela se bateu. Em rigor, e como é hábito, a moda portuguesa é, de resto, apenas o eco da que lhe vem de fora... Para fazer essa distinção, diminui-se o lado libertário e anarquizante de 68, carregando o traço na sua componente marxista (pró-cubana, pró-chinesa, etc.), a da fracção estudantil mais politizada, a que pôs milhões de trabalhadores em greve com ocupação das fábricas — quando 68 *foi tudo* isso em simultâneo, foi a rejeição global de uma sociedade, foi desejo, festa, solidariedade, igualdade, foi o efémero sentimento de que «tudo é possível».

Registo um interessante comentário do *Corriere della Sera*, do passado dia 16, onde, sem fugir a esse pecado, se chega a uma inesperada conclusão. Segundo o autor, é errado dizer que o movimento de Maio de 68 era utópico, contrariamente ao dos dias de hoje. Para ele, os estudantes de 68 queriam fazer a revolução, «acreditavam que a classe operária seria eterna e que a sua vitória transformaria profundamente a sociedade civil.» «Tudo isto era ingénuo, mas não utópico: transformar a parda Itália numa risonha Cuba seria difícil (e desaconselhável), mas não impossível.» Quanto aos estudantes de hoje, a opinião geral é a de que «não metem medo a ninguém»: «querem integrar-se, dizem os sociólogos». Mas, segundo o autor, o que «eles exigem, simplesmente e (por enquanto) educadamente, é

que a sociedade lhes dê o que promete com os trombones da publicidade comercial e com os tambores da propaganda política. Isto é: são os estudantes de hoje que pedem realmente o impossível. Não a derrota do capitalismo sem selecção e sem vítimas. Não a abolição da política, mas a política sem partidos. Não querem quantidade, mas qualidade: isto, sim, é a utopia. É a nobre utopia do extremismo liberal».

1987

12 de Janeiro — Nas memórias do Marquês da Fronteira são muitas (e saborosas) as referências, sem que lhes dê esse nome, aos «colaboracionistas» com o Junot, com o invasor francês: os condes de Ega, o marquês de Alorna, Gomes Freire, etc. Isto já sem falar de toda a alta aristocracia portuguesa que, por frivolidade ou interesse mal calculado, não desdenhava os faustosos bailes do general, ainda que, à boca pequena, «condenasse» aqueles que mais abertamente «colaboravam». A mesma alta aristocracia, de resto, que em boa parte se passaria de armas e bagagens para Beresford, finalmente não menos ocupante do que o francês — e por bem mais tempo. Estes são os eternos «hesitantes», que apenas querem estar sempre bem com o poder, seja ele de que cor for. O que inclui, como se sabe, gente que nada tem de medíocre ou ignorante: Goya que o diga, que tropeçou nestes caminhos nada fáceis!

Mas, voltando ao princípio, os outros, os que aderem ao invasor por convicção? Esses colocam-nos frontalmente, e de forma inquietante, a questão do colaboracionismo. Com efeito, a esta distância, vemos aqueles colaboracionistas (e tantos outros, por essa Europa fora), como os portadores da ideia liberal, como os coveiros necessários e *progressistas* do Antigo Regime. Isto é, o tempo vem a absolver os que colaboravam com invasores que traziam as «ideias novas», as que vinham no «sentido da história», ou que ajudaram a abater as «velhas». Mas, no momento em que os acontecimentos se

sucedem, como julgar? Os colaboracionistas franceses, por exemplo, também acreditavam, muitos deles, que Hitler era portador de «ideias novas»... Como, no pólo oposto, sucedeu anos depois com os que acolheram como libertador o Exército Vermelho (Gotwald e o golpe de Praga, etc. etc.). E que dizer dos alemães antinazis, que tão intensamente colaboraram, no pós-guerra, com as autoridades de ocupação na construção do novo Estado alemão? Ou seja, no quente da situação, toma-se partido, é inevitável: só o tempo (histórico) virá a decidir qual o lado que «apostou certo», o que não quer dizer no vencedor do momento. A toponímia citadina é disso abundante sinal. Uma vez mais, retomando um texto anterior destes Cadernos, e por muito que custe, o que está em causa, em cada momento, é a opção ideológica e não a posição de princípio, que neste caso seria «nunca se deve colaborar com um invasor»... (É em nome da ideologia que não posso desculpar os amigos da Duras, que aqui citei em Janeiro de 85, e que não vejo como se possa culpá-la de ter então aderido ao PC.)

Quanto aos restantes, a eterna massa de colaboradores mais ou menos anónimos, esses são os pragmáticos de todos os tempos, os que mudam a casaca conforme sopra o vento, com ou sem invasores. Esses nunca têm problemas, nunca são julgados: como, se só o Poder os poderia julgar, e eles estão sempre do lado do Poder? Bem os conhecemos.

14 de Janeiro — Estava eu em Madrid, em Novembro, quando me surge o inesperado anúncio, na televisão do quarto de hotel, de um programa português. Esperei para ver: era o *Bailado sobre Temas de Guitarra*, pelo Ballet Gulbenkian, sobre música de Carlos Paredes. Escapara-me em Lisboa, aprontei-me, esticado na cama, para o saborear. Não. Pelos vistos, para exportação, a RTP prepara preâmbulos especiais para ajudar os pobres espectadores estrangeiros, que por certo nunca viram *ballet* na vida. Se fosse só isso! Infelizmente o que se seguiu foi de tal ordem que me felicitei por não estar comigo nenhum espanhol, o que me faria ter corado de vergonha. Sobre as estafadas imagens de Lisboa, do Tejo, e tantas mais, tratava-se de (tentar) explicar como é que o espectáculo, sendo total-

mente abstracto, sem cenários, nem argumento, neutro no guarda-roupa, estava impregnado de *portuguesismo*, traduzia genuinamente a *maneira de ser portuguesa*, era uma autêntica expressão da *nossa gente*, etc. etc. A palermice, o mau gosto, o provincianismo do texto terão porventura dissuadido muito espectador curioso, e foi pena, porque o que se seguiu não tinha nada, e ainda bem, que ver com a apresentação.

Renasce um discurso «portuguesista», isto é, do mais ridículo nacionalismo, de que já nos íamos esquecendo. E não se trata, longe disso, apenas de dislates de funcionários televisivos talvez nostálgicos do folclore tão do agrado dos antigos senhores. Basta ver um texto vindo do Governo, mas em que colaboraram, segundo o ministro Valente de Oliveira, figuras como Agustina, Agostinho da Silva, José Augusto Seabra, Vasco Graça Moura e o imprescindível Miguel Esteves Cardoso. São as chamadas Grandes Opções do Plano, cujos temas inspiradores são a «portugalidade» e a «atlanticidade», esta entendida no mais tradicional sentido de «costas para Espanha, olhos para o mar». Mesmo as profissões de fé europeias se conseguem encaixar neste atlantismo desmedido: é por mar que devemos comunicar com a Europa, os nossos aliados naturais na Europa serão a Inglaterra e os Países «do Norte». O ministro, em entrevista ao *Expresso*, vai ao ponto de dizer: «Somos melhores do que a maior parte dos europeus, especialmente nos contactos com a África, a América Latina, a Ásia!» Coisas destas far-nos-iam sentir pequenos (quero dizer: mesquinhos), saloios, atrasados mentais, não fosse a razão dizer-nos que o não somos, nem mais nem menos do que qualquer outro país (e aí estou eu, por arrasto, a escrever esse «nos» homogenizador que tanto procuro evitar!) Outro exemplo das G.O.P.: «Não existe outro país como Portugal. É insubstituível. A riqueza e a singularidade da sua cultura são um bem que pertence tanto aos portugueses como ao mundo. É um bem raro e bom», tira-da em que, como é óbvio, justamente se poderia substituir a palavra «Portugal» pelo nome de qualquer país, e continuaria a estar certo, isto é, errado, pois o que se pretende dizer, também aqui, é que Portugal é «o melhor», e o seu autor (suspeito do M.E.C., pelo estilo) se arrepiaria de ver o nome da mãe-Pátria substituído pelo dos Camarões, do Sri Lanka ou do Peru... E que é esse o sentido, outra

frase tira-nos todas as dúvidas: «É aconselhável um certo extremismo: ou muito português, ou muito bom», ou seja «muito português equivale a «muito bom» (ainda que «pouco português», leia-se «estrangeiro» ou «estrangeirado»). Sempre me causou algum mal-estar a expressão «intelectual de direita», sempre me pareceu uma contradição nos seus termos. É que a ideologia de direita se funda (sempre se fundou) no irracional: a religião, o culto dos heróis, o culto das virtudes pátrias, a ideia de que natural é o que existe, ou «sempre existiu», quando não coisas piores, como o racismo. Isto por oposição radical à ideologia de esquerda, que, podendo cultivar mitos e ser até irracional nos seus juízos, parte do que há de mais observável e concreto: as sociedades são injustas, os homens são explorados, desiguais, o que hoje parece natural é apenas a expressão de interesses estabelecidos, passageiros à escala dos tempos longos.

Ora o que nos dá a observação e a razão sobre os excepcionais méritos dos «portugueses»? Que Portugal tem uma história e uma cultura «popular» próprias, feita esta de usos, costumes, comportamentos que a convivência secular tornou *diferentes* dos de outros povos. Mas isso aplica-se a qualquer outra comunidade nacional, que não tem, no caso, mais nem menos méritos do que «os portugueses». Mas é claro que, quando aquela gente fala de cultura, da sua «riqueza e singularidade», está a pensar na cultura erudita, aquela em cuja órbita se move: a arte, a literatura, a «produção intelectual». Sucede que tenho andado a ler uma História da Arte em Portugal, e se há coisa que aí se evidencia — se não o sabíamos todos já — é que, tal como em qualquer outro país de pequena dimensão, sem a posição geográfica, o poder e os meios dos grandes países europeus (incluindo a Espanha), a nossa arte, com raríssimas exceções, sempre foi uma arte de «imitadores», no bom sentido, de seguidores, ou discípulos: os paradigmas (como as próprias técnicas) vieram sempre de fora, muitas vezes trazidos por artistas e artífices estrangeiros, e foi *dentro* desses paradigmas que, com modestos meios, os artistas portugueses criaram as suas obras, e há-as de excelente qualidade. Cada artista português é inserível numa «escola» que nasceu e se desenvolveu no estrangeiro, e cá chegou muitos anos desfasada. Fala-se do gótico ou do barroco português, em pintores da escola flamenga, ou românticos, ou surrealistas, do Renascimento ou

do abstraccionismo em Portugal, etc., etc. Por isso os nossos «grandes», as nossas «obras-primas», são-no à nossa escala, não aparecem em nenhuma história de arte europeia — tal como, insisto, os da maioria dos outros países europeus, não é vergonha nenhuma.

Julgo que o mesmo se pode dizer da literatura. Também aí sempre nos movemos no interior de paradigmas importados. E até mesmo no caso da chamada literatura de viagens, em que o período dos descobrimentos poderia ter deixado uma marca portuguesa, basta ler o que diz a História de A. J. Saraiva e Óscar Lopes: «À exceção da 'Peregrinação', a literatura de viagens portuguesa quinhentista e seiscentista não passou de um nível de reportagem [...] A experiência humana nela registada é intensa e múltipla, mas não foi suficientemente elaborada para dar origem a uma visão nova do mundo. Os portugueses e espanhóis *levaram ao conhecimento* [sublinhado meu] da Europa novas regiões e novas civilizações, mas foi fora da península que se elaboraram as primeiras construções morais e filosóficas estimuladas por essa literatura de viagens». E os autores citam, como exemplo, a *Utopia* de More, a *Nova Atlântida* de Bacon, Swift, Montaigne, mais tarde Rousseau e o mito do «bom selvagem».

Mas será isto negar o contributo de toda a «gente de cultura» portuguesa para a nossa identidade cultural? Pelo contrário, eu só nego que a nossa cultura erudita seja a «melhor do mundo», que seja de tal riqueza que o «mundo» fica mais pobre não a conhecendo — o que afirmam aquelas altas personalidades acima citadas. É justamente no quadro nacional que os «produtores de cultura» portugueses são importantes: porque são os portadores, tantas vezes geniais, do fio que foi tecendo esta sociedade através dos séculos, até aos nossos dias. Eles são-nos indispensáveis — a nós. Não só como testemunhos, mas também como criadores. E o mesmo dirão os gregos, os suíços (a história de Orson Welles, que contei na nota de 26 de Novembro de 1984 retrata a Suíça «vista de fora»), os suecos ou os romenos.

Quem já reparou quantas vezes, para identificar pessoas ou obras portuguesas a um estrangeiro, dizemos que o Conde da Ericeira foi o «nosso» Cobert, Domingos Segueira o «nosso» Goya, Régio o «nosso» Claudel, Rosa Araújo o «nosso» Haussman, Queluz o «nosso» Versalhes, a Avenida da Liberdade os «nossos» Champs Elysées,

e por aí fora? E quem não se lembra do que por aí se procurou, em vão, depois de 75, o «nosso» De Gaulle? Enfim, resta aos intelectuais de direita babarem-se de gozo no dia em que qualquer escandinavo lhes explique que tal poeta lá do sítio é o «Pessoa deles»... E, se não fossem tão liberais, é claro que já teriam pensado em nacionalizar a Vieira da Silva.

25 de Fevereiro — Morreu o Zeca Afonso. Mal o conheci, porque assim o quis a minha quase obsessiva, e talvez ridícula, fuga aos ídolos, mesmo os que venero, mesmo, como era o caso do Zeca, os «involuntários» — os anti-ídolos. Mas sofri, melhor, *revoltei-me*, com a sua doença como se fosse um amigo. E nem sequer estive em Setúbal nesse último dia, porque não fui capaz de imaginar que a «festa» se prolongaria até à noite. Deixo aqui registado o texto que me pediu o *Combate*, e a que chamei «O que faz falta...»:

«Ir a enterrar ao som de canções, horas a fio, pela noite dentro: é belo. Só um poeta a tanto pode aspirar. Mas não chega ser poeta, nem chega de poemas fazer canções, nem mesmo chega que as canções nos fiquem no ouvido e nos acorram, quase sem querermos, aos lábios. Não. Para que isso aconteça, é preciso que cada um de nós, vindos de tantos lados, por tantos caminhos, andarilhos de tão diferentes jornadas, sinta *aquelas* canções como saídas de dentro de si — do melhor que há dentro de si. É então que reconhecemos no poeta, *naquele* poeta, a nossa própria voz, a que disse o que gostaríamos de saber dizer ou de poder dizer. O que disse o que não fomos, somos, capazes de dizer não tanto por não sermos poetas, mas talvez bem mais porque não tivemos, não temos, a coragem de o dizer.

É bom que se saiba que tal homem, tal poeta, que nos alimentou os sonhos, as lutas, a vida, é o oposto, o *radicalmente oposto*, do político que todos os dias nos diz os *seus* esforços para resolver os *nos*-*so*s problemas, para quem a nossa voz se exprime em votos e não em poemas, que nos fala para ser ouvido e não para ser cantado, que não nos conhece nem pretende conhecer-nos — que um dia porventura ‘se curva perante a memória do poeta’ como mero acto protocolar de que pode colher alguns dividendos. O poeta, esse de quem

falo, é avesso a actos protocolares e ignora a palavra 'dividendo'. Não merece sequer que lhe venham a chamar 'generoso', ou 'abnegado', ou 'impoluto lutador', ou etc., etc.

Merece, isso sim — e teria merecido muito mais, é sempre tarde que o sabemos! — que lhe cantem as canções quando desce à terra. E que lhas fiquem a cantar ainda depois de morrerem todos os políticos. E que um dia, quem sabe, como noutra dia aconteceu, possam transformá-las em hinos de vitória.

Os povos sabem que são homens como o Zeca Afonso que lhe fazem falta.»

18 de Março

Nos anos seguintes ao 25 de Novembro, era voz corrente que a economia portuguesa estava de pantanas, e as finanças das empresas e do Estado, então nem falar, o que queria dizer, para bom entendedor, que iríamos ter, todos nós, incógnitos cidadãos, que pagar caro os «excessos cometidos». O capitalismo não fora destruído, como toda a gente sabe, mas, ao accionar as suas próprias defesas, digamos que se desconjuntara. Isso não impediu esses anos de apelo à ordem de serem um tempo em que se amassaram belas fortunas, ou se começaram a fazer muitas das que hoje por aí se exibem, pela Bolsa e pelas colunas sociais, e outras que preferem manter-se mais recatadas, numa espécie de reflexo de clandestinidade que não morreu com a extinção do Conselho da Revolução. Mas como o descalabro nas escolas e nas Universidades era também patente, com os alunos a pedirem a palavra por tudo e por nada, os professores ainda impregnados de não-elitismo e de permissividade, talvez mais por inércia que por outra coisa, e os programas tresandando a marxismo, houve generosas almas que, para além de comprarem empresas a preços de saldo ou de fartamente morderem no dinheiro destinado aos retornados, sem falar de mil outros imaginosos negócios, acharam que era altura de arejar as cabeças desta juventude ainda mal convencida de que acabara a festa, pois bem precisa viria a ser uns anos mais tarde, quando tudo já tivesse «ido ao si-

tio». Nisso puderam contar com a compreensão dos «países amigos», que também deram umas bolsas e se dispuseram a acolher e a formar, na melhor ciência e nas melhores maneiras, os futuros líderes de um simpático país, que não tardaria a dar provas do melhor comportamento, candidatando-se a ser um dos Doze, já não da mítica Inglaterra, mas da pragmática Bruxelas.

Quando voltei de férias em 76, por meados de Setembro, tinha no correio um cartão de JF: «De partida para os Estados Unidos, onde ficarei uns dois anos, aqui te deixo um grande abraço. Conto escrever. E virei cá de férias. Depois falamos. José Filipe.» A surpresa foi tão grande que, num primeiro momento, tremi de pensar que pudesse ter sido o seu «comité» (ainda existiria, aliás?) a confiar-lhe nova arriscada missão, agora em pleno coração do imperialismo! Posta de lado esta disparatada hipótese, decidi pôr-me em campo e bastaram dois ou três telefonemas para saber que um colega de JF, professor numa Faculdade, tendo-lhe caído na mão meia dúzia das tais bolsas para distribuir por licenciados em Economia, se lembrara (mas como, santo Deus?! Devia conhecer o rapaz bem melhor do que eu...) daquela admirável cabeça, capaz de fazer um figurão nos States, assim estivesse disposto a arrear caminho, e ao que parece estava mesmo, não demorando a decidir-se mais do que o tempo mínimo necessário para honestamente se poder pensar que passara por dolorosas angústias e intransigentes introspecções, num debate cerrado com a sua consciência, o que só abonava em favor da «estatura moral» do candidato. Pela minha parte, até não duvido que tenha sido mesmo assim.

Não pensei mais no assunto, e nem sequer dei por que se iam sucedendo as férias sem notícias do meu amigo, até que, finalmente, deu sinal de vida por volta de Maio de 78. Não será mau lembrar, para o que vem a seguir, que governava então o PS com o CDS, que acabava de se fazer o primeiro acordo com o FMI e já só se falava no «grande empréstimo» salvador e no apertar do cinto que aí vinha, que se iam paulatinamente desintervencionando empresas e se completara já,

no essencial, a ocupação por democratas da melhor estirpe (socialistas e afins, naturalmente) de tudo o que era lugar de alguma importância no aparelho administrativo e na gestão das empresas públicas.

JF apareceu-me para o almoço combinado, de fato de três peças e gravata, como nunca o tinha visto, sem um quilo a mais ou a menos, com ar de excelente disposição, apenas um pouco cansado. Regressara há duas semanas, mas ainda tinha de voltar para um exame qualquer, antes do Verão. Decidi não lhe fazer nenhum inquérito sobre os temas difíceis da sua aparente conversão ideológica, e deixá-lo simplesmente falar, disso ou do que bem entendesse. De coisas pessoais, apenas me informou que se separara da Virgínia, que o miúdo estava ótimo e que a mãe morrera há uns meses, motivo que o fizera vir então, por poucos dias, a Portugal, onde, para além disso, não voltara a pôr os pés desde Setembro de '76. Presumo que estas notícias, que foi salpicando pelo meio da conversa, como se não tivessem nada a ver com ele, se destinavam, intencionalmente, a dar-me a ideia de que era hoje um homem livre, sem compromissos, sem dependências nem passado, na situação perfeita para poder «recomeçar tudo», e isso parecia transmitir-lhe de facto, uma enorme segurança e um sentimento de enérgica auto-satisfação, como se o mundo à sua volta nele estivesse fixado, à espera dos seus feitos. Contou-me que se preparava para concluir um curso de Estudos Avançados em Gestão numa daquelas sonantes Universidades da Costa Leste, que tivera de princípio algumas dificuldades com o inglês, trabalhara que nem um cão, mas por fim se destacara sem apelo de todos os colegas vindos dos quatro cantos do mundo, alguns, sobretudo os amarelos, brilhantíssimos, de resto. Dizia-o sem vaidade, isto é, sem vaidade-própria, como quem se sente apenas uma espécie de representante das virtudes da raça, um desses portugueses que, quando postos em competição, «sabem mostrar o que valem».

Estava, sem sombra de dúvida, positivamente maravilhado com a terra yankee, a que antes votara tantos ódios. «Aquilo é mesmo um outro mundo. Para quem trabalha e está disposto a

dar o máximo, todas as portas se abrem, tudo, mas tudo, é realmente possível. Não há limites para a aventura pessoal: iniciativa, liberdade, responsabilidade — são as palavras-chave. O mínimo de papéis e complicações: sabes que podes fechar um negócio de milhões, ou fazer um contrato de seguro, ou uma matrícula numa escola, com um simples telefonema? Até nova ordem, todos confiam na palavra uns dos outros, mas aí de ti se fizeres uma declaração falsa ou não honrares um compromisso, arriskas-te a perder tudo de uma assentada. Os advogados são umas autênticas carraças e os tribunais fixam chorudas indemnizações por dá cá aquela palha, assim apresentes um caso solidamente construído. Mas julgas que um desses indemnizados, por exemplo, que poderia se calhar ficar de papo para o ar o resto da vida, opta por isso? Nem penses: ele vai meter a massa no negócio que já tem, ou lançar-se noutra, investir sempre. É assim que tudo aquilo anda para a frente. Há tipos que fazem e desfazem fortunas várias vezes durante a vida, mas nunca desistem. Foi assim que os 'pais fundadores', e depois os pioneiros da fronteira Oeste, fizeram aquele país. Claro que também sei o resto, as minorias, a miséria, o crime organizado, os lobbies poderosíssimos, o individualismo sem piedade, o falso puritanismo, o imperialismo — não penses que o esqueci. Por isso mesmo acho que, na Europa, estamos nas condições ideais para aproveitar o melhor que lá há, evitando o pior, que está, de resto, muito ligado às condições históricas em que aquilo nasceu. No nosso continente não houve a escravatura, nem a maciça imigração de italianos, latino-americanos e tantos outros, não houve que conquistar o território a palmo, nem que criar uma tremenda máquina de guerra (para vir, por duas vezes, salvar a Europa...) — tudo isto em dois curtos séculos, em que não houve muito tempo para as filosofias e para as artes, e essa falta de raízes culturais é mesmo o grande complexo dos americanos, que se desforram sendo os melhores a 'fazer coisas', e a fazer dinheiro. E lá isso são!»

Isto não foi dito exactamente assim, tão articulado, nem seria possível durante um almoço, com a escolha dos pratos, e

do vinho, a mastigação, o «passa daí o sal» ou o «vai alguma coisa de sobremesa?» constantemente a interromperem o discurso, a desviarem o assunto, à mistura com apreciações culinárias, ou a este que entrou, ou àquela que está ali ao canto, donde é que lhe conheço a cara? Mas o resumo parece-me fiel, se fosse uma acta acho que ele a assinaria, e cheguei a pensar que ficaria por aí a conversa, talvez com mais uns pós de política caseira, não os que vieram.

Não fora para me falar do sonho americano que o meu amigo me convidara, e até fui eu, sem me dar conta, que lhe dei a deixa para entrar no que o trouxera. «Olha, e o que pensas fazer agora quando voltares de vez?» Pelo ar que tomou, visivelmente de alívio, tive a impressão que estivera aquele tempo todo à espera que eu lhe fizesse a pergunta: «Com franqueza ainda não sei. O que te posso garantir é que apenas me interessa a gestão de empresas. É uma coisa apaixonante, pouca gente sabe o que isso é, ou melhor, pouca gente sabe que se trata de uma profissão como outra qualquer, que se aprende, que tem os seus métodos próprios, que é difícil, em suma, que não é ofício de amadores. Hoje sinto-me um gestor, e penso que sê-lo, na prática, é a coisa mais útil que posso fazer por este país. Mas aí põe-se-me um problema complicado. Quem é que, em Portugal, pode precisar, nas condições actuais, de um bom gestor profissional? Serão os milhares e milhares de pequenas empresas, umas prósperas, a maioria falidas, que sempre foram 'geridas' pelo próprio empresário, que compra, vende, dirige a produção, põe os selos nas cartas, atende os telefonemas, e nem quer ouvir falar em engenheiros, quanto mais em gestores? É claro que não, ainda que seja deplorável, mas como nem sequer é muito diferente nos outros países, há-de ir mudando com o tempo. Restam as empresas de média dimensão, e, sobretudo, as grandes, as que já têm uma organização complexa: Banca, Seguros, Transportes, Indústria, empresas de Serviços Públicos. Mas essas estão todas nas mãos do Estado. Encurtando razões: quem precisa de gestores a sério, é o Estado. E o Estado quem é? Pelo que já pude aperceber-me, falando com amigos (e pelo Expresso, que as-

sino), e nem me surpreende, o Estado são os partidos que estão no governo. É gente desses partidos, ou da sua confiança, que é escolhida para os múltiplos conselhos de gestão que há para preencher. Não discuto agora se acho bem ou mal: é assim. Ora devo dizer-te que, apesar de tudo (entende isto como quiseres), não me seduz tanto como isso ter de me filiar no PS para poder exercer a minha profissão... Não me quero meter em políticas, e não posso, obviamente, dizer no acto de inscrição que me filio só para arranjar emprego. Ora ainda há dias encontrei um colega meu que, esse suponho que por convicção (sabe-se lá?), se filiou no PS, e não tardou que lhe estivessem a telefonar para ir participar num comício, ou numa sessão para quadros do partido, coisa que militantemente, mas sem lhe apetecer nada, teve que fazer, e não vai ficar por aqui. Estás-me a ver nessa situação? Resumindo: não sei ainda o que vou fazer quando regressar. Tenho de pensar mais um bocado».

Ao dizer estas últimas palavras, levantou os olhos para mim, como quem espera um pequeno «empurrão»: que, sendo as coisas o que são, era isso que teria de fazer, que o tempo já não estava para grandes quixotismos, que bem vistas as coisas, também não era vergonha nenhuma, etc., etc. Não o fiz. Já não era o menino de calções do liceu de Belém, que me deitava os mesmos olhos quando se via metido nalgum assado. Fui mesmo um pouco cínico. «Felizmente que não tenho nenhum problema desses. Talvez usando as altas técnicas de decisão num contexto de incerteza que deves ter andado a aprender?»

Não estou certo, mas quase, que JF se inscreveu no PS nas vésperas de partir para o tal exame, talvez para se furta-à situação por que passará o colega recém-filiado. Teve pouca sorte: estava-se também nas vésperas da queda do governo. Nem por isso foi o desastre que terá temido. Antes do fim do ano, JF foi nomeado gestor de uma empresa participada, que não seria das que mais lhe interessavam, mas era um bom começo.

7 de Maio — Enfim, a «crise». Estava a aproximar-se o verão e já cá faltava: não há nada melhor para formar governos do que umas férias no Algarve, onde se encontram, de uma assentada, todos os ministeriáveis. Esta crise teve, de muito curioso, que (quase) tudo o que ainda vai restando de intelectuais na área da esquerda, ou assim (por enquanto) considerados, tomou, com toda a «imparcialidade», as posições da... direita. Tive, sobre isso, interessantes conversas com o Abelaira, com o Salgado Matos e com o João Cravinho. Pelo *Expresso*, é a euforia. O Prado Coelho dedicou o seu último artigo justamente a criticar os que dizem o que eu acabo de escrever. Para ele, o que sucede, muito simplesmente, é que a realidade política «não é agradável à esquerda», e é isso que se recusam a encarar os «analistas políticos». Abelaira respondera-lhe por antecipação, uma semana antes: «Que os argumentos a favor de uma ou outra solução [dissolver ou não a Assembleia], considerados independentemente dos ideais a que eles se subordinam, não têm valor absoluto, prova-o a seguinte conjectura: suponha-se uma situação semelhante, mas às avessas. Haverá dúvidas de que os actuais defensores de uma ou outra solução trocariam entre si os argumentos? Não sejamos hipócritas. Em tal caso, e muito compreensivelmente, eu estaria a defender as eleições, como o meio de melhor servir os meus ideais. E os cavaquistas deixar-se-iam de toda aquela conversa fiada acerca da fraude de não ouvir a ‘voz do povo’». Ele sabe bem isso que EPC finge não saber: que a ideologia está *antes*, os argumentos só vêm *depois*. Acho que já me fartei de escrever sobre isto. Quanto ao Vicente, que não tem poupado críticas ao Cavaco, viu-se de repente convi-

dado pela RDP e pela Televisão, para elogiar abertamente o Soares, com isso dando ao Cavaco a caução dos «independentes». Sobre isso, também já estamos falados... Enfim, é a altura de muitos «levantarem o dedo», não vão ficar esquecidos, como podia suceder a esquerdistas que ainda não tenham manifestado a sua fé cavaquista. Ontem mesmo, um deles defendia (no *DN*) a «separação das águas»: Cavaco-modernização, por um lado, esquerda-patrimonialismo, por outro. Boa sorte!

Lembro-me do *Manifesto anti-Dantas*, do Almada, e apetece-me ensaiar um «Manifesto do anti-cavaquismo». Coisas do género: o Cavaco despeja números, dê-se-lhe uma tabuada; o Cavaco aumenta pensões, dê-se-lhe a reforma; o Cavaco faz leis laborais, dê-se-lhe um emprego (com justa causa); se o Cavaco é o príncipe dos economistas, vou ali e já venho; se o Cavaco fosse previdente, não tinha engolido um garfo; se o Cavaco se visse ao espelho, não ia à televisão; o Cavaco é uma pérola sem cultura, um maestro sem partitura, uma estátua sem estatura, um ditador sem ditadura; nem mais um só Cavaco para S. Bento!, etc., etc.

17 de Maio — Num recorte do *DN* (de Fevereiro), que tem andado por aí à espera de vez, cita-se o «respeitável *Christian Science Monitor*» a propósito da «glasnost à portuguesa»: «Fazer dinheiro voltou a ser respeitável em Lisboa, treze anos depois de os revolucionários terem fechado a Bolsa, nacionalizado 53% (!! — exclamação minha) da economia e transformado a palavra capital num termo obscuro». Segundo o autor, «a Bolsa de Lisboa está a assistir a um *boom* sem precedentes, alimentado, dizem os observadores, por investidores estrangeiros e capitais portugueses que regressam a casa depois de terem estado, ilegalmente, depositados em contas na Suíça».

Reconheço que isso é verdade, e que a febre do dinheiro faz hoje andar a cabeça à volta a muitos que o têm, e a muitos mais que o não têm, mas «arranjam»... E a Bolsa continua a ser para mim uma das formas mais detestáveis de «fazer dinheiro»: fazer dinheiro a partir de dinheiro, gerar dinheiro só porque já se tem dinheiro, sem esforço, sem sequer o fazer passar por qualquer acti-

vidade socialmente útil. Em Portugal, sobretudo, em que a Bolsa é a tal ponto um lugar de especulação que insuspeitos economistas já a apelidaram de «o Grande Casino». Aos que continuam a apreçoar que a Bolsa é o «termómetro da saúde da economia», responderei que o não é (ou é em sentido inverso) da «saúde da sociedade». O que se passa hoje na Bolsa de Lisboa só pode ser um mau sinal, não, em rigor, da saúde da sociedade, mas do que dela querem fazer. Mas há outros. Um deles, de que nestes dias tanto se fala: os prémios.

Só no *DN* de anteontem vinham referidos, com notícias sobre as entregas, a atribuição ou a criação, todos estes prémios: de jornalismo do Clube Português de Imprensa (entrega com discurso de Cavaço), que irá ser alargado à Rádio e à Televisão; de reportagem, da Feira Nacional de Agricultura; de jornalismo científico, anunciado pela JNICT; de «Imprensa do mutualismo», «Artur Portela» e «Imprensa de solidariedade», todos da Casa da Imprensa; de literatura, do Instituto Franco-Português. E ainda muito recentemente se assistiu à controvérsia sobre o Grande Prémio da APE (vencedor David Mourão-Ferreira), e foram atribuídos muitos outros: PEN, Câmara Municipal de Lisboa, Prémios de Ciência da Fundação Gulbenkian, etc., etc.

Eu sei que, nalguns casos, isto permite «dar uma massas» a gente tradicionalmente mal paga, sobretudo escritores e jornalistas, embora os premiados nem sempre sejam os mais aflitos, pois não é esse o critério de escolha, admitindo que há algum. Mas duvido seriamente de que esta euforia de prémios de algum modo contribua para que tenhamos melhor literatura, melhor jornalismo ou melhor ciência.

Para perceber o que se passa, talvez valha a pena lembrar alguns outros «sinais», outros tantos prémios disfarçados. Não o é hoje, por exemplo, a entrada na Universidade, com a barreira do «numerus clausus», que faz os jovens liceais disputarem ferozmente a nota, chave do acesso, olhando-se uns aos outros como irreduzíveis rivais, escondendo uns dos outros as fontes bibliográficas, recusando qualquer entreaajuda? E a pequena guerra das comunicações a Congressos e Colóquios que travam entre si os que querem fazer carreira universitária, e precisam de «fazer curriculum» para me-

lhorar a sua posição na escala das subidas e dos concursos, chegando a disputar as datas, e até as horas, das defesas de tese, pois o que se doutorar de manhã «fica à frente» do que se doutorar à tarde? E a disputa pelos cargos públicos, pela inclusão nas listas de deputados, por um lugar em Bruxelas? Nada disto faz melhorar a qualidade de nada, nem de ninguém, nem sequer permite seleccioná-la. Porque o que está em jogo é «mais dinheiro» e «mais panache/prestígio social» e raramente são os de melhor qualidade que se prestam aos jogos de influência e às humilhantes subserviências indispensáveis para conseguir a tal ida ao Congresso (tem de se fazer os fretes ao Prof...) ou o tal lugar na lista (tem de se ser bem visto pelos dirigentes do Partido). Poucos são os que têm a candura de um Villaverde Cabral, que declinou um lugar elegível de deputado com o argumento de que «já tem um lugar suficientemente prestigiado», o que dá bem a ideia de que ser deputado não é visto por muitos como um serviço prestado aos cidadãos-eleitores, mas apenas como uma posição de prestígio, na realidade como um trampolim para uma carreira política, e, precisamente por isso, é mínimo o seu prestígio junto dos eternos enganados que são os tais cidadãos-eleitores.

Mas isso que importa? Do que se trata, em tudo isto, e voltando ao princípio, é de procurar criar entre nós uma «sociedade competitiva», a menina dos olhos dos novos liberais. E ela, como se viu, desenvolve mecanismos de contenção e conformismo, face aos influentes e aos que decidem, muito mais do que premeia a qualidade: quase sempre, a qualidade excepcional está nos inconformistas, nos iconoclastas, nos «livres «pensadores», indiferentes às modas e aos burocratas, e esses é raro serem distinguidos — não só entre nós.

Claro que estamos ainda muito longe, e penso que sempre estaremos, felizmente, da extrema agressividade de sociedades como a americana ou a japonesa. Basta recordar a entrevista do McEnroe (nota de 23 de Setembro de 85) e a violência da disputa entre os jovens japoneses pelo acesso aos Colégios e Universidades que se sabe serem aqueles onde os grandes grupos económicos habitualmente vão recrutar. Mas são esses os modelos que para cá se quer trazer à fina força. Nestas alturas lembro-me sempre do operário moçambicano que vi batendo um ritmo de batuque à cadência do ruído da máquina que vigiava numa fábrica. Pressentia-se ali a violência cul-

tural da industrialização «à fina força», e dava que pensar, mais do que qualquer tratado, sobre modelos de desenvolvimento.

Se fosse possível distinguir esquerda e direita por um único par de valores contrários, ele seria certamente «solidariedade *versus* competitividade». Serão os homens, por natureza ou por tendência — ou por *necessidade social* —, agressivos e competitivos ou solidários e propensos à entreatajuda? Ninguém o pode provar: o que se pode é *escolher* uma das alternativas como *pressuposto*.

20 de Junho — Mais um dos circuitos anuais, desta vez não tão para Norte, que o tempo era mais curto. Ficámo-nos por Constância, Tomar, Figueiró, Lousã. Um passeio pela foz do Algc, local das famosas ferrarias do século XVII, que consumiam a madeira das redondezas e usavam a energia da água, fez-me voltar a pensar naquilo a que hoje se chama «arqueologia industrial», expressão que não me satisfaz, já que a indústria, no sentido que hoje lhe damos, não tem mais de dois séculos, pouco para se poder falar de arqueologia. Poderci estar errado, mas as manifestações públicas do grupo de investigadores que entre nós se dedica a estas coisas, e ainda bem, dão-me a impressão de que a sua preocupação se tem dirigido mais a objectos (utensílios, máquinas, construções, edifícios fabris) do que aprofundadamente às tecnologias e suas implicações, nomeadamente económicas e sociais. O que até é estranho, pois, ao que julgo (talvez me engane, de novo), o grupo é, no essencial, de historiadores. A minha ideia é a de que estas questões da «História das técnicas e tecnologias», como prefiro chamar-lhes, são demasiado complexas para serem tratadas em exclusivo por homens de letras, ainda que de formações diversas (história, sociologia, etc.). Posso estar a puxar a brasa à minha sardinha, mas vejo mal como se pode fazer História das Técnicas sem a participação activa de engenheiros e tecnólogos. Uma investigação séria neste domínio terá, a meu ver, de envolver equipas multidisciplinares especializadas, mas tal trabalho seria compensador, talvez sobretudo para os historiadores. Como se pode fazer verdadeiramente história social e económica sem conhecer a História das técnicas e das tecnologias? Como se pode ir mais fundo, sem isso, na compreensão da história da dependência (económica,

política) portuguesa? Isto porque não imagino tal projecto sem uma forte componente de história comparada, e por aí se detectariam os atrasos tecnológicos, por certo nuns sectores e numas épocas mais do que noutros, e se ponderaria, em diálogo com as condições naturais, com a História factual e com outras variáveis, das presumíveis causas de atrasos e eventuais recuperações. Talvez se juntassem mais uns condimentos para activar o sabor do eterno cozinhado da «debilidade histórica da burguesia portuguesa», quem sabe!

Estas ideias vêm-me de um projecto maluco que esbocei vai para dez anos e não interessou ninguém. Mas o problema do «nosso» atraso tecnológico, da «nossa» dependência económica e também tecnológica, esse, continua a ser de todos os dias. «Apanhar o comboio das novas tecnologias» é coisa com que, por outras palavras, muitas gerações antes de nós se preocuparam. Simplesmente, nunca se apanhou, nem se irá apanhar. Ao fim de dez ou vinte anos de investigação profunda em várias frentes, essa nova disciplina poderia ajudar a perceber melhor porquê, no terreno em que, ao fim de contas, tudo se joga — o da produção. A História das técnicas e das tecnologias não pode ser uma mera curiosidade, embora o seja também, e apaixonante.

22 de Julho — A vitória esmagadora do Cavaco fez-me lembrar um *slogan* dos tempos áureos do MRPP, com que me fartei de rir quando o li no livro do Saldanha Sanches: «O vento da campanha de rectificação [da linha política] varre o Algarve de Barlavento a Sotavento.» Pois bem, desta vez, é melhor não nos rirmos. O vendaval Cavaco *varreu* mesmo o país de Norte a Sul. Não é preciso fazer grandes contas para perceber que votou no Cavaco gente com as mais variadas motivações, das mais diversas classes e ideologias. Como terá sido possível reconhecerem-se todas no «projecto Cavaco», se é que existe? É claro que o balão do canismo tinha de esvaziar, as presidenciais já o anunciavam. Era, aliás, uma mera ilusão de óptica, pois nascera vazio. É claro, também, que a oposição PS foi pouco convincente (apenas por não ter tido tempo para se afirmar?) e a forma como se deixou encurralar pela moção de censura de um PRD «em bicos de pés» sugeriu um amadorismo político

pouco recomendável em quem aspira ao Poder. Mas, ainda assim, é surpreendente o número de eleitores tradicionais desta área, e do próprio PCP, que deram o seu grão à enorme pilha dos 51%. É sabido que votar é um acto isolado, em que se pede a uma memória curta que decida para um horizonte curto. Contam menos a ideologia ou as aspirações de longo prazo (apesar de tudo, pode-se mudar o voto daqui a três ou quatro anos), e muito mais a conjuntura recente e as expectativas imediatas.

Aliás, ninguém faz uma análise rigorosa dos seus próprios projectos e interesses, enquanto indivíduo e enquanto membro de colectivos diversos (família, emprego, utentes dos transportes ou da saúde, colectividade desportiva ou cultural, etc., etc.), projectos e interesses de qualquer modo contraditórios, ponderando-os face aos programas dos vários partidos. Os eleitores não são as pessoas que conhecemos, são apenas uma espécie particular de apostadores, despidos do seu «ser colectivo»: é um palpite, uma fé, assentes num mínimo de informação, o que lhes move a caneta ao desenhar a cruz no boletim de voto, tal como ao desenhar os sinais no boletim do Totobola. Por que se terão polarizado, então, os eleitores na figura do Cavaco? Terá sido isto o espectacular triunfo das ideias neoliberais? Tudo leva a crer que não: esta vitória parece, a papel químico, a da AD em 1980, ambas precedidas de um discurso de fortalecimento da autoridade do Estado e de uma prática pré-eleitoral de distribuição de benefícios, no quadro «assistencial» de um Estado-Providência.

Votaram, naturalmente, em Cavaco os que nele vêem um líder, uma «autoridade», um Estado capaz de manter a lei e a ordem, uma garantia de estabilidade do poder. Votaram nele os «beneficiários», os «assistidos», trabalhadores, reformados e empresários que esperam, uns, que o Estado lhes defenda o poder de compra e aumente as prestações (e investimentos) sociais, outros que o Estado os assista na velhice, outros ainda que o Estado lhes dê subsídios, lhes baixe os juros, lhes propicie lucros fáceis. E Cavaco já mostrou que, com dinheiro na mão (e, no tal *curto prazo*, tudo indica que não lhe vai faltar), sabe muito bem utilizar os mecanismos do Estado-Providência e outros que ao Cavaco-economista repugnavam (o Nuno Brederode respigou-lhe há tempos um artigo de 1978 que bem o demonstra). Enfim, os poucos empresários e intelectuais ferrenhos do mais

puro liberalismo económico, esses ainda vêm no Cavaco o homem que reforça o Estado para o reduzir depois, «libertando a sociedade civil», que é como quem diz, deixando a economia entregue ao valedor dos homens de negócios. Esses são os que perfilham a lapidar fórmula de Proença de Carvalho, quando um dia preconizou (ainda se falava dele como candidato a Presidente) «um Portugal a caminho da modernidade, com uma sociedade civil responsável e dinâmica, enquadrada por um Estado dotado da máxima autoridade no mínimo de território possível». Terão sido estes quase os únicos a votar «ideologicamente», o que é curioso, atendendo a que o programa cavquista é justamente o da «desideologização» da política — mas toda a gente sabe que isso significa apenas «desmarxização», «dessocialização», «toda a força à iniciativa privada». Tudo bem, portanto, ainda que ele tenha de fazer o contrário para ganhar eleições... E se vai ter!

25 de Julho — Ouvi há dias, casualmente, uma crónica radiofónica do Alçada, em tom de tranquila conversa, de quem se imagina um segundo Nemésio. Dizia ele que Sartre, «pai intelectual da sua geração» (mas não dele próprio, digo eu, pois é sabido que foi Mounier quem nesse caso desempenhou o papel) recordou um dia, no *Les mots*, «esse idealismo de que levei trinta anos a desfazer-me». E comentava, o Alçada: também entre nós, muitos foram os intelectuais que, na sua esteira, tiveram imensa dificuldade em se libertar do idealismo, e muitos deles morreram sem nunca ter chegado a conhecer o mundo que os rodeava. Curioso passe de prestidigitação: enquanto Sartre se referia, obviamente, ao idealismo filosófico, que mais tarde abandonou pelo materialismo, Alçada queria dizer com a dele que só poucos, por cá, deixaram de ser idealistas, no sentido corrente (e na acepção pejorativa) de quem vive de sonhos, teorias e utopias, de quem «paira nas nuvens», para se tornarem realistas, pragmáticos, para fazerem a aprendizagem das regras sociais em que se têm de mover se quiserem singrar, «ser alguém na vida». Sartre colocava-se no plano da filosofia (basta ler o resto da passagem citada), Alçada no da «carreira» dos ditos intelectuais. Isto não foi explicado assim, claro; foi isso, porém, o que eu ouvi, e não receio

ter interpretado mal, ou não conheça o percurso do Alçada, que um dia soube despir-se de idealismos e descer aos mais prometedores terrenos das «Conversas» com o Marcelo (em que fez o trabalho que, anos antes, fizera a Christine Garnier com Salazar). Bem me lembro de correr por aí, na altura, que o Alçada alimentava sonhos de diplomacia em longínquos planaltos — deve ser isso a que ele chama «conhecer o mundo que o rodeia». Dessas más-línguas se desforra ele hoje, com tão desastrosa desonestidade intelectual, mas está muito mais bem acompanhado do que insinua: não faltam intelectuais a fazer belas carreiras, e muitos outros irão na onda cavquista nos próximos tempos. Os ventos não estão de feição para idealismos anticarreiristas.

Tinha de escrever isto, para ver se o velho Sartre pára de dar voltas no túmulo — se é que lá se ouve a Renascença...

20 de Agosto — Desejo, pulsões, vontade — sobre isso têm reflectido filósofos, psicólogos, sociólogos, sem falar nos imprescindíveis psicanalistas e simpatizantes; sobre isso têm abundantemente dissertado, desenvolvido teorias, escrito livros, elaborado teses. O «apetecimento», esse, nunca teve estatuto teórico, tem sido parente pobre do desejo ou da vontade, quase sempre associado aos gestos e movimentos do quotidiano: apetece ou não comer, beber, ir ao cinema, ao futebol, à casa de banho. Ou então, na relação com o outro, é simplesmente a versão plebeia, ou colorida, de sentimentos ou estados de espírito identificáveis, que não exigem explicação. «Apetece-me estar contigo», «apetece-me ver-te», no limite «sabes o que me apetece?», são expressões quase reservadas a enamorados, ou candidatos a isso, e sugerem intimidade, são a face comezinha desse monstro teórico que é o desejo. Só um amante intelectual, dos presumidos, dirá ao seu amado «desejo-te»: «apetece-me fazer amor (ou ir para a cama *tout court*)» é o que se usa sem cair em grosserias, quando é preciso usar alguma coisa. O apetecimento surge, nestes casos, como a mera fala do desejo. «Apetecia-me largar tudo e ir dar a volta ao mundo» ou «apetecia-me estrafegar o Cavaco» são obviamente inofensivos desabafos, fúteis na sua desmedida, que ninguém leva a sério e até muitos acharão salutares, se não se tornarem obsessivos. O

apetecimento é aqui a fala de uma revolta momentânea, inconsequente, ou nem isso, talvez apenas um estilo de linguagem, frequente naqueles que reservam ao discurso os excessos da emotividade.

Suponhamos agora que chego a casa e alguém me diz «hoje não fui ao emprego, não me apeteceu». Pergunto, inevitavelmente, «estás doente?», denunciando ser essa, para mim, a única razão plausível para o facto incomum. Respondem-me «Que ideia?! Simplesmente, não me apeteceu», e provavelmente não se passa mais nada, a extravagância deixa-me desconfiado, mas é tudo, até ver.

Este caso é, porém, dos que deveria pôr-nos a pensar. É que o apetecimento nem sempre se limita a ser um modo de falar, ou de exprimir «outras coisas» para que há termos mais eruditos. E quando não é isso, impõem as regras do convívio social que se escamoteie o apetecimento por detrás de razões e justificações que «se devem» ao interlocutor: faltou-se a um encontro, não se fez um telefonema importante, atrasou-se o prazo de entrega de um trabalho, recusou-se um convite, *sempre* por motivos que se procura, melhor ou pior, justificar. Não é normal, voltando à situação referida atrás, faltar-se ao emprego «*simplesmente* porque não apetece», *sem* mais explicações. O apetecimento não é socialmente aceite como a sua própria explicação, porque se trata de um estado de espírito que a razão *não sabe* dizer. Por isso mesmo desarma o interlocutor, subverte de algum modo a relação com o outro (eu «fiquei desconfiado, *até ver*» — isto é, ficarei apreensivo, se se repetir). A vida social é construída sobre o dever, a regra, o constrangimento, a responsabilidade. O apetecimento foge a esse modelo obrigacional, o seu lugar é nos interstícios, ou no exterior, do sistema. Um tipo que falte ao trabalho com frequência e que dê como única justificação «que não lhe apetece», se não está doente fisicamente, só pode estar afectado mentalmente, é o que pensarão os outros, num processo que o tende a colocar «do outro lado», do lado dos que, falhos de razão, não têm lugar *no interior* do dispositivo social.

O que se passa, por exemplo, com artistas e escritores é uma excelente ilustração de tais mecanismos. Ninguém pergunta a um pintor por que *razão* pôs ali aquela linha, deu aquela pincelada, daquela cor. Nem ao escritor por que *razão* escreveu aquela frase ou escolheu aquela palavra. Eles próprios não saberiam explicar: foi um

impulso vindo não sabem de onde, uma iluminação momentânea, a convergência, talvez, de indiscerníveis estímulos inconscientes, de difusos fragmentos da memória, de um «estado de espírito». Numa palavra, fizeram *aquilo* «porque lhes apeteceu». E o comum dos mortais acha isso natural, porque justamente considera essa gente diferente do comum dos mortais. A seu modo, eles estão *fora* do sistema, são um pouco loucos, por isso se podem entregar aos seus apetecimentos, movendo-se num limbo em que a irrazão acaba por ser o salvo-conduto que lhes abre as portas da cidade. Desconfia-se, talvez, do criador que «explica» teoricamente ou matematicamente a sua obra de arte, como se ela fosse a demonstração de qualquer coisa, usurpando a tarefa aos críticos que também têm que ganhar o seu pão.

Mas esse é um caso porventura único. A gestão, ou a reivindicação, dos apetecimentos é algo tão fora dos cânones de uma sociedade organizada que é raro dizer-se na primeira pessoa. Diz-se dos outros, com repulsa, por vezes com inveja: «Aquele faz o que lhe apetece, e sobeja-lhe tempo!», «O meu miúdo diz que não lhe apetece estudar. Estou farto de lhe dizer que, na vida, não podemos fazer só o que nos apetece!», «Apetece-te férias? Trabalha para as ganhares!» Fazer-se coisas que apetecem é, pois, considerado um luxo: o normal é a porfia, o sacrifício, a aceitação passiva do que «o destino nos deu». Quando muito, um prémio, sempre distante: «Quero ganhar dinheiro para poder um dia fazer o que me apetece.»

É claro que, como seria de esperar, há ainda uma diferenciação social dos apetecimentos, reflexo dos interditos particulares ligados a um estatuto. Um operário, militante do PCP, que dissesse na sua célula apetececer-lhe «ir jantar ao Tavares» ou «ter uma casa com piscina», seria desde logo suspeito de emburguesamento mental, como incorreriam na desconfiança dos seus pares um médico ou um cientista a quem apetecesse «ir à bruxa», um político «cortar para metade o orçamento da tropa», um latifundiário «distribuir a propriedade pelos trabalhadores». Todos eles, obviamente, seriam colocados sob vigilância. Está por fazer uma sociologia do apetecimento.

O apetecimento não é deste mundo. Porque é condição daquilo a que, à falta de melhor, chamarei felicidade. Como se pode «ser feliz» levando a vida a violentar os apetecimentos, a fazer tudo o que

não apetece? Estreitando o campo, a quantos apetece o trabalho que fazem? E que outro lhes apeteria? Provavelmente não sabem, limitam-se a imaginar apetecimentos, de qualquer modo irrealizáveis. Há quem se apanhe a dizer «apetece-me nem sei o quê», outro modo de enunciar o apetecimento de um apetecimento, que fosse exprimível, definido, como se isso chegasse para o satisfazer. Ser capaz de formular o apetecimento é, pois, já uma conquista, uma quase ousadia — mas também quase sempre uma frustração.

Esta sociedade, cujos valores maiores são hoje o dinheiro, o «prestígio», o triunfo, só aceita os apetecimentos efêmeros, que atravessam os tempos *mortos*, e disso é feita, muitas vezes, a felicidade que nos é permitida. Desgasto-me num trabalho desinteressante, mas defendo-me pensando no copo que vou beber com os amigos, no filme que vou ver, na pesca do fim-de-semana, no desejo físico que me assalta a meio de uma tarefa profissional, no Sporting-Benfica do próximo domingo, e por aí fora. E nisto até há uma sábia compensação, pois quanto mais me ocupo em tarefas não-apetecidas, maior o prazer que retiro do apetecimento, e da coisa apetecida.

Esses são, no entanto, apetecimentos veniais, interiores ao sistema e que, por isso mesmo o reproduzem. Extravagante e suspeito, subversivo, é o apetecimento em que se fundem todas as desordens, todas as recusas e todos os desejos, todas as fantasias, todas as alegrias imaginadas — todas as revoltas. Aquele que faz alguém no seu melhor juízo «não ir ao emprego porque não lhe apetece». Ou insultar um chefe insuportável, porque foi isso que sempre lhe apeteceu. Ou ocupar a casa com que sempre se sonhou, no dia em que a autoridade se esvaiu. Ou seduzir o mais proibido dos amantes. Ou, algumas vezes, escrever um texto explosivo.

Tudo isto me ocorreu quando, convidado para participar num desses colóquios em que, nos Estados Unidos, diligentemente se discute «a realidade portuguesa», não me surgiu, para recusar, outro argumento mais verdadeiro que não fosse «não me apetece». A surpresa do meu interlocutor, um universitário para quem estas coisas, para além da viagem, logicamente conferem prestígio aos convidados, e porventura os ajudam em carreiras académicas, foi tal, que me apercebi da monstruosidade que dissera. A sua mudez foi sinal evidente de que me considerava um pouco extravagante — até ver.

15 de Setembro

JF tomou ontem posse, e teve honras de televisão. É que a empresa pública a que vai presidir é daquelas que parece ter sido feita para servir de estágio a futuros governantes, ou de prémio de bom comportamento para os que deixam as cadeiras do poder. A partir de agora, esta história será, como escrevi de início, igual a tantas outras, a biografia do meu amigo ir-se-á enriquecendo aos poucos nas páginas do «Quem é quem nos negócios» (sem mudar o retrato, bem entendido), os altos cargos políticos alternando com a administração de empresas ou com o desempenho de missões de responsabilidade, até um belo dia, cumprida esta tarimba dourada, aparecer à cabeça de qualquer grupo económico privado, desses que darão que falar no Portugal do século que aí vem — e nos trarão enfim aquele tempero de grandes escândalos financeiros que, longe de escandalizarem seja quem for, nos projectarão aos olhos do mundo como país europeu definitivamente civilizado. Terminou pois, para ele, aquela audaciosa (metódica, dir-se-á, mais tarde) exclusão de possíveis que, por desencontrados caminhos, faz ascender os mais obstinados membros de cada geração à «elite» dos dirigentes, onde se vão juntar a todos os que já lá estão, porque são mais velhos ou simplesmente porque lá nasceram. Cedo à tentação da estafada referência sartriana: terminou mais uma «infância de um chefe».

Claro que já o sabia quando comecei este exercício romanesco, por isso mesmo o comecei. Os seis anos que entretanto tinham decorrido, desde o nosso almoço envolto em «sonhos americanos», não foram de muitos encontros mas, quase sem dar por isso, fui-me mantendo a par dos passos de JF apenas pela rotineira leitura dos jornais, o que me levou a pensar, talvez maldosamente, não lhe estarem porventura a ser inúteis os muitos jornalistas vindos dos mesmos calores revolucionários, agora, por convicção ou necessidade, repartidos por tudo quanto é diário, semanário ou revista, cobrindo o leque completo de cambiantes do arco-íris ideológico.

No seu primeiro ano de militante socialista, e sempre duvidei que fosse dos mais activos, publicou alguns artigos, todos eles sobre temas económicos, mas em que arranjava maneira de esgueirar uma ou outra frase sobre a situação política do momento, como se ele próprio procurasse um norte qualquer, pelo meio daquela barafunda de governos presidenciais, eanismos e anti-eanismos, acordos e desacordos entre partidos, soarismos, sá-carneirismos, opções inadiáveis e outras tantas bizarras. Pude assim adivinhar-lhe alguma simpatia pelo Nobre da Costa (pouco popular no seu partido, que o deitou abaixo num abrir e fechar de olhos), uma rejeição epidérmica à figura do Mota Pinto e, as omissões nunca são inocentes, notei o estranho silêncio em que deixou o Eanes, na altura bombo da festa quotidiano dos principais partidos, cujas clientelas se começavam a impacientar. Entretanto, ia-lhe sabendo, sempre pela imprensa «especializada», de umas quantas noitadas pelo «Procópio», ambiente pouco recomendável para soaristas, de outras pelo «Botequim», emenda pouco melhor do que o soneto, e de um pluripartidário jantar de curso, em que o seu nome aparecia na notícia depois de uma meia dúzia de celebridades (mas já aparecia), ocasião que não terá perdido para meditar sobre o atraso que levava em relação a colegas pouco prometedores há vinte anos, alguns dos quais souberam ser marcelistas quando convinha, e depois partir e regressar nas horas certas, sem sequer ter precisado de perturbar os anos de exílio com a esforçada aquisição de um canudo no estran-

geiro, para ele indispensável «abre-te sésamo» da respeitabilidade.

Nos jornais que leio, razoável amostra do mexerico político, não dei, em todo esse ano, por qualquer vestígio de actividade partidária, salvo se por tal se entender a sua presença numa sessão de autógrafos, na Feira do Livro, por altura do lançamento de um livro de crónicas de um conhecido militante do PS, mais um, quem sabe, daquela colecção em que a Imprensa Nacional generosamente dá à estampa os «amigos da casa» (se é que por então já sopravam os novos ventos editoriais na vetusta casa).

Parecia-me evidente que o meu amigo JF ainda não acertara as agulhas, mas nem era caso para se angustiar, pois o tempo aconselhava a distribuir os feijões, com a habilidade possível, por várias apostas, que a poeira alvoroçada nos anos quentes estava ainda longe de assentar, e são sempre os grãos mais vagarosos na descida os que acabam por ficar por cima... (Uma alma bem-formada que um dia, por insólito acaso, lesse estes meus escritos, poderia suspeitar da sinceridade com que repito a expressão «meu amigo», mal ajustada à animosidade com que, a seu ver, eu lhe desenharia uma quase maquiavélica ascensão. Pois estaria enganada a dita alma, ou a teria eu enganado, por me faltar o rasgo com que qualquer pai encontra sem esforço as palavras, mais de ternura que de reprovção, para contar as estroinices do filho. Apenas tento, talvez desastrosamente, observar-lhe a jornada, sem o aplaudir, mas por que havia de condená-lo? Não posso, em todo o caso, olhá-lo como um cientista a sua cobaia: não serei eu, quer queira quer não, parte da sua história? E, afinal de contas, esta nem é a sua história, fui eu que a costurei com o pano que tinha. É, simplesmente, uma história).

Pela Primavera de 80, começava já a falar-se da Revisão Constitucional, dei-me ao trabalho de ir ouvir JF a um desses muitos colóquios que vão ajudando a encher as páginas da imprensa. Competia-lhe dissertar sobre «O socialismo, o mercado e a revisão económica da Constituição», e desde logo declarou que não estava ali a falar em nome do partido, mas porque

fora pessoalmente convidado. Fosse como fosse, defendeu brilhantemente (nunca o ouvira falar em público) que, como em qualquer outro país europeu, há que «desmarxizar a ideia de socialismo», que «é hoje pacífico o reconhecimento do papel do mercado na revitalização das economias», que «são conservadores tanto os que pensam em destruir o sector público de uma assentada, pondo em risco os equilíbrios sociais ainda frágeis numa sociedade como a nossa, como os que se batem por deixá-lo incólume, ameaçando, esses, os equilíbrios e a racionalidade do sistema económico», enfim que «um socialismo moderno, em Portugal, deve ser o promotor de reformas profundas, mas graduais, no sentido de um reforço controlado mas substancial do sector privado, e que isso terá naturalmente de se começar a reflectir na próxima Revisão Constitucional». Reparei a contenção com que ignorou, mesmo durante o debate, os supostos malefícios do Conselho da Revolução, então na berlinda como bode expiatório de todas as impotências. No fim do colóquio, tal como há cinco anos o fizéramos após o dispersar de uma manifestação (simbólica esta diferença nos modos de se dizer o que se pensa...), fomos tomar um copo. Levou-me ao «Snob», onde, ao atravessar a sala de entrada, distribuiu cordiais olás por dois ou três jornalistas conhecidos, encostados ao bar.

Foi nessa noite que me anunciou a descoberta dos seus papéis de adolescência e se propôs entregar-mos, «talvez me servissem para qualquer coisa» (na realidade uns tempos depois passou um dia à pressa por minha casa a deixar o caixote). Casara-se há quatro meses, e fora nas arrumações da nova casa que dera com eles. Não estava para grandes confidências políticas, quase só se falou de ligeirezas, que a miúda era fantástica, encontrara-a numa livraria, assim, como nos filmes, que desencantara um apartamento sensacional, que não pensavam em filhos, que as coisas pela empresa corriam lindamente, que este novo choque petrolífero ainda nos ia trazer muita chatice, que andava a investir em arte, já comprara uns quadros e umas esculturas que um dia iam valer um dinheiro, coisas do género. Ainda assim, quando, a propósito nem

sei de quê, eu falei no nome do Sá-Carneiro, pareceu-me, pelo olhar, pelo sorriso, que não andaria longe de uma certa admiração pelo homem, pelo menos que não partilhava da hostilidade que então lhe votava o seu partido. Às vezes penso que, não fora Camarate, é bem possível que tivesse sido outra a carreira de JF — ou a mesma, mais cedo.

Os sete anos que, desde então, se passaram, já têm pouco que contar. Não deixou de ir aparecendo nas pequenas notícias, mais ou menos mundanas, de andanças e eventos, onde terá multiplicado proveitosas relações. De vez em quando, falava-se da sua participação em «grupos de trabalho» do PS para estudar isto ou aquilo, nada de importante. Foi escrevendo mais uns artigos e falando em mais uns colóquios e seminários. Durante o Bloco Central foi, durante uns meses, adjunto do gabinete de um Secretário de Estado, por tal sinal do PSD, mas quem o não foi já? Pouco tempo depois, mudaram-no de empresa, para uma das que já dão notícia aos suplementos económicos.

Retomámos os almoços de antigamente, sem a cumplicidade nem a frequência de outros tempos, e JF aproveitou-os para me entregar mais uns textos, eu para lhe refrescar memórias que me começavam a interessar. Mas suspendemo-los, por uma espécie de acordo tácito, desde que foi público que aderira ao PSD. Divorciara-se, entretanto.

JF contou-me um dia que, de cada vez que via o Casablanca, lhe chegavam as lágrimas aos olhos quando rompia aquela Marselhesa. Adesão íntima aos que batiam o pé ao opressor? Nostalgia de um desses momentos únicos, que sempre buscamos em vão (talvez só as guerras, certas guerras, os propiciem), em que é fácil distinguir o Bem e o Mal, o preto e o branco: nostalgia de não ter de decidir? Mero reflexo patrioteiro, semelhante ao que produzem os desafinados acordes do hino nacional após uma vitória da Rosa Mota (que não merece que assim nos apropriemos do seu esforço)? Sabê-lo-á cada um, quando isso lhe acontece? E terão sempre o mesmo «significado» essas lágrimas, repetidas a cada passagem do filme ao longo de uma vida? Tê-lo-ão as de um espectador de 1945 e as

de outro, em 1985? A plateia lacrimajante que assiste ao Casablanca, aqui ou em qualquer parte, em que lado a lado se comovem jovens e velhos, esquerdistas e reaccionários, gestores e contínuos, não nos diz nada, de ninguém. Só sabemos que as lágrimas não são as mesmas. Como as de JF, hoje, não serão as da sua juventude. E as minhas?

16 de Setembro — Que os tempos e os lugares fazem mudar o sentido de palavras e de expressões, já se sabe. Mas essas variações semânticas, que aprendemos no convívio ou na leitura, ou com que damos ao acaso de uma consulta ao dicionário, só qualquer curioso ou erudito se dará ao trabalho de lhes pesquisar a origem, enterrada no fundo dos séculos ou das tradições do lugar. Há casos, porém, em que é tão óbvio, tão recente, o sinal dos tempos nas novas acepções, que por pouco não sorrimos, ou então nos desconsolamos, do quase-atrevimento com que alguns se apropriam de expressões de pacífico significado até então.

Há poucos meses atrás, quando se ouvia falar da «qualidade do papel», sabia-se que era disso mesmo que se tratava: era um livro, uma brochura, um jornal, um papel de parede, de embrulho ou higiênico o que estava em causa. O papel era mais ou menos branco, macio, opaco, lustroso, resistente, absorvente; permitia melhor ou pior impressão de caracteres, fotografias, cores; dava mais ou menos «estatuto» ao relatório de uma empresa, distinção ao presente que se oferecia, mistério à carta que chegava, ou que partia. Todos nos entendíamos. Hoje não. «Qualidade do papel» passou a ser expressão corrente na chamada comunicação social, e quer dizer agora maior ou menor risco na obtenção de rápidas fortunas na Bolsa. Um papel (leia-se «acção») é de alta qualidade se um tipo o comprar hoje por 100 com a antecipada certeza (ou quase) de que meses depois ele valerá 130 ou 150. Não tem nada a ver com o papel propriamente dito em que tal título é impresso, papel esse a que ninguém liga, quase ninguém vê, e nem é preciso que exista. O que conta é a transacção,

que alguém lançará na conta do bem-aventurado, batendo num teclado de computador, sem que, nem mesmo aí, papel compareça. Sinal dos tempos, não?

Outro caso interessante é o da expressão «opção» de classe». Expressão que fez fortuna (não na Bolsa!) nos tempos de 74-75, e subentendia que, pertencendo embora a uma determinada classe, qualquer indivíduo podia «optar» por outra, tornando claro, se o não fizesse, que se sentia bem naquela em que estava. Na realidade, o uso era mais restritivo. Quando se dizia de alguém que «fez a sua opção de classe», o sentido era claro: estava-se perante um estudante filho-família, um militar, um abastado médico ou advogado, um pequeno-burguesíssimo empregado de escritório, até um aristocrata, que aderira à luta do proletariado, rejeitando as suas origens e, quanto possível, os seus privilégios de classe. Quem não se lembra daquela manifestação nos Restauradores em que era exigido a Otelu que fizesse a sua «opção de classe»? Pois bem, hoje não há dia em que não passe na Rádio ou na Televisão o anúncio a um relógio de prestígio, em que, após o nome da marca, uma voz suave, mas convincente (talvez irónica?), diz apenas isto: «uma opção de classe!» De algum modo, inverteu-se o sentido: ao adquirir tal relógio, escolher-se-á *como os que têm classe*, ou seja, presume-se que o comprador a tem insuficiente, antes da compra, e com ela se torna «um tipo de classe», o que vem a dar afinal em ter optado pelo valores e comportamentos de uma classe superior. Fechou-se o círculo. Sinal dos tempos, também...

E, já agora que estou nas semânticas, registo uma curiosa mas nem sequer inesperada informação, que uma amiga há dias me confiou: nas escolas marroquinas, ao ensinar História às criancinhas, os portugueses (e por certo também os espanhóis), daqueles tempos que se sabe, são sempre designados por «os infiéis». Aqui, no fim de contas, nem há mudança de sentido, mas apenas de referente: infiéis, cá como lá, significa «os que não adoram o nosso (e único verdadeiro) Deus». O que até podia dar pretexto para um proveitoso ensinamento às ditas criancinhas, cá como lá: que o lugar de onde se olha modifica os juízos, e é por isso mesmo que os não há absolutos. No campo das ideias, combatemos os que estão *noutro lugar*, o que lhes dá outra visão, outros interesses, mas não os torna necessariamente

pérfidos. Pode mudar-se de lugar, *adoptar* outro lugar, mas já soa a falso o discurso de quem, estando (ou dizendo-se) num lugar, nos descreve uma paisagem que *dali* não pode ver... Isto tem algo que ver com a história do relógio, bem vistas as coisas.

18 de Setembro — Pode-se pensar o que se quiser do regime parlamentar, do próprio Parlamento, das eleições. Pode-se achar justo, ou razoável, ou escandaloso que os deputados recebam subsídios de «reintegração» quando cessam funções (e bem se sabe quantos, durante o mandato parlamentar, continuaram a exercer as suas liberais profissões, ou mantiveram o vínculo aos empregos anteriores...), ou adquiriram o direito a uma pensão vitalícia se andaram por S. Bento pelo menos oito anos. Mas parece óbvio que deveriam ser os mais fervorosos adeptos da democracia parlamentar — e quem mais se esperaria que o fossem senão os próprios deputados? — a respeitar e a cumprir as regras fixadas «em sede própria» (digo esta por graça, pois é uma caricata expressão de juristas que os políticos usam a torto e a direito), neste caso a soberana Assembleia. E os princípios de filosofia em que elas se apoiam. Ora, nas eleições legislativas, feitas as contas, há candidatos que são eleitos e outros que o não são: foi o «povo» que assim o decidiu, não é o que dizem os princípios? E ainda se pode considerar que o dito povo aceita que, em seu benefício, um deputado possa ser substituído por um não-eleito da mesma lista em caso de impedimento prolongado (para não alterar o equilíbrio partidário na Assembleia) ou mesmo, no limite, em alturas de debates especializados, a fim de que as questões possam ser submetidas a um debate mais aprofundado, melhorando as leis daí resultantes. Mas poderá o «povo» compreender que se façam substituições de deputados só para que um qualquer não-eleito venha a preencher o tempo necessário para auferir uma pensão vitalícia? Que beneficia o «povo» com isso? Se não lhe deu os votos necessários, é porque o não queria lá, dirão de novo os princípios. Ora ainda vai ter de lhe pagar até ao fim dos seus dias por lá o ter contra-vontade! Pense-se, pois, o que se pensar de tudo isto quem pode deixar de chamar uma vergonha, um abuso, a um caso destes? É, contudo, pelos vistos, o que se prepara para fazer o Par-

tido Socialista. Cito a notícia de *O Jornal*: «No âmbito do grupo parlamentar do PS, foi estabelecido um acordo envolvendo pedidos de suspensão de mandatos de forma a permitir que Igrejas Caeiro, que ocupava um lugar não elegível na lista de Lisboa, possa ter assento no Parlamento pelo menos durante o tempo necessário para perfarer o período que dá direito à pensão vitalícia para titulares de cargos públicos.» Assim, sem um comentário, uma ironia sequer, por parte do jornalista. Como se fosse a coisa mais «democraticamente» normal do mundo. Pergunto: com que cara vai o deputado passear-se pelas bancadas e pelos Passos Perdidos, todos sabendo que está ali apenas a «fazer tempo» para a reformazita de 40 contos por mês? Problema imaginário, por certo, já que todos os seus pares acharão o facto naturalíssimo. Pergunto mais: é assim que o PS nos quer convencer de que é um «novo partido», em que as moscambilhas soaristas deram lugar a um modo, digamos, mais moral e mais sério de «fazer política»? Note-se que nada me move contra a pessoa em causa, que até nem me é antipática: é, como sempre, uma questão de estômago.

20 de Setembro — Otelo condenado. Antes de mais, surpreende-me (mesmo?) que a ninguém com responsabilidades políticas tenha ocorrido dizer algo parecido com o que Samora exclamou a propósito da mulher de Mao, já anotado aqui: «*Não se prende um Otelo!*» Pelo contrário, Soares apadrinhou o acto, ao que se diz por pensar que apanharia na rede altos dirigentes do PCP. Estes, no fim de contas, até se terão rido da história e tirado do caso as habituais lições sobre os aventureirismos de esquerda, se não alguma satisfação por ter o «destino» vindo a punir aquele que nunca conseguiram meter no bolso. Não discuto, nem sei, nem me importa o que o Otelo tenha ou não andado a fazer estes anos. Mas parece-me indiscutível, isso sim, que as provas contra o Otelo são bem menos convincentes do que as provas contra o tribunal que o julgou. Uma paródia de justiça, em que se identificam juiz e acusador, em que a sentença não é unânime e se apoia, no essencial, em depoimentos comprados pela dita justiça, ou não é disso que se trata com os «arrepêndidos»?

Prender o Otelo, choca. Julgá-lo assim, revolta. Mas saber-se que foram mínimas as penas do caso DOPA, entre outras coisas porque as actividades ilícitas dos arguidos «não perturbaram a paz social»; saber-se que um Regadas conseguiu que os médicos o dessem por moribundo, que por isso lhe fosse anulado o mandato de captura e se passeie tranquilamente pelas ruas do Porto; saber-se que as várias redes bombistas e incendiárias nunca deram penas que se parecessem e foram sempre olhadas com a mais «democrática» das tolerâncias — isso torna o processo do Otelo simplesmente insuperável.

Um dia o Dr. Soares conceder-lhe-á uma amnistia, ou um indulto, sei lá, ou fará constar que se bateu nos bastidores por isso, ou por que acontecesse qualquer coisa que dê o mesmo resultado. Porque o chateiam por causa do Otelo quando vai lá fora, porque sempre pode recolher mais uns ingénuos votos na próxima eleição. E viva a democracia!

Um abraço, Otelo! Ainda alguém se vai lembrar de te pôr em liberdade, distraidamente, na madrugada de qualquer 25 de Abril...

25 de Setembro — Na semana passada abri, nem sci bem porquê, ao fim de muitos anos, a caixa de cartão verde onde se foram acumulando todos os papéis soltos que, por aqui e por ali, ao acaso de solitárias horas de café, fui escrevinhando desde os distantes tempos do Técnico. Embora nem todos datados, não é difícil situá-los nos dez anos que vão de 1956 a 1966. Depois disso, passei a escrever na imprensa, a começar pela *Seara*, e abandonei as reflexões pessoais que me habituara a registar, quando calhava, nesses papeliños. Textos sem destino, de acaso mas também de necessidade, eles reflectem o que foi a minha difícil entrada no mundo adulto, aliás bem mais tardia do que o habitual. E, no entanto, pouco há neles de íntimo, apenas um sugerido mal-estar, que parece ser o de qualquer adolescente (e eu já não o era), de quem se não sente bem na própria pele e aceita mal a dos outros. De quem não se entende, nem entende o que o rodeia — e ainda não sabe, mas talvez intua, que se trata afinal da mesma coisa. Textos de iniciação, de aprendizagem, desajitados e, muitos deles, pretensiosos, reconheço nesses papéis o

esboço das ideias políticas e sociais que depois, melhor ou pior, tomaram forma, ao contacto dos livros e da vida. Esse *depois* foram, logo a seguir, os «loucos anos» de 1967 e 68, o Maio e tudo o resto que se sabe, e o Abril também: acho que essas coisas acabaram por marcar mais os que as apanharam já nos trintas, do que os mais jovens, aqueles para quem, com Maio ou sem Maio, com Abril ou sem Abril, a adolescência é de qualquer modo uma aventura — nem sempre alegre, claro — de que um dia se terá de sair, sabe Deus por que porta.

Leio essas notas, e reencontrando-me numa memória que não poderia ser de nenhum outro, pergunto-me se qualquer outro não poderia, no fim de contas, tê-las escrito. Aquelas observações, aquelas histórias, aquela busca, aqueles dez anos de transição para o estado adulto, continham *um destino*, ou abriam caminho a mil destinos divergentes, possíveis? Era preciso acreditar no «destino» para ter dúvidas quanto à resposta. Tudo está sempre por decidir, e só cada um poderá decidir por si próprio. É, aliás, por isso mesmo, que ninguém mais poderia, realmente, tê-las redigido tal como estão. Mas é também por isso que uma infinidade de gente madura, se viesse a lê-las, talvez pensasse que poderiam ter sido suas.

Tivesse eu paciência, e talento, e gostaria de fazer um exercício de ficção a partir desta ideia: a história de um desses infinitos casos possíveis.

25 de Outubro — Um dos livros mais badalados ultimamente nos jornais, e na televisão, onde passou transformado em série, tem sido *Os Fazedores de Dinheiro*, retrato de seis milionários internacionais. O *New York Times* repetia há um mês, quase palavra por palavra, o que outro jornal americano dissera em Fevereiro (aqui registado em 17 de Maio): «Durante alguns anos, ganhar muito dinheiro era olhado (em Portugal) como um crime — os capitalistas eram maus. [...] Mas, a partir de 1983, chegou uma nova onda de iniciativa privada. A bolsa ficou doida — muitas empresas abriram-se ao mercado privado — e empresários jovens, audaciosos, competitivos, que querem ser ricos agora — o que é uma atitude nova — estão muito activos, etc., etc. [...] Milhões de portugueses partici-

pam numa nova onda de consumismo que se formou há dois anos, etc., etc.» Há pouco mais de uma semana, um semanário, a propósito da «excessiva especulação» que se registava na Bolsa de Lisboa, notava que o índice BTA das cotações de acções, que levou dez anos a aumentar 1100 pontos, progrediu de 5500 pontos nos últimos dez meses. O empresário Belmiro de Azevedo incitava os aforradores, numa entrevista televisiva: «O que é preciso é investir», como se *investir* fosse simplesmente comprar acções... O certo é que, na semana passada, o movimento de dinheiro na Bolsa excedeu tudo o que já se vira, com transacções diárias que chegaram a atingir os 16 milhões de contos! O mesmo é dizer que o Governo se preparava para ganhar rios de dinheiro com as privatizações de empresas, cujas acções iriam ser disputadas a peso de ouro e fazer nascer o tal «capitalismo popular» tão caro ao Cavaco (a quem os italianos baptizaram agora de «professor boom», o que soa a figura de banda desenhada, e por isso não é mal achado).

Pois bem, o balão estourou. O *krach* da Bolsa de Nova Iorque e, na sua esteira, das principais Bolsas internacionais, teve aqui o inevitável efeito psicológico (apenas isso, pois é nulo o impacto financeiro na minúscula «praça» lisboeta). O tal índice desceu agora 1200 pontos em poucos dias, mais do que levava 10 anos a subir... Estou para ver o que irá dar agora o «capitalismo popular» e a fé desmedida no dinheiro que cria dinheiro. Recordo um artigo da *Fortune*, «The money society», em que se pintava deste modo a sociedade (uma certa sociedade...) americana: «O dinheiro parece ser a única coisa que conta nestes dias [...] O dinheiro tornou-se o modo de definir o que se é através do que se tem [...] As pessoas são avaliadas pelo dinheiro que têm e não por serem um bom jornalista ou activista social ou advogado». Continuamos, como sempre, muito «certinhos», muito a «ir na onda». A Bolsa não foi excepção.

15 de Novembro — Toda a gente sabe, ou era bom que soubesse, que o Parlamento Europeu de Estrasburgo é apenas um grande palco, com actores principescamente pagos (mais de dois mil por mês — contos, pois!), que de parlamento só tem a aparência, e o limitado poder de, anualmente, votar o orçamento comunitário. Em Bru-

xelas, os eurocratas sorriem com desdém dos chamados deputados europeus, quando não escondem alguma irritação por terem, apesar de tudo, de se ocupar com relatórios, recomendações, propostas que lhes são enviadas de Estrasburgo e que é raro serem levados a sério. É que os ditos deputados estão lá sobretudo para se exibirem, e muitos deles querem associar o seu nome a relatórios supostamente especializados, ainda que em matérias de que não percebem patavina. E discursam, e inflamam-se, e formam pequenos *lobbies* pelos corretores, pelos restaurantes, pelos gabinetes dos tais eurocratas — com o ar de quem se bate por qualquer coisa. Isto é ainda mais óbvio no caso dos deputados dos países menores e dos de democracia recente, como Portugal, em que, ao contrário dos outros, o comum dos cidadãos, por falta de informação, pensa que é «importante» (não se sabe bem para quê, é certo) ser deputado europeu e que ser eleito para Estrasburgo é não só uma espécie de prémio que se atribui, mas também algo que contribui para a imagem do país no estrangeiro. Daí que os próprios partidos ponham um cuidado especial nas suas listas europeias, em particular nos seus cabeças de lista, tudo gente, de preferência, da melhor «cultura». E, com isso, a rapaziada eleita aproveita para passar uns bons anos a amearhar algum, e não é pouco, mas, sobretudo a «dar que falar» — o que implica, claro, ter também de falar bastante. Do que se trata, no fim de contas, é de criar bons trampolins para o futuro, na política caseira ou, melhor ainda, na comunitária. É por isso que é preciso «estar em todas», agitar-se, dar entrevistas, mostrar-se activíssimo, e tirar partido das frequentes vindas a Portugal para ir à televisão, escrever artigos, influenciar jornalistas, etc., etc. Uma roda viva.

Se assim entendermos as coisas, nada terá de surpreendente o interessante caso do Eng.^o Pimenta. Jovem político fulgurante, quase chegou a convencer-nos de que a sua paixão era o ambiente e a qualidade de vida em Portugal. A tal ponto que até os chamados «Amigos da Terra» pareceram então terem-se transformado em «Amigos do Governo»... Pois bem, ganha a maioria absoluta pelo PSD, imaginar-se-ia que o homem tinha enfim quatro anos pela frente para concluir triunfalmente a sua obra. Nada disso. Ele afinal estava muito mais interessado no ambiente... de Estrasburgo — o do Parlamento, não o dos que sofrem a poluição do Reno, que por

ali passa. Um inocente pensará que Pimenta perdeu justamente a oportunidade rara de fazer carreira política numa área «popular», de subir na política coberto do respeito e da gratidão dos eleitores, de fazer política «despoluída». Ele, não pensou assim. Na realidade, está-se nas tintas para a poluição doméstica. Um bom *show* em Estrasburgo poderá fazê-lo avançar muito mais depressa, grangear-lhe a admiração de gente que, na sua perspectiva, lhe pode ser bem mais útil do que os eleitores portugueses. Quantos alemães, franceses ou ingleses não dirão pelos cantos, mas tudo se sabe, «quem diria, aquele rapaz português, está ali uma cabeça!», e tudo isto são pontos que se vão juntando. Afinal o Cardoso e Cunha não vai ser eterno em Bruxelas... (mas sê-lo-á o PSD em Lisboa?...).

27 de Novembro — Conheço um tipo e, por hipótese, detesto-o. Detestei-o numa única conversa, ou detesto-o pelo que diz e faz em contactos frequentes a que sou forçado. Porque é enfatuado, convencido, autoritário, idiota, dissimulado, fala-barato, mentiroso, porque é reaccionário, despreza os outros, tem complexos ou passa o tempo a polir o anel de braço, ou por outras tantas razões e não-razões. Diz-me alguém, generoso: «não sejas tão radical, o tipo nem é má-pessoa, e devias saber a infância difícil que teve!» Mas que tenho eu com isso? O que eu detesto é o *resultado*. Falo, é claro, dos que «venceram», ou se dão ares de vencedores.

Há mais de vinte e cinco anos, andava eu em busca de fornecedores de sucata para a Siderurgia, almocei no Porto com dois candidatos, aliás sócios no negócio, um português e um galego, homens de muita fortuna e pouca fama. Segundo o papel em que então anotei a história, o português recordou, a certa altura, uma ida a Espanha com o sócio e a mulher durante a guerra civil (e não deve ter sido em turismo, claro): «Estávamos em Oviedo, e toda a noite se ouvira descargas de fuzilamentos. No dia seguinte de manhã, desafiei aqui o D. Joaquin e a D. Vera a ir dar uma vista de olhos. Eram tantos os corpos que a D. Vera desistiu ao fim de pouco tempo, o D. Joaquin logo a seguir, e eu, para ir até ao fim, tive de andar a saltitar no meio de cadáveres para não os pisar! Quando depois entrei no carro, a D. Vera até se começou a afastar de mim,

dizia que eu cheirava a morto!» E terminou com uma sonora gargalhada, para logo acrescentar à laia de desculpa: «Sabe, isto de uma guerra civil é danado: um tipo tem que ser do lado em que estava quando ela começou...» Terá este homem tido uma infância difícil? Que me pode isso interessar?

A tal justiça, de que já falei atrás, essa que actua em nome da «sociedade», não costuma compadecer-se por aí além ao julgar um delinquente ou um traficante de droga, quantas vezes ainda jovens e não nascidos para «vencer», com as «infâncias difíceis» que possam ter tido — e tais infâncias são, com frequência, em si mesmas, um impiedoso processo à «sociedade» que os vai condenar.

Ainda estas férias, ao ler o *Papagaio Verde* do Sena, lá encontrei retratada, em muitos aspectos, a minha própria infância, uma dessas que foram difíceis, não por se passarem em bairros de lata ou por haver fome, mas pelo sufocante ambiente familiar. Uma infância tão difícil ou tão fácil como a de tantos outros, uns que detesto, outros que amo. Que ninguém me queira *hoje* desculpar, por isso, seja do que for!

2 de Dezembro — No cinema, quando se mostram cenas de amor físico, é sempre a mulher quem geme, grita, fala, se contorce, se expõe. O homem, esse mantém a possível compostura, de quem domina os acontecimentos, e a posição invariavelmente exibida é a clássica, dita do «missionário» (porque será?), com a mulher deitada e o homem «cobrindo-a». Isto é: parecem cenas muito ousadas, sinal do progresso das mentalidades e da «permissividade dos valores», mas, de facto, só o são porque, ainda não há muitos anos, não se imaginaria vê-las no ecran. No entanto, bem vistas as coisas, este é um caso típico em que a crua representação do «real» é profundamente conservadora: ao reproduzir uma relação assimétrica, com o homem e a mulher nos papéis e nas posições que tradicionalmente lhes estão *atribuídos* (apenas não nos eram *mostrados*), está-se a reforçar esses mesmos comportamentos, a manter tudo «na ordem», a espalhar de novo, apenas um degrau acima — os velhos valores adaptam-se apenas à linguagem visual, que é a destes tempos —

aquilo que há vinte anos se quis revolucionar: a relação erótico-amorosa.

Por isso algum escândalo veio, usando a evangélica expressão, por via do *Último Tango* (em que, de resto, se mantinha a dominante masculina) e de *O Diabo no Corpo*, aliás tão desinteressante, pornografia para os que estão acima de qualquer suspeita — de ir ao Olímpia.

8 de Dezembro

JF telefonou-me na semana passada a desafiar-me para ir lá a casa bater um papo. Assim, naturalmente, como se não tivessem passado mais de dois anos sem nos vermos. Uma novidade: em toda esta longa história da nossa amizade, nunca pus os pés em casa dele, fui sempre o confidente de mesa de café ou de restaurante, um pouco como o confessor a quem debitamos os nossos pecados sem ter de lhe dar a conhecer os ambientes onde as tentações nasceram, ou lhes cedemos.

Encontrámo-nos sexta a meio da tarde, na agradável semi-penumbra do seu belo apartamento, de onde se avista o Tejo e a Outra Banda. Depois das trivialidades do «como vai isso», «que casa do caraças, pá», «o que queres beber», «neste canto ficamos melhor, não nos dá a luz na cara», etc., achei que me competia entrar na matéria. Fosse como fosse, haveríamos sempre de chegar onde ele pretendia, se é que pretendia alguma coisa.

— Como se sente o corredor de fundo, depois de passar a meta?

— Não é boa a comparação. No atletismo, cada um procura atingir o máximo na sua especialidade: um bom corredor de velocidade poderá vir a ser o melhor dos sprinters, mas nunca será um bom corredor de fundo, ou um bom lançador do disco. Na vida é diferente. O fôlego e as pernas, ao princípio, só nos dão para os 100 metros. Mas quando, depois de muita corrida,

sentimos crescer a força e a confiança, passamos aos 200, aos 400, e por aí fora. Para te responder, direi: quando o corredor de fundo passa a meta dos 10 mil, vitorioso, sabendo que deu o seu melhor, isso quer dizer que chegou a hora de começar os treinos para a maratona. A meta da maratona, essa, quase sempre fica para lá de nós. Ou simplesmente desistimos muito antes, satisfeitos por já ter feito um tempo razoável aos 25 ou 30 quilómetros. Depende da ambição, da saúde, de muita coisa mais. Mas estou a começar a treinar-me no ritmo dessas longas distâncias.

— Sem fazer batota, sempre pensaste chegar aos treinos para a maratona?

— Se quiseres, acho que, sem o saber, e deixando a analogia desportiva, sempre fui um excelente gestor. Mais do que isso: sem ser capaz de definir objectivos precisos, tudo se passou como se os conhecesse e, na meia dúzia de momentos cruciais que há numa vida, tomei sempre as decisões que melhor se lhes ajustavam. Repara: com as minhas capacidades, a minha formação, a minha experiência e os meus interesses, decisões diferentes nesses momentos poderiam facilmente ter-me tornado num desses intelectuais frustrados, azedos, impotentes, que por aí abundam. Uma inteligência mal aproveitada, que se esgota em discussões sobre o sexo dos anjos, é, em definitivo, um crime de lesa-sociedade. Um país como este não se devia dar excessivamente a esse luxo. Não me entendas mal: sou um democrata, há pesos sociais bem mais gravosos, temos de conviver com todos eles.

— Estás a ir longe de mais. Por que não o contrário? Se as tuas decisões tivessem sido outras, poderias ser hoje um intelectual estimável, crítico exigente da sociedade em que vive, sem por isso deixares de ser um bom profissional. Uma sociedade que não se pensa, que apenas se deixa conduzir, é uma sociedade morta. Esses homens são úteis à sociedade, talvez mais, deixa-me dizer-te, do que um gestor como tu, igualzinho a todos os outros e substituível por qualquer deles, obcecado pelos índices da conjuntura ou pelos dinheiros da CEE, como se isso fosse tudo, para acabar um dia talvez frustrado e aze-

do, sim, mas por, simplesmente, não ter tido tempo para viver — e esse é o lugar em que ninguém nos pode substituir... Por não ter percebido, pior, querido perceber nada do que se passa à sua volta.

— Sabes bem que passou à História a era dos intelectuais. Hoje quase só servem, e já não é mau, para mascarar a incultura dos políticos fornecendo-lhes citações para os seus discursos, ou para os reconfortar com eruditos artigos em que a sua acção é sabiamente justificada. Artigos que eles nem lêem, de resto. Para isso têm uma legião de assessores, adjuntos, conselheiros, etc. etc. E está bem assim: para um político moderno, o excesso de cultura é um empecilho. Quando tem que decidir, que resolver problemas concretos, se se embrulha com pruridos morais ou filosóficos, com intrincadas questões ideológicas, está o caldo entornado.

— Mas tu próprio, estás longe de ser um tipo inculto como esses de que falas, e pelos vistos, tanto admiras. Como te vais ver livre desses fardo, se queres fazer carreira na política?

— Bom, isso faz parte do tal treino para a maratona... Li o que li, pensei o que pensei, disse o que disse: tudo isso faz parte da minha experiência e da minha memória. Mas ainda hoje me lembro, dos tempos do liceu, que a estrela do mar tem pés ambulacrários, e tenho desde então conseguido sobreviver com essa inutilidade (e muitas outras) gravada algures no meu cérebro. Por que o não hei-de conseguir também com outras ideias e noções que fui adquirindo e que a minha experiência posterior me veio, ou virá, a mostrar serem igualmente inúteis? Nota: eu não sou dos tontos que procuram demonstrar, em ridículos artigos, que não mudaram uma linha nos seus grandes princípios orientadores desde os tempos em que eram duros militantes comunistas ou aguerridos revolucionários marxistas-leninistas até chegarem a assessores de primeiros-ministros ou de presidentes da República. Que sempre foi a ideia de liberdade que os norteou, e por isso mesmo se desiludiram com o PCP, ou então que sempre foi o PCP (o «goulag») o seu inimigo principal, ontem como hoje, e coisas semelhantes. Acho isso uma tristeza. Mais: uma cobardia. Esses são os

verdadeiros carreiristas (que, suponho, pensas que sou), dispostos a atropelar tudo na sua escalada, sempre em nome dos tais princípios, sempre apressados a publicamente mostrar a constante coerência das suas reviravoltas. Eu, muito naturalmente, como acontece a tanta gente, deixei de acreditar no que acreditava, isto é, na revolução.

— E, se Deus não existe — ou a revolução — tudo é permitido...

— Tudo, não. Há leis, há regras de jogo. Mas é permitido, por exemplo, pensar que se eu fizer o meu trabalho bem feito, se for eficiente e competente nas minhas funções, todos beneficiarão com isso.

— Um revolucionário também pensa isso...

— Um revolucionário nunca pensa isoladamente. Qualquer tarefa, mesmo a mais simples, tem de ser confrontada com «a teoria». E como isso só a bem poucos é acessível, basta-lhe saber que a tarefa lhe foi cometida pelo Partido, que é o fiel depositário e intérprete da teoria. Ele pode ser o melhor dos militantes, desempenhar impecavelmente todas as tarefas, e nunca haver revolução. Porque, em definitivo, quem tem de fazer o «trabalho bem feito» é o Partido-vanguarda e, chegado o grande dia, é o proletariado em massa que se terá de pôr em movimento e, digamos assim, concluir o trabalho. Pela minha parte, penso isoladamente. O que eu fizer bem feito, melhorará sempre alguma coisa...

— ... a «saúde» da economia, essa coisa abstracta. Os lucros da tua empresa, os teus rendimentos, a tua influência — tudo coisas bem mais concretas. Não tenho nada, em princípio, contra «fazer as coisas bem feitas». Mas não podes ignorar que há coisas e coisas. Há coisas que melhoram as coisas para uns, coisas que melhoram as coisas para outros, ou para outros, ou para outros. Há interesses em conflito na sociedade. Foi uma das inutilidades que já esqueceste? O que ontem tanto te revoltou na América do Sul, hoje já não te revoltaria? Volto atrás: devemos regozijar-nos por um PIDE (os próprios ou os muitos que proliferam pelo mundo) fazer o seu trabalho bem feito?

— Estás a perder qualidades. Misturaste aí uma data de coisas diferentes. Vamos por partes. Não estou a falar dos grandes problemas deste mundo, tornei-me mais modesto, mais realista (não torças o nariz...). É em Portugal que vivo e que trabalho, é este país que me interessa. Estamos numa sociedade democrática, não há PIDES e, agrade-te ou não ouvi-lo, acho que todos teremos a ganhar se as polícias fizerem o seu trabalho bem feito. E a tropa, gente que nem aprecio por aí além, também tem o seu papel a desempenhar, simbólico que seja, e por isso é bom que se lhes dê os meios para que o façam como deve ser. Para que a economia funcione em pleno, para que se gere riqueza, é tão importante que exista ordem, que os cidadãos sintam um clima de segurança, como que os responsáveis, cada um na sua esfera de acção, dêem o seu contributo para criar um estimulante «clima de negócios».

Vamos agora às desigualdades e aos conflitos. Existem, e continuo a reconhê-lo. Mas vejo-os hoje numa perspectiva diferente: o problema é de limites. O que é necessário é não deixar agudizar os conflitos, não deixar extremar as desigualdades (o contrário do que já pensei, nota). E foi isso o que conseguiram as sociedades democráticas ocidentais. A partir desse momento, desigualdades e conflitos são estimulantes: os menos favorecidos, em rendimentos, em benefícios, em poder, já não pensam na revolução, mas tornam-se dinâmicos, tomam iniciativas, batem-se por melhorar o seu nível de vida, por adquirir outro estatuto social, por intervir no jogo do poder — tudo isso no respeito pelas regras estabelecidas. Sociedade aberta, negociação, concertação, solução gradual dos problemas: acredito nisso tudo. Desigualdades extremas, como nos países do 3.º Mundo, podem ser explosivas. Mas isso tudo se resolverá com mais democracia, não com revoluções. De qualquer modo, esses são problemas deles, não penso nisso, pelo menos enquanto não nos afectarem a nós.

Finalmente, os lucros da minha empresa, os meus rendimentos, etc. Tudo isso são sinais de que estamos apenas a fazer o tal trabalho bem feito e que, de algum modo, a socieda-

de, o mercado, o reconhece. Não sinto qualquer culpabilização, antes pelo contrário.

— Sinais?! Fazes-me lembrar os calvinistas que viam no sucesso nos negócios um sinal de predestinação, de terem sido eleitos por Deus — ao que Weber atribuía o espírito original do capitalismo. Os tempos são outros: tu vês na tua conta no Banco um indicador, como vocês gostam de dizer, do bem que estás a fazer pelo teu país, do mérito que por isso te é atribuído. Mas assustas-me um pouco quando identificas a sociedade com o mercado. Ter-te-ás tornado um liberal puro e duro, como os dos velhos tempos, que hoje voltam a estar na moda?

— Estás enganado. Não sou dos que berram, sem reservas, contra o welfare state. É indiscutível o seu papel — e o da guerra, não esqueçamos — na salvação do capitalismo, na correção de desigualdades, no relançamento económico do pós-guerra. Mas acho que se foi longe demais, e que há que restituir ao mercado um vigor sem o qual não andaremos para a frente. A sociedade não se reduz ao mercado, mas este é o seu barómetro, ou o seu motor, ou mesmo o seu esqueleto fundamental. O ideal seria reconduzir ao mercado a maioria dos conflitos que se geram na sociedade. Seria ele o juiz mais imparcial.

— Mas sabes melhor do que eu que não existem mercados confinados a um só país. São mesmo vocês, os economistas, quem hoje mais fala de «mundialização dos mercados» — fenómeno esse que talvez não seja alheio, digo eu, ao extremar das desigualdades entre os países ricos e os países da miséria e da fome. Ora se o sistema cada vez mais se mundializa, como podes dizer que só te interessa o que se passa em Portugal? Todas as excelentes decisões que tu tomas poderão ser postas em causa no dia seguinte pela evolução do conflito do Golfo ou das cotações internacionais, por resoluções tomadas em Bruxelas ou por multinacionais, até, como diria o outro, por um espirro do Reagan. A dependência portuguesa, a sua desfavorável inserção na famosa «divisão internacional do trabalho», coisas que há poucos anos te diziam tanto, deixaram de fazer parte das tuas preocupações?

— A dependência portuguesa é um dado, mas não pode ser um alibi para não fazer nada. Dentro da margem que ela nos deixa, talvez maior do que pensas, podem tomar-se decisões boas ou más. Aliás, o tamanho da margem é secundário, não é aí que está a questão. Talvez te escandalize o que vou dizer, mas é bem possível que, no médio prazo, as decisões certas sejam aquelas que terão por efeito aumentar a dependência (porque não chamar-lhe antes a abertura da economia?): precisamos, mais do que nunca, de investimento estrangeiro, de tecnologia estrangeira. É bom tudo o que se faça para os atrair, sob pena de virmos a ser, dentro de vinte anos, na melhor das hipóteses, uma mera estância de repouso para os desafogados europeus, americanos e japoneses, que trabalham duro o ano inteiro e bem o merecem. Quanto mais cordelinhos do comércio internacional passarem por Portugal, melhor. São novamente as regras do jogo, que não contesto.

— Regras do jogo que não são, finalmente, tão diferentes das que Marx detectou ao descrever os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista...

— Sucede que foram os capitalistas quem levou mais a sério os seus avisos (chama-lhe previsões, se preferes) revolucionários. Simplesmente porque eram eles quem tinha a faca e o queijo na mão — isto é, o poder e o dinheiro. Hoje, tudo isso foi ultrapassado. Estamos no direito de concluir que foi apenas mais uma utopia felizmente não realizada. E onde o foi, vê-se o resultado. Uma sociedade não se projecta no papel: vai-se construindo.

— Acho-vos curiosos, os pragmáticos. Esquecem-se que qualquer sociedade, em qualquer momento, é obviamente uma utopia realizada, tenha ela alguma vez sido formulada, ou apenas sonhada, ou nem isso. Se pudesses ter descrito a um homem comum do Renascimento, ou mesmo do século XIX, a sociedade em que hoje vivemos (e bastaria a portuguesa, para não ir mais longe) não veria ele nisso uma construção utópica, se não delirante? Um Bacon, ou um Saint-Simon, que não eram, esses, homens comuns, anteviram sociedades futuras, utopias no seu tempo, que tinham muitos traços da nossa.

Quem to diz a ti que não é nos «delírios» utópicos de hoje que mora a realidade, espero que bem melhor, do século XXII? E já que detestas projectos de sociedade, diz-me lá: um Montesquieu, um Adam Smith, e tantos outros filósofos setecentistas, não poderão ser considerados como os verdadeiros projectistas da sociedade burguesa e capitalista que se desenvolveu no século seguinte? Acho que estás demasiado influenciado pelos teus intelectuais, que hoje diariamente identificam utopia com totalitarismo, sem se darem conta de que o mercado, apoiado pelas modernas tecnologias, constitui o dispositivo mais totalizante que já existiu. Que nunca se esteve tão próximo do totalitarismo tecnológico, económico e cultural. Resistirão a isso os frágeis mecanismos que ainda sustentam as liberdades políticas? Não serão elas, já hoje, em parte, uma caridosa ilusão?

— Isso é o que eu chamo discutir o sexo dos anjos. Desculpa, mas não me levas por esse caminho. Tens aí matéria para uma dúzia de artigos, que eu me dispensarei de ler.

— Voltemos então ao teu caso. Disseste-me, logo de princípio, que em meia dúzia de momentos cruciais, tomaste as decisões que melhor propiciavam a tua carreira de gestor. Consegues identificá-los, olhando para trás?

— Sem ir demasiado para trás, lembro-me de dois. O primeiro, quando, em 1976, com as coisas ainda bem mais quentes do que então pareciam, em plena campanha do Otelo, aceitei a bolsa para os Estados Unidos, o covil dos imperialistas... O segundo, uns meses depois do regresso, quando decidi inscrever-me no PS. Acho que te contei isso na altura...

— Não contaste, não. Limitaste-te a sondar-me. Eu é que adivinhei que não tardarias a decidir-te.

— Mas deixa-me continuar um pouco mais. Claro que é fácil discorrer sobre o passado, racionalizá-lo a posteriori. Acho que não é isso o que vou fazer, mas apenas interrogar-me sobre certas circunstâncias que me terão sido paradoxalmente favoráveis. Refiro-me a momentos ou períodos em que, para além da razão, ou mesmo em aparente contradição com ela, inconsciente ou subconscientemente, tirei algum proveito, para a minha carreira de gestor, de informação que recolhia para

fins exactamente opostos. Explico melhor: a minha passagem pela famosa cooperativa, e posteriormente as minhas tarefas no mais que ridículo (é assim que hoje vejo as coisas) «comité revolucionário» foram, sem sombra de dúvida, e sem que me desse conta na altura, uma utilíssima experiência, na idade ideal, sobre os meandros de uma organização. Não te rias: é numa pequena organização que mais vêm ao de cima os conflitos de poder, as questões de eficiência e disciplina, que melhor se apreendem as técnicas de negociação, e as de motivação, e as de análise de resultados de acções ou decisões. Nas empresas por onde passei, eu era apenas «o economista» ou «um economista», tudo me chegava mais ou menos difuso ou fragmentado. E no curto período em que participei na gestão da minha empresa (então intervencionada), nesse, pouco aprendi: aquilo não era gerir nem era nada.

Outro factor providencial, mas este apenas devido ao acaso, ou à sorte — que homem de sucesso se poderá vangloriar de não ter sido bafejado por ela? —, foi, também, não ter tomado parte directa em nenhum saneamento na minha empresa. Sei de quem ainda hoje padeça desse estigma, sem o merecer, aliás... É pior do que ter participado no famigerado 5.º Governo do Vasco Gonçalves, ou mesmo ter nomeado gestores afectos ao PCP para empresas intervencionadas!

— Estás a chegar a um ponto interessante. Mas já lá vamos. Ainda te queria fazer uma pergunta, talvez um pouco indiscreta: a tua separação da Virgínia, teve, conscientemente, algo que ver com a tal «gestão da tua carreira de gestor»? Que-ro dizer: um gestor que se preza não pode apresentar a Virgínia como mulher...

— Objectivamente (este advérbio ficou-me de outros tempos...) é óbvio que teve. Mas não foi assim que as coisas se passaram. O romance com a Virgínia só tinha sentido no clima daqueles anos, foi uma paixão nascida na militância política, uma paixão cujo pano de fundo era «a Revolução». A Virgínia era uma militante de base, entusiasta, cumpridora — obediente. Para ela eu não era, claro, o economista, nem sequer o dirigente político — que nunca fui. Era, antes, a imagem mesma

do intelectual revolucionário — figura, ao que parece, fascinante. O Miguel nasceu a 24 de Novembro de 1975, coisa bizarra. Com o 25 de Novembro, tudo se desmoronou, embora não déssemos logo por isso. Aqueles primeiros meses foram de expectativa, não se sabia muito bem o que fazer, ia havendo umas reuniões, havia quem temesse o regresso do fascismo, pelo que se preparavam, sem grande convicção, condições para uma eventual clandestinidade de alguns militantes mais conhecidos, e pouco mais. Tudo estoirou, meses depois, quando se me pôs o problema da bolsa. A Virgínia não suportava sequer a ideia de que eu considerasse a hipótese, para ela isso era já um sinal de fraqueza inadmissível. Ora eu, quisesse ou não, não podia deixar de pensar nisso. Separámo-nos duas ou três semanas antes de eu ter tomado a decisão. Um ano depois ela foi para a Alemanha com um desses jovens que anualmente vinham trabalhar em cooperativas da Reforma Agrária e traziam umas massas que entretanto tinham militantemente arrecadado por lá. Devem estar ainda hoje a preparar a revolução na RFA. O Miguel, que, imagino, ela verá sobretudo como um imperdoável erro político, felizmente ficou em Lisboa, com os pais dela, uns semi-fachos noutros tempos, mas que (ou por isso mesmo, por muito que nos custe) o têm educado de forma impecável: sabe-se servir dos talheres à mesa, pede licença para se levantar, pede as coisas «se faz favor», etc. Não precisei de lhe ensinar nada.

— Pareces o João Rocha a falar dos jogadores, ainda bem que o Herman não te está a ouvir. Prefiro pensar que estás a brincar. Mas vamos então ao tal ponto que ficou em suspenso. Falavas há pouco dos prejuízos que alguns tiveram nas suas carreiras devido aos seus desmandos de 1975. Como é que tudo isso se passa? Como se constituiu essa tecnoburocracia dirigente, que circula de empresa pública para empresa pública, e entre estas e os ministérios, os gabinetes, os lugares do governo? Como são nomeados, com que critérios, até onde se investiga o seu passado? Sim, porque não és só tu, são muitos mais os que arrepiaram caminho e estão hoje bem instalados na vida, e no poder, alternando os chorudos ordenados com as ge-

nerosas indenizações quando muda o governo e são substituídos antes de acabar o mandato. Ainda será detectável qualquer rede de influências assente em antigos laços «revolucionários» entre camaradas arrependidos (passe a expressão...), ou isso diluiu-se em definitivo?

— Ao que vejo, fazes uma péssima ideia, errada ainda por cima, disso a que chamas a tecnoburocracia (esses chavões já não se usam, pá!), a que me honro de pertencer. Na sua maioria, não são nenhuns ricos, não têm qualquer poder, nem nunca terão. Quanto mais não seja porque, embora até possam ser muito competentes, não têm paciência, jeito ou vocação para fazerem aquele mínimo de fretes que uma carreira política exige — e é na política que está o poder, não me venhas com histórias de «dominação do poder político pelo poder económico»! São os tais independentes, que os partidos adoram, porque lhes permitem, dentro de certos limites, claro, dar-se ares de isenção nas nomeações que fazem, além de constituírem uma base estável do sistema, através das mudanças de governo. A estes convém, é claro, não ter no seu passado grandes excessos de activismo «anti-capitalista», mas a margem de esquecimento é, apesar de tudo, generosa. O único perigo é uma denúncia muito precisa, e é aí que são mais vulneráveis os que andaram metidos em saneamentos. Bom, para além disso, apenas se lhes pede que não façam ondas, e a um ou outro, mais cândido, ou mais ambicioso, ou mais vulnerável, que vá anunciar o seu voto durante a campanha televisiva, mas com a obrigação de se afirmar não-filiado em qualquer partido. Depois, claro, há os gestores homens-de-partido, que já o eram antes ou feitos à pressa, mas que estão longe, quase sempre, de serem uma espécie de «comissários políticos» do partido (ou partidos) do governo nas empresas, contra o que provavelmente pensas — embora haja casos, naturalmente, em empresas «mais sensíveis». Aliás, e não falo por ter conhecimento concreto de casos, julgo que existem certos acordos de alto nível, entre os principais partidos e entre os chamados «órgãos de soberania» por forma a manter «o tipo tal» onde está em troca disto ou daquilo, o que poderia explicar a sobrevivência

de alguns gestores ou altos funcionários durante largos anos na mesma função, escuso de te dar exemplos. Quanto a este segundo tipo de gestores, se são homens de partido é porque o seu passado é assunto arquivado: o de depois e o de antes do 25 de Abril...

— Acho que não estava nada errado, afinal. Era exactamente assim que eu pensava que as coisas se passavam. Quanto à tua noção demasiado restritiva de «poder», aí, como supunhas, não posso estar de acordo. Falta falares dos ex-revolucionários...

— Qual rede de influências! Quais «laços antigos»! Esses querem tudo menos trazer ao de cima um passado demasiado incómodo. São exactamente o oposto dos «amigos de Alex», ou dos antigos estudantes de Coimbra, ou dos tipos que estiveram juntos na tropa. Conheço um, hoje jornalista badalado e em ascensão (mas podia ser gestor, vai dar ao mesmo), que esteve no assalto à Embaixada de Espanha e levou um valioso quadro para casa. Achas que apreciará conversar sobre «aqueles tempos»? Olha, ainda há uns meses estive numa reunião de negócios em que, do outro lado da mesa, dei com uma cara que não me era desconhecida. Puxei um pouco pela memória e lembrei-me que um dia tivemos uma acesa discussão sobre estratégias revolucionárias e coisas parecidas numa outra reunião, essa em 75, entre delegações de organizações m-1, nos dias mais quentes dos SUV. Pensas que algum de nós se deu por achado, que trocámos sequer duas palavras sobre o assunto durante a «pausa para café», uma instituição que desconhecemos e é altamente proveitosa para a marcha dos ditos negócios? Deus nos livre, o que ambos queremos é justamente enterrar isso tudo!

— Parece mesmo que, cada vez mais, a única coisa em que todos os partidos estão de acordo é justamente nisso: enterrar esses tempos. É como se não se tivesse dito e feito senão coisas vergonhosas e reprováveis. Como se nada de positivo tivesse ficado. E, no entanto, há muita gente, da que ajuizadamente vota nesses partidos, que não pensa assim...

— Se queres a minha opinião, o que de melhor ficou (já to

disse, aplicado ao meu caso) foi uma enorme mobilização de energias jovens, de entusiasmo e de capacidade para «fazer coisas». Só que são hoje outras as coisas que há para fazer, e esses já menos jovens aplicam o mesmo entusiasmo e a mesma capacidade a fazê-las. Fazem-nas até bem melhor do que então faziam a revolução — e também tiram disso mais proveitos, sou o primeiro a reconhecer. Mas isso nem é uma originalidade portuguesa. Olha para os «hippies»! O que seria da economia norte-americana se os «hippies» e toda aquela malta da luta contra a guerra do Vietname não se tivessem tornado gestores e homens de negócios!

— Gostaria de saber se, por detrás desse aparente cinismo, não recordarás esse período, nem digo com nostalgia, mas, vá lá, com alguma ternura. Isto é...

— Não é preciso ter havido vinte e cinco de Abril para se olhar com nostalgia, ou ternura, para os anos da juventude!

— Queria dizer que não sei se não estarás apenas a querer compor a tua personagem, com tanto mais ênfase quanto ainda não estás totalmente convencido. Pouco importa, já que o resultado é o mesmo. Ainda assim, continuo a não conseguir imaginar-te como um devoto cavaquista, que suponho que hoje és. A não ver como podes levar a sério um Eurico de Melo, ou um Dias Loureiro, para já não falar num Ângelo Correia e outros que tais, e movimentares-te nesse meio inculto e primário, à imagem do chefe indiscutível que nunca se engana... Essa imensa mediocridade petulante, esse imenso desprezo pela cultura, esse consagrar da intuição ou da habilidade (ambos no pior sentido), do «dar-se ares de autoridade» ou de que «se sabe o que se quer», como as virtudes maiores de um político — talvez esteja aí o segredo do bom entendimento entre Cavaco e Soares, pelo que têm de comum (mais do que parece), e pelo muito de complementar.

— Tu não me imaginarás nem me verás aquilo que sou porque, muito simplesmente, não gostas de lidar com factos. Pela minha parte, não perco tempo a perguntar-me porquê: é um facto que admiro o Cavaco. Recordo-te, se é que sabias, que me filiei no PSD logo a seguir ao Congresso da Figueira,

isto é, não esperei por que o homem chegasse a primeiro-ministro. Para mim, era óbvio que estava ali o «homem da situação». Acredito nele, é tudo. Quanto aos outros de que falas, isso é a corte do costume. Não gosto nem deixo de gostar. Existem. E têm, uns mais outros menos, poder. Por isso seria estúpido hostilizá-los: aliás, o meu jogo ainda não chegou a esses altos tabuleiros... Mas quanto ao Soares, aí não percebo como podes falar, mesmo na tua perspectiva, de coisas como mediocridade e desprezo pela cultura! Estás a exagerar ou (é a tua vez) a fazer uma provocaçãozita — que não pega, pois soarista é que nunca fui...

— Esqueces que o Soares primeiro-ministro, até precisar deles para a eleição presidencial, pensava dos intelectuais (e mostrava-o, dentro do seu próprio partido) o mesmo que tu ainda há bem pouco disseste: que são apenas empecilhos para os políticos. O seu ideal era um séquito de fiéis, coisa que intelectuais e homens de cultura nunca são. E esse, tinha-o e continua a tê-lo. Quanto ao resto, parece-me óbvio que as leituras do Soares (que se diz ter uma vastíssima biblioteca e faz sempre questão de «ir visitar livrarias», e que isso se saiba, nas grandes capitais europeias) devem ter sido feitas tal como lia os «dossiers» do governo: leu em diagonal, aquilo chateava-o, ficaram-lhe umas frases desgarradas daqui ou dali, uns nomes colados com cuspo, que passa a vida a trocar, como se sabe, quando quer fazer citações. Mas a tal intuição, a tal habilidade, disseram-lhe que a imagem de «pai da cultura» seria compensadora enquanto Presidente da República, quando já não tem que, nem quer, meter-se na política do dia-a-dia, a que «suja as mãos». E sempre achincalha um pouco o pobre do Cavaco, que apenas leu, aplicadamente, livros de economia. Não foram, ou são, homens de cultura um De Gaulle, um Pompidou, son ami Mitterrand? Pois aí temos o Soares agora com uma anafada corte de intelectuais. Não digo fiéis neste caso: até há quem tenha vindo do Eanes, o inimigo figadal! De qualquer modo, numa coisa tens razão: também os intelectuais mudaram muito.

— Podes estar certo disso. Se até o Cavaco tem com ele

uma mão-cheia, sem precisar de lhes fazer namoro. Vieram comer à mão...

— Vamos a outro ponto, que me interessa muito especialmente: a famosa questão da lei dos despedimentos. Deve ser, apesar de tudo, a mais difícil de engolir para um ex-esquerdista. Ou não?

— Enganas-te, como aliás muitos do que por ela acirradamente se batem. É que se trata de uma questão exclusivamente política — ou ideológica, se preferes. Na realidade, para a grande maioria das empresas, a situação actual está próxima da ideal. É rara a empresa que precisa de despedir pessoal e se vê impedida de o fazer: há os despedimentos colectivos, há as reformas, há as empresas em «situação económica difícil», há os acordos individuais. Em muitos casos, há que dar boas indemnizações, mas é um investimento francamente rentável (e é aí que algumas pequenas empresas podem ter problemas, por falta de meios financeiros). «O que é preciso é saber despedir», dizia-me há tempos um empresário. Se assim não fosse, diz-me lá como é que em Portugal haveria um desemprego próximo dos 10%? Em contrapartida, as admissões de novos trabalhadores estão facilitadíssimas: um contrato a prazo, e já está. Quando se quiser reduzir pessoal, é só não renovar o contrato (outra maneira de despedir, a mais simples de todas). Uma lei que invertesse totalmente as coisas, talvez fosse pior. Um empresário que tem de admitir de imediato para o quadro, vai passar a pensar duas vezes. E quanto aos despedimentos, por mais liberal que seja a lei, haverá sempre os seus problemas, como em toda a parte: nunca será como com um contratado a prazo. Como vês, não é nada do que pensas. O mais provável é, pesadas as vantagens e os inconvenientes para os empresários, ficar tudo mais ou menos na mesma. Porquê então tanto escarcéu? Porque, politicamente, é uma batalha importante. É uma questão de consistência de um programa político que favorece a abertura e transparência dos mercados. Nesse sentido, o mercado de trabalho não pode fazer excepção: há que aproximar as suas regras das que são correntes em economias que não passaram por revoluções...

Mas não é porque seja melhor ou pior para os empresários. Eles próprios têm de se habituar a novas regras. Como vês, não é uma questão que me ponha problemas de consciência.

— Mas o Cavaco explica, muito professoralmente, que só com a nova lei será possível reduzir o desemprego. Com o ar convicto de quem acredita piamente nisso.

— Até talvez acredite. Por um lado, não é um profundo conhecedor do meio empresarial, e as posições empresariais que lhe chegam são as das organizações de cúpula, que se exprimem politicamente. Por outro, ele acredita nisso ideologicamente, apoiado nos livros de teoria económica que fundamentam as suas teses — e formaram a sua ideologia...

— Mas então, ideologicamente ou não, ele está a mentir, se bem te entendo. No caso concreto português, e se aceitarmos a tua explicação.

— Ele está apenas, e brilhantemente, a fazer política. Repara que a urgência da aprovação da lei é tanto maior quanto é certo que, a manterem-se as condições económicas favoráveis, o desemprego irá, por essa via, paulatinamente decrescendo. E seria importante poder atribuir isso à nova legislação do trabalho... Politicamente, seria um triunfo, e um trunfo, excelentes!

— Não precisas dizer mais. A tua carreira política vai ser fulgurante. Apesar de não teres sido o brilhante oficial com que um dia sonhou, o teu pai orgulhar-se-ia muito, por certo, com o teu sucesso. Ele ainda é vivo?

— Ainda. Reformado há muito, claro, sem ter passado de coronel. Tem piada que, às vezes, também penso se ele está seguindo a minha carreira. Não é que tenha qualquer interesse em voltar a vê-lo — o que diríamos hoje um ao outro? —, mas interrogo-me se, finalmente, não me terá sido mais proveitoso o que possa ter herdado dele, em termos de traços de carácter, do que o proveniente do lado materno. A natureza sofredora, autoflageladora, insegura da minha mãe, foi aquilo que, em mim, mais difícil me foi combater. Visto deste ângulo, o meu triunfo foi, ou é, um triunfo sobre ela. Se o meu pai foi capaz de entender isso, ou de o intuir, talvez não andes longe

da razão: não será bem orgulho o que o homem sentirá, mas o sentimento de, contra esse longínquo fantasma, ter, ele próprio, averbado uma última vitória.

— Bom, rapaz, tenho de ir buscar os miúdos, acho que vamos ter de deixar o resto da conversa para outro dia, se é que faltou alguma coisa. Até nova ordem, ainda te vou catalogar como um «tecnocrata de boa vontade». Mas o certo é que não me é fácil, se é que vale a pena, distingui-los dos outros...

Neste momento, ouviu-se rodar a fechadura da porta. Um vulto desenhou-se na entrada da sala. Uma voz jovial atirou-nos: «Credo! Estais a falar às escuras!» Uma nortenha. JF está decididamente na onda.

Neste livro fala-se das Amoreiras, e da amizade. De Génova, e do «apetecimento». De prédios desfalecidos, e de jornalistas. De velhos cafés, e de militares. De Marx, e de eleições. De Orson Welles, e do amor.

Fala-se de perplexidades juvenis, e de interrogações maduras. Do 3.º Mundo, da 3.ª idade, da 3.ª Revolução Industrial. De conflitos e de consensos. De folhas em branco. De pequenos ditadores e de pequenos terroristas. De ópera. Da Bolsa. De esquerda e direita. Dos neoliberais.

Fala-se de ignoradas figuras, perdidas em aldeias serranas, e de todas as ignoradas gentes que não vêm nos jornais. E de políticos, de ontem e de hoje. E de fulgurantes gestores.

Fala-se, talvez só isso, da responsabilidade de viver, para o que não há desculpas nem arrependimentos.